



Universidad Columbia del Paraguay

UNIVERSIDAD COLUMBIA DEL PARAGUAY



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Camilla Viana de Souza Gonçalo

**RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA: AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA
PANDEMIA**

ASUNCIÓN – PY
2022



Universidad Columbia del Paraguay



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DO ENSINO REMOTO EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA: AVANÇOS E RETROCESSOS NO
PERÍODO DA PANDEMIA**

Dissertação apresentada à Universidad Columbia del Paraguay, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Ana Estela Brandão Duarte

Asunción, Paraguay

2022

UNIVERSIDAD COLUMBIA DEL PARAGUAY



MÁSTER EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**RESIGNIFICANDO EL PARADIGMA DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN UNA
COMUNIDAD QUILOMBOLA: AVANCES Y RETROCESOS EN EL PERÍODO
PANDÉMICO**

Tesis presentada a la Universidad
Columbia del Paraguay, como requisito
parcial para la obtención del título de
Magister en Ciencias de la Educación.
Asesora: Prof^a. Dra^a. Ana Estela
Brandão Duarte

Asunción, Paraguay 2022

ESTA FICHA CATALOGRÁFICA DEVE SER IMPRESSA NO VERSO DA FOLHA DE ROSTO (QUE É A 2ª FOLHA DO TRABALHO) EXATAMENTE COMO APARECE NO EXEMPLO, NA METADE INFERIOR DA FOLHA. O TAMANHO DA FICHA É 12,5cm X 7,5cm COM LETRA ARIAL 10.

Obs: O número do **(CUTTER e CDU)** devem ser obtidos em uma biblioteca, com a bibliotecária.

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B823 BRASILEIRO, Camilla Viana de Souza Gonçalves

Ressignificando a modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola : avanços e retrocessos no período da pandemia / Tania Ismara Lima Brasileiro - Asunción, 2022

120f.; 30 cm.

Orientador: Dr^a. Ana Estela Brandão Duarte

Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) –

Universidad Columbia Del Paraguay, Asunción – Paraguay.

1. Aprendizagem Significativa. 2. Ensino de Matemática. 3. Prática Docente. I. Ana Estela Brandão Duarte II. Universidad Columbia Del Paraguay – Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). III. Título.

UNIVERSIDAD COLUMBIA DEL PARAGUAY



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA: AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA
PANDEMIA**

Camilla Viana de Souza Gonçalo

Asunción, XX de XXXXXXXX de 20XX

Aprovado com o grau: _____

Membros da banca Examinadora:

Professor(a) Dr(a). Nome do Presidente da banca

Professor(a) Dr(a). Nome do 2º componente da banca

Professor(a) Dr(a). Nome do 3º componente da banca

Aos meus amados filhos, Carlos Eduardo, Laura ,Estela e Ísis que são os bens mais preciosos da minha vida.

Aos meus pais, Evaldo Raymundo e Terezinha Viana, por terem sido a minha base, por me ensinarem a lutar com determinação pelos meus sonhos.

Ao meu querido Aguinaldo por ter cuidado com muito carinho dos nossos filhos, principalmente, nos momentos em que precisei estar ausente.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me agraciar com o dom da vida e pela oportunidade de realizar este sonho.

A minha querida Professora, Doutora Ana Estela Brandão Duarte, por ter abraçado desde o início a proposta apresentada no projeto. Agradeço ainda, por ter sido amiga, paciente e compreensiva, pelas imensuráveis contribuições, orientações precisas e pelos momentos de aprendizado.

Ao Instituto Ideia por oportunizar parceria com a Universidade Columbia do Paraguay, para que esse sonho pudesse se tornar realidade.

Aos mestres da Universidade Columbia, que ministraram as respectivas disciplinas no mestado, contribuíram sobremaneira com a minha formação como profissional da Educação e como pesquisadora.

À Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim a autorização pela realização da pesquisa.

À Gestora, coordenadora e pedagoga da escola em que foi realizada a pesquisa.

Ao Sr. Leonardo Ventura, o líder da comunidade, que sempre esteve disposto a colaborar com a produção de dados da pesquisa.

Aos estudantes da comunidade quilombola de Monte Alegre, que contribuíram com a produção de dados da pesquisa, sem a dedicação e empenho deles, não teríamos alcançado os objetivos de nossa pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que participaram diretamente e indiretamente da realização dessa pesquisa.

“A Educação precisa ser empreendedora, assim como a vida, que nos desafia em todos os campos, a todo momento, em todas as áreas com problemas concretos, complexos e multidisciplinares. Aprender empreendendo é a única saída para viver uma vida com significado e evolução em todos os momentos e em todas as dimensões”.

Jose Moran

RESUMO

Esta pesquisa direciona o olhar para a promoção do ensino através das tecnologias na modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola, o expediente utilizado no caso da pesquisa que será dimensionada lançou-se mão da epistemologias da criação do quilombo, formulada por Abdias Nascimento, em razão disto ser de modo indubitável, parte integrante do conceito de verdade epistemológico afrocentrado, conforme à tessitura de Asante (1980), já dirimidas as devidas bases deste paradigma. Tendo como principal objetivo identificar quais metodologias foram utilizadas durante o período remoto, para que o ensino pudesse alcançar os mais diversos patamares da educação com foco a construção da aprendizagem dos alunos quilombos respeitando as questões sociais, históricas, culturais e ideológicas que perpassam/permeiam a comunidade quilombola, da qual os sujeitos são oriundos, materializam-se pela construção de aprendizagem nos quais são vistos (ou não) pela escola regular na qual estão matriculados. A pesquisa traz como referencial teórico de Andrade (2018), Candau (2004), Oliveira (2005), Munanga (1994), se focam o pensamento afrocêntrico em Assante (2009), Ki-Zerbo (2011), as africanidades brasileiras em Cunha Junior (1998, 2008) e Silva (2003, 2005) em diálogo com o pensamento decolonial latino americano a partir de Dussel (2010), e Arroyo (2013). A análise de discurso seguindo a linha francesa, de acordo com Pêcheux (1988) serviu de lentes para do presente trabalho. Tendo em vista a necessidade de pensar a comunidade quilombola enquanto território que abrange a parte física (a terra) e a dimensão simbólica (memórias, rituais e saberes). Trata-se de uma pesquisa etnográfica, que traz como desenho metodológico de cunho qualitativo, utilizando-se da consulta documental e do grupo focal como procedimentos de pesquisa. Utiliza-se também o diário de campo como instrumento de produção de dados. O *corpus* analítico deste estudo é composto por relatos dos referidos sujeitos, as quais foram analisadas por intermédio de um diário de campo. As respostas foram interpretadas por meio da análise do discurso, seguindo a linha francesa, de acordo com Pêcheux (1988). As afirmações, implicitamente e algumas de forma explícita, carregaram os tradicionalismos presentes nas práticas pedagógicas e nos olhares para as consolidação de aprendizagem. Frente à investigação, o estudo apresenta uma proposta para inserção de uma internet de qualidade que permeie a inclusão tecnológica na comunidade quilombola, em busca de uma formação pautada nos novos recursos inseridos no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Quilombola, Ensino Remoto, Pandemia, Tecnologia.

RESUMEN

Esta investigación se centra en la promoción de la educación a través de las tecnologías en la modalidad de aprendizaje a distancia en una comunidad quilombola, el expediente utilizado en el caso de la investigación que se dimensionará tomó la epistemología de la creación del quilombo, formulado por Abdías Nascimento, debido a que este es, sin duda, parte del concepto de verdad epistemológica afrocentrado, de acuerdo con la textura de Asante (1980), ya se establecieron las bases propias de este paradigma. Teniendo como objetivo principal identificar cuáles fueron las metodologías utilizadas durante el período remoto, para que la enseñanza pudiera alcanzar los más diversos niveles de educación centrándose en la construcción de los aprendizajes de los alumnos quilombolas respetando las cuestiones sociales, históricas, culturales e ideológicas que permean la comunidad quilombola, de la cual provienen los sujetos, materializadas por la construcción de los aprendizajes en los que son vistos (o no) por la escuela regular en la que están inscritos. La investigación trae como referencia teórica a Andrade (2018), Candau (2004), Oliveira (2005), Munanga (1994), foco en el pensamiento afrocéntrico en Assante (2009), Ki-Zerbo (2011), las africanidades brasileñas en Cunha Junior (1998, 2008) y Silva (2003, 2005) en diálogo con el pensamiento decolonial latinoamericano desde Dussel (2010), y Arroyo (2013). El análisis del discurso siguiendo la línea francesa, según Pêcheux (1988) sirvió de lente para el presente trabajo. Ante la necesidad de pensar la comunidad quilombola como un territorio que abarca la parte física (la tierra) y la dimensión simbólica (memorias, rituales y conocimientos). Se trata de una investigación etnográfica, que trae como diseño metodológico de naturaleza cualitativa, utilizando la consulta documental y el grupo focal como procedimientos de investigación. El diario de campo también se utiliza como instrumento de producción de datos. El corpus analítico de este estudio está compuesto por los informes de los sujetos, que se analizaron mediante un diario de campo. Las respuestas se interpretaron mediante el análisis del discurso, siguiendo la línea francesa, según Pêcheux (1988). Las afirmaciones, implícitas y algunas explícitas, llevaban los tradicionalismos presentes en las prácticas pedagógicas y en las miradas de consolidación del aprendizaje. Frente a la investigación, el estudio presenta una propuesta para la inserción de una Internet de calidad que permita la inclusión tecnológica en la comunidad quilombola, en busca de una formación pautada en los nuevos recursos insertados en el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Educación quilombola, aprendizaje a distancia, pandemia, tecnología.

ABSTRACT

This research focuses on the promotion of education through technologies in the modality of remote education in a quilombola community. The expedient used in the case of the research that will be analyzed is the epistemology of the creation of the quilombo, formulated by Abdias Nascimento, because it is undoubtedly part of the concept of Afrocentered epistemological truth, according to Asante's (1980), with the due bases of this paradigm already established. The main objective is to identify which methodologies were used during the remote period, so that teaching could reach the most diverse levels of education with a focus on the construction of learning for quilombola students respecting the social, historical, cultural and ideological issues that permeate the quilombola community, from which the subjects come from, materialized by the construction of learning in which they are seen (or not) by the regular school in which they are enrolled. The research brings as theoretical reference Andrade (2018), Candau (2004), Oliveira (2005), Munanga (1994), focus on the Afrocentric thought in Assante (2009), Ki-Zerbo (2011), the Brazilian Africanities in Cunha Junior (1998, 2008) and Silva (2003, 2005) in dialogue with the Latin American decolonial thought from Dussel (2010), and Arroyo (2013). The discourse analysis following the French line, according to Pêcheux (1988) served as lenses for the present work. In view of the need to think the quilombola community as a territory that covers the physical part (the land) and the symbolic dimension (memories, rituals and knowledge). This is an ethnographic research, with a qualitative methodological design, using document consultation and focus groups as research procedures. The field diary is also used as an instrument of data production. The analytical corpus of this study is composed of the reports of these subjects, which were analyzed by means of a field diary. The answers were interpreted by means of discourse analysis, following the French line, according to Pêcheux (1988). The statements, implicitly and some explicitly, carried the traditionalisms present in the pedagogical practices and the looks for learning consolidation. In face of the investigation, the study presents a proposal for the insertion of a quality internet that permeates the technological inclusion in the quilombola community, in search of a formation based on the new resources inserted in the teaching and learning process.

Keywords: Quilombola Education, Remote Learning, Pandemic, Technology.

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Corpo Técnico Administrativo	64
Quadro 02 – Corpo Técnico Pedagógico	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem da Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre.....	110
---	-----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo.
IDEIA	Instituto Ideia de Educação e Desenvolvimento Internacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMCI	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
SEME	Secretaria Municipal de Educação.
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.	8
2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	Error! Bookmark not defined.
O problema.....	17
2.2	
Justificativa.....	19
2.2.1 Estado da	
Arte.....	21
2.3 OBJETIVOS.....	22
2.3.1 Objetivo	
Geral.....	22
2.3.2 Objetivos	
Específicos.....	23
2.3.3 Pergunta investigativa	Error! Bookmark not defined.
2.3.4Perguntas Norteadoras	Error! Bookmark not defined.
3 .MARCO TEÓRICO	Error! Bookmark not defined.
3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	24
3.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESPÍRITO SANTO	28
3.4 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE/ES	32
3.7 Educação Escolar Quilombola	Error! Bookmark not defined.
3.9 Educação híbrida e remota em uma comunidade quilombola de monte alegre – Cachoeiro de Itapemirim - ES	Error! Bookmark not defined.
5. TIPO DA PESQUISA	64
5.1 UNIVERSO E POPULAÇÃO	72
5.2 TÉCNICAS PARA RECOLHA DE DADOS	73
6.ANÁLISE DOS DADOS	75
6.1 ALCANCE DA PESQUISA	78
6.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	Error! Bookmark not defined.
6.3 ÉTICA NA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS	Error! Bookmark not defined.
6.4 RISCOS DA PESQUISA	Error! Bookmark not defined.
6.5 BENEFÍCIOS DA PESQUISA	Error! Bookmark not defined.
APÊNDICES	115

1. – INTRODUÇÃO

A educação na contemporaneidade requer subsídios que perpassem pela utilização das tecnologias a favor da aprendizagem oportunizando novos olhares para as práticas pedagógicas. De acordo com a BNCC (2018), deve-se valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos pelo alunado sobre as diversas questões da vida, por meio do mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, de forma consciente e crítica. Logo, os docentes necessitam cada vez mais se utilizar as novas tecnologias para promover a aprendizagem, já que o conhecimento é concebido a partir das interações e da conscientização entre a máquina e o discente pois o fazer pedagógico não pode se distanciar das realidades.

Sendo assim, a escola não pode promover barreiras entre realidade e conhecimento, mas deve agregar todas as manifestações culturais dos alunos, para que se sintam parte integrante da escola e inseridos dentro das práticas pedagógicas. O espaço escolar precisa ser ocupado por realidades de grupos subalternizados ao longo da história. A presente investigação instiga-se a investigar ~~em que~~ à medida as tecnologias supriram as demandas educacionais no período em que as aulas estiveram na modalidade do ensino remoto como ferramenta que subsidiasse a educação respaldados na Resolução Nº 08 de 20 de novembro de 2012, constituem-se em fundamentos teóricos-metodológicos das práticas das professoras que atuam em comunidade quilombola. Dessa forma, resulta a escolha pelo estudo de caso etnográfico, considerando nosso objeto de pesquisa e nossos objetivos. Enquanto objetivos específicos interessa-se: a) explicar quais tecnologias obtiveram êxito na promoção da aprendizagem dos estudantes no período de pandemia; b) verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre; c) identificar como os professores realizaram seus planejamentos pedagógicos no período de pandemia; d) Descrever quais foram os avanços e retrocessos na educação dos estudantes no periodo pandêmico à luz do ensino remoto.

O corpus teórico da pesquisa está fundamentado nos princípios afrocêntricos, expressos na experiência histórica dos quilombolas no Brasil e nas Américas, as experiências culturais, materiais e imateriais, sociopolíticas e econômicas desses sujeitos que, na educação e nas relações no contexto do território, ganham concretude na prática educativa, constituindo e ressignificando o ser quilombola em seu período histórico. O referencial teórico, portanto, toma como centralidade a educação escolar quilombola e as tecnologias que subsidiaram o ensino como suporte para a construção do saber discente, dialogando com Candau que diz não há educação que não esteja

imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido não é possível conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. No caminho das epistemologias do sul, busca-se aproximar de uma prática que leve em consideração a os saberes repassados de geração em geração compreendida na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais

Busca-se a referência teórica de currículo escolar quilombola como experiência afrocêntrica pautados no Projeto Político Pedagógico que é o documento construído em parceria com a escola e comunidade, respeitando a trajetória histórica dos quilombos residentes na comunidade escolar quilombola de Monte Alegre. No território campo de pesquisa, os professores atuantes em sala de aula multisseriadas com publico assistido do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental descendentes de quilombolas que utilizaram as plataformas digitais como ferramentas para promoção de aprendizagem no período em que as aulas foram pautadas pela modalidade do período remoto.

A presente investigação perpassa na distribuição de fazer em que a primeira etapa, propriamente dita, com a fundamentação teórica, pesquisas bibliográficas, busca de documentos, fotos depoimentos e diário de campo que possam corroborar com a pesquisa. A segunda etapa se deu em relacionar o material recolhido da bibliografia, documentos, jornais e outras fontes concernentes a pesquisa com as anotações da observação de campo para que possamos aprofundar nas possíveis respostas aos objetivos da pesquisa de forma etnográfico, que se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permite reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária. A terceira etapa, foi de analisar o que foi recolhido nas etapas anteriores para organização final dos resultados sendo tratados de forma a dar a primeira fisionomia final todo trabalho. O primeiro capítulo trata da introdução apresentação do problema, Justificativa, Estado da arte, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, perguntas investigativas e perguntas norteadoras.

No segundo capítulo revisão da literatura voltada às temáticas e problemas aqui elencados, utilizaram-se ainda documentos que norteiam a concepção e a relevância na aplicabilidade de políticas públicas educacionais, tecnologia da informação e comunicação como fator de exclusão/inclusão Apresentamos o Marco Teorico, onde nos debruçamos por todo contexto historico, comunidades no Brasil, Comunidades quilombolas no Espirito Santo, educação quilombola e por fim a educação Híbrida.

No terceiro capítulo, são abordadas propostas e argumentos que possam fortalecer os pressupostos teóricos levantados inicialmente. Assim, o capítulo está apresentado em duas etapas, a primeira, a maneira em que a proposta é construída, e sua relevância na formação dos professores formadores e as concepções pedagógicas são interpretadas neste. Traçados neste capítulo, ainda todo marco metodológico.

Logo, o resultado da pesquisa em suas conclusões, combinações e amostras serão de suma importância porque poderão servir de base para outras investigações, contribuirão para reflexões das ações no ensino-aprendizagem dessas temáticas, para a atuação dos que fazem o quilombo e também para a vida pessoal porque o estudo mostra que o conhecimento não traz benefícios somente a uma pessoa, mas a todos, pois, delinear os saberes é garantir uma qualidade de vida mais eficaz à sociedade

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A Educação Escolar Quilombola é conceituada como uma educação destinada ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, abrangendo as etapas e modalidades da educação básica, educação do campo, educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos, inclusive na Educação a Distância. (CEEb, 2013).

Diante do exposto, a educação na contemporaneidade demanda novos olhares para as práticas pedagógicas tendo as tecnologias como suporte para construção de aprendizagem. Logo, os docentes necessitam cada vez mais se utilizar das novas metodologias e o conhecimento prévio dos educandos, para promover a aprendizagem, já que o conhecimento é concebido a partir das interações e da conscientização, pois o fazer pedagógico não pode se distanciar das realidades.

Verifica-se, que esse modelo busca não perder o foco do processo ensino-aprendizagem, e nesta perspectiva identificar quais suportes tecnológicos que subsidiaram o ensino remoto na comunidade quilombola no distrito de Monte Alegre, pertencente a cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES conceituando-se pela distribuição de conhecimento cuidadosamente construído através de tecnologias. Contudo, a educação on-line se sustenta fielmente na prerrogativa da aprendizagem, que é uma atividade inerente a qualquer humano, podendo acontecer em qualquer lugar onde as pessoas estão disponíveis para querer aprender. Este cuidado parece adequado para uma definição que exclui a simples comunicação por computador e ainda, a distribuição

eletrônica de documentos a não ser que sejam usados num contexto de ensino-aprendizagem. Contudo, a maior particularidade da educação on-line é ser realizada em um espaço digitalizado, além de possuir algumas características midiáticas diferenciadas das demais modalidades e que será comentado posteriormente.

Pretende-se identificar por meio de observação de campo e conversas informais aos professores como o ensino foi promovido pelas tecnologias de modo a suprir as demandas do sistema de ensino, tendo em vista que a escola precisou adotar a modalidade remota como ferramenta educacional. Para responder a essas questões, faz-se um viés metodológico de abordagem etnográfica de cunho qualitativo com base ontológica subjetivista. Diante desse viés questiona-se:

1.1.1 .Questão Central

Em que sentido Escola de Educação Básica Monte Alegre ressignificou o paradigma da educação por meio da modalidade de ensino remoto observando seus avanços e retrocessos no período pandêmico ?

1.1.2 As questões norteadoras da pesquisa

- Em que sentido a modalidade de ensino remoto foi adotada pela escola?
- Quais as contribuições que as tecnologias obtiveram de forma a promover a aprendizagem dos estudantes?
- Como os professores subsidiaram seus planejamentos no período de pandemia?
- Quais formas os avanços e os retrocessos na aprendizagem dos estudantes no ensino remoto.

1.2 Justificativa

A presente pesquisa busca analisar como a EMEB Monte Alegre supriu as demandas educacionais no período pandêmico, por meio das tecnologias disponibilizadas para atender as obrigações educacionais curriculares.

Atualmente, a educação passa por uma reestruturação curricular e pedagógica em consequência do uso das tecnologias a favor da aprendizagem. O outro suporte é a internet, que contribui para que os alunos construam seus conhecimentos por meio de aplicativos e plataformas que interagem em tempo real com os processos educacionais.

Pretende-se, também, nessa pesquisa, conhecer os suportes tecnológicos que subsidiaram o ensino remoto na comunidade quilombola no distrito de Monte Alegre,

pertencente a cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES, tendo em vista por ser uma comunidade rural, composta por 126 famílias e por possuir apenas uma escola de educação básica para atender todos os alunos regularmente matriculados do Pré-Escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como os professores conseguiram promover o conhecimento por meio das plataformas e aplicativos de celulares.

Com tal propósito, todo suporte que favoreça o ensino e a aprendizagem precisa estar pautado na consolidação da aprendizagem, tendo o aluno como protagonista na construção do saber, possibilitando formar cidadãos conscientes e críticos para exercer as funções vitais na sociedade em que vivem.

Os planejamentos didáticos e pedagógicos precisam adequar os currículos a nova realidade educacional, seja por acesso as plataformas digitais ou não, proporcionando aos professores e alunos subsídios que favoreçam o diálogo e a aprendizagem entre as partes, e de todos os que participam do processo de construção do saber. O principal vetor para atender as questões sociocultural atuais e tornar uma criança em um cidadão consciente e crítico de suas ações é a educação. E, no caso desta pesquisa, é identificar como as crianças quilombolas estão sendo orientadas, pelo ensino remoto, para terem uma educação pertinente e se tornarem multiplicadoras de bons costumes e dos aspectos culturais e de todo o conjunto patrimonial existente no Quilombo.

Como proposta de trabalho, pretende-se desenvolver uma pesquisa com foco na metodologia adotada pela escola EMEB Monte Alegre, alertando para importância da busca do conhecimento por meio das plataformas digitais utilizadas durante o processo do ensino remoto, levando a importância dos alunos se tornarem cidadãos conscientes, críticos e transformadores da comunidade onde vivem. Dessa forma se partiu para a construção do Estado da Arte, que é uma parte fundamental do trabalho científico uma vez que referencia descobertas anteriores sobre determinado tema, evitando estudos desnecessários e beneficiando o tempo de pesquisa, auxiliando em novos desenvolvimentos de conceitos, paradigmas e conhecimentos. Não é um exercício facilmente realizado, pois possui caráter crítico e reflexivo, através do qual não se copia o que foi escrito, mas faz-se a interpretação de dados levantados mediante pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Os textos foram criteriosamente selecionados a partir da consulta de artigos publicados na base de dados eletrônicos do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), , Scielo e Google Acadêmico. Nas pesquisas, utilizamos as palavras-chave: COVID-19. Defasagem pedagógica. Ensino remoto. Tecnologias. No Catálogo de Teses CAPES – no período de 2011 a

2022, foram encontrados 871 artigos e dissertações, refinando para a área educação foram pré-selecionados 101 de suas publicações e selecionadas 4, cujo critério de seleção pautou-se nos objetos da pesquisa que tratassem do contexto da Educação Escolar Quilombola. Na Scientific Electronic Library Online -SciELO – no período 2019 a 2022 foram encontrados 10 entre artigos e teses. Refinando as buscas para a área temática, educação encontramos 9 teses e artigos, dos quais foram selecionados 4 que estavam relacionados ao tema educação. No BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) foram encontradas 226 publicações, foram pré-selecionados 21 e selecionados 4. No Google Acadêmico no período 2019 a 2022, sobre o objeto da pesquisa em pauta, foram encontrados 15.300 artigos, monografias e teses, dentre os quais foram pré-selecionados 25 e selecionados 04, que tratavam da formação dos professores e inclusão. Apoiado nos resultados encontrados produziu-se os quadros 1 e 2, que sintetizam as produções que se relacionam com o tema apresentado.

Quadro 1: Base de Dados

BASE DE DADOS	BDTD	CAPES	SCIELO	GOOGLE ACADÊMICO
PÚBLICAS	226	871	10	15.300
ENCONTRADAS				
ESTUDOS	21	101	9	25
PRÉ-SELECIONADOS				
ESTUDOS	05	02	04	04
SELECIONADOS				

Fonte. Pesquisador (2022)

Quadro 2 – Antecedentes da pesquisa

AUTOR	TÍTULO	PUBLICAÇÃO	BANCO DE DADOS	ANO
Edimara Gonçalves Soares	Educação escolar quilombola : quando a diferença é indiferente	Universidade Federal do Paraná	BDTD	2012
Mauro Soares Cordeiro	Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas	Universidade de São Paulo	BDTD	2017
Ana Paula dos Santos	Educação escolar quilombola no Cariri Cearense: africanização da escola a partir de	Universidade Federal do Ceará	BDTD	2018

	pedagogias de quilombo			
Ranchimit Batista Nunes	A unidade na diversidade: tessituras e desdobramentos cotidianos de professores (as) no contexto da educação escolar quilombola	Universidade de São Paulo	BDTD	2020
Camilla Viana de Souza Gonçalves, et.al	Defasagem pedagógica pós-pandemia dos alunos quilombolas da Comunidade de Monte Alegre-ES	Research, Society and Development, v.11, n.4, e45311427697, 2022	CAPES	2022
Camilla Viana de Souza Gonçalves, et.al	A inserção do teatro no currículo das escolas pertencentes às comunidades quilombolas e suas contribuições para a formação do aluno e a preservação da cultura.	Research, Society and Development, v.11, n.4, e45311427697, 2022	CAPES	2022
Breyner Ricardo de Oliveira, et.al	Implementação da educação remota em tempos de pandemia análise da experiência do Estado de Minas Gerais	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,	Google Acadêmico	2021
Anderson Silva Santos	Educação quilombola no período da pandemia: reflexões sobre a realidade no tabuleiro do quilombo rural em penedo	Coloquio Internacional Educação e Contemporaneidade	Google Acadêmico	2021
Carlos Roberto Ferreira, et.al	A Pandemia no Quilombo: o que Acontece em nossa Arte-Educação-Ambiental?	Anais principais do seminário de educação, uiabá	Google Acadêmico	2021

Fonte. Pesquisador (2022)

Apesar das publicações analisadas abordarem informações referentes a educação quilombola, estas não fazem referência clara educação quilombola, ensino remoto e pandemia, portanto, o estudo justifica-se pela necessidade de analisar ressignificando a modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola : avanços e retrocessos no período da pandemia como promoção de aprendizagem.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral:

Analisar a modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola seus avanços e retrocessos no período da pandemia na escola EMEB Monte Alegre , Cachoeiro de Itapemirim, ES.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Explicar quais tecnologias obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes no período de pandemia;
- Verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre;
- Identificar como os professores realizavam seus planejamentos pedagógicos no período de pandemia?
- Descrever quais foram os avanços e retrocessos na educação dos estudantes no período pandêmico ?

2. REVISAO DE LITERATURA

2.1 Caminhos a serem percorridos na Educação Quilombola da Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre

A responsabilidade do sistema educativo diante da nova realidade da educação brasileira, frente a este novo desafio metodológico, é que os educadores estejam aptos a promover uma educação mais ativa, sendo assim a fundamentação teórica da pesquisa partiu dos estudos a respeito da questão racial no Brasil, que impactam a questão dos quilombos e a educação escolar quilombola. Dialogamos com Nilma Lino Gomes (2002), Kabengele Munanga (1996), Vera Candau (2016), Tzvetan Todorov (1995), Neuza Santos Souza (1983), Frantz Fanon (2008), Escobar (2003), Neusa Maria Mendes de Gusmão (2017), Catherine Walsh (2013) e Thomas E. Skidmore (1976). Para definir o grupo étnico quilombola, situamos o termo na história e na educação brasileira e na antropologia. Para Nunes (2006), os quilombos são um horizonte relativamente esquecidos nas produções acadêmicas, em especial nas educacionais e são esquecidos por ser tratar de um espaço rural negro.

Tendo em vista a educação escolar quilombola, pode-se acreditar que o processo de encontro das diferenças e das trocas culturais entre os diferentes são essenciais para a construção da prática dos docentes e na construção do saber dos estudantes, uma vez que nas bases do aprendizado da educação quilombola podem ser encontrados em sua essência os princípios da solidariedade, fraternidade, respeito e cooperação, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da

Educação Escolar Quilombola. Pode-se acreditar que por meio da prática docente, a escola pode gerar capacidade e consciência organizativa. (BRASIL, 2012).

Ao buscar outros trabalhos que dialogassem com o tema investigado, encontramos doze pesquisas, conforme os apêndices D, E, F e G. Com base nessa busca, entende-se pertinente elencar todos esses trabalhos, pois destacam comunidades quilombolas com relação às novas tecnologias, educação escolar quilombola, bem como aspectos sociais e culturais.

Destaca-se que foram utilizadas teses, dissertações e artigos que abordam questões que considera-se importante enfatizar no estudo. O material selecionado foi distribuído e organizado em quatro vertentes de investigação:

1. A linguagem, aspectos sócio-históricos e culturais na/da comunidade quilombola (de modo geral);
2. As comunidades quilombolas no Brasil;
3. As comunidades quilombolas no Espírito Santo;
4. A comunidade quilombola de Monte Cachoeiro de Itapemirim/ES.

A primeira vertente corresponde a um estudo relacionado a linguagem, aos aspectos sócio-históricos e culturais na comunidade quilombola (considera-se que esse trabalho poderia contribuir para uma compreensão mais abrangente da temática abordada por como objeto a ressignificação da modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola: seus avanços e retrocessos no período de pandemia). Nas segunda e terceira vertentes, encontram-se estudos realizados em comunidades quilombolas no Brasil e no Espírito Santo (entendermos aqui necessidade de um melhor dimensionamento da temática de pesquisa em nível nacional e regional). Posteriormente, na última vertente, por sua vez, encontram-se os trabalhos que trouxeram aspectos relevantes sobre a comunidade de Monte Alegre, da qual são oriundos os professores participantes de nosso por meio de observação em sua prática pedagógica voltada às novas tecnologias educacionais a favor da aprendizagem. A seguir apresenta-se as subseções e as contribuições dos trabalhos analisados para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

Dos trabalhos encontrados sobre comunidades quilombolas, apenas uma dissertação e dois artigos são os que tratam de questões políticas envolvendo lutas pela terra como lugar de direito e de políticas de língua voltadas às comunidades quilombolas no Brasil, conforme propõe ~~nessa~~ pesquisa.

A dissertação de mestrado intitulada *O projeto político do território negro de retiro e suas lutas pela titulação das terras*, de Oliveira (2005), também contribui para a compreensão e o desenvolvimento do estudo, pois o autor objetivou analisar o processo de construção do território negro, fortalecendo o espaço de resistência, luta e organização política, em que a memória dos conflitos étnicos e territoriais é acionada para que sejam mantidos os sentimentos de unidade entre os sujeitos.

Para a fundamentação teórica desse estudo, a abordagem realizada ~~tem em vista~~ visa a identidade e a etnicidade como questões que propiciam a organização social das diferenças culturais significativas para os próprios atores em estudo. Nesse sentido, Oliveira (2005) traz em seu estudo um debate em torno do sujeito de direito, assim como os procedimentos de titulação de terras e os órgãos responsáveis. Acrescenta informações relevantes sobre a regularização do direito das comunidades dos quilombos, a partir do Decreto nº 4887/03⁵. Segundo o autor, o conceito de território constitui em

[...] um espaço físico comunitário visível e um bem de natureza simbólica a partir do qual se estabelecem vínculos entre os membros do grupo e deles com uma realidade invisível, aquela da crença na sua ancestralidade comum. Esta crença é elaborada em interação com uma permanente experiência de organização comunitária em defesa da indivisibilidade da terra (OLIVEIRA, 2005, p. 235).

O autor conclui, ainda, que a luta é pensada como relacional, uma vez que envolve reivindicações e relações de poder das comunidades frente ao Estado, que têm o dever constitucional de emitir os títulos definitivos das terras ocupadas por elas. Desse modo, ainda que sua pesquisa não tenha sido concretizada na localidade em que foi realizado nosso estudo, verificam-se abordagens significativas sobre a luta dos quilombos pelo atendimento aos seus direitos. Dessa maneira, pode-se dizer que os resultados dessa pesquisa trouxeram outras perspectivas com relação a esta. Destaca-se ainda, que os estudos de Oliveira (2005) colaboram com a pesquisa, pois apresentam dados relevantes sobre o processo de construção do território negro no estado do Espírito Santo, Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Retiro, local próximo do município de Santa Leopoldina/ES, ao passo que pesquisa evidenciar aspectos desse processo de construção na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Sousa e Cultrim (2013), no artigo intitulado *O lugar do sujeito na produção de identidades quilombolas*, trazem uma análise da construção no/pelo discurso de identidades quilombolas, performadas por uma prática discursiva institucionalizada no campo da ciência linguística. Nessa perspectiva, discutem o lugar do sujeito⁶ lexicógrafo e o lugar institucional que ele ocupa na produção do conceito de quilombo e quilombola enquanto objeto de discurso e os efeitos de sentido resultantes, na contemporaneidade, na construção de uma identidade quilombola. Os autores destacam o lugar ocupado pelo sujeito lexicógrafo na produção dos significados dicionarizados, visando esclarecer o conceito de quilombo e quilombola e seus efeitos de sentido na contemporaneidade. Para isso, Sousa e Cultrim (2013) fizeram a análise dos dicionários Ferreira (2001), Cunha (2007), Houaiss e Vilar (2001). Os autores embasaram sua pesquisa nos estudos de Michel Foucault (1986) e Hall (2006). Sousa e Cultrim (2013) esclarecem que a

[...] luta dos quilombolas sempre instigou o imaginário político nacional. As discussões sobre essas comunidades ganharam efervescência nos anos 1980, com o fim da ditadura militar, momento em que o movimento negro pôde expor conflitos territoriais até então sufocados (SOUSA; CULTRIM, 2013, p. 2).

Os autores concluem que há a ingerência de poderes que irão oficializar os sentidos, tendo em vista que o signo linguístico é ideológico e os sentidos são produzidos por sujeitos sociais a partir de determinados lugares institucionais (SOUSA; CULTRIM, 2013).

De natureza bibliográfica, a pesquisa de Sousa e Cultrim (2013) contribui com o ~~nessa~~ trabalho uma vez que esclarece os conceitos sobre quilombo e quilombola, fundamentais para ~~nessa~~ pesquisa junto à Comunidade Quilombola Monte Alegre. Segundo os autores, esses termos filiam-se a um passado longínquo, não apenas de fugas, mas também de resistência dos negros cativos das fazendas dos seus senhores para áreas onde se formavam povoações rurais de negros aquilombados. Considera-se o sujeito lexicógrafo como o responsável pela organização dos textos lexicográficos, constituídos por definições ou prefácios.

Cabe ressaltar que estudo visa destacar o léxico que é utilizado somente na referida comunidade, ou seja, que possui significados próprios dos quilombolas que ~~ali~~ residem no local.

Elsner e Cervo (2016), no artigo intitulado *Reflexão sobre política (s) de língua: um estudo a partir das comunidades quilombolas de Restinga Sêca*, objetivam refletir a respeito da(s) política(s) de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento na constituição das comunidades quilombolas Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos, situadas no município de Restinga Sêca/RS.

As autoras alicerçaram a pesquisa com base nos estudos de Orlandi (1998; 2002; 2005; 2007; 2009), Scherer (2006), Payer (2009), Cervo (2012), dentre outros autores. Elsner e Cervo (2016) concluem que existem duas instâncias de significação política: uma a partir do modo como a cultura afro-brasileira é apresentada no livro didático de uma das turmas da escola, e outra a partir do destaque anual relativo ao Dia da Consciência Negra. Nesse sentido, Elsner e Cervo (2016), a fim de esclarecer sobre as questões da língua, afirmam que

[...] diversas possibilidades podem ser consideradas, como de que a língua dos primeiros negros habitantes dos quilombos persistem enquanto rituais culturais e/ou como materna ou que tenham sido silenciadas ao longo da história por políticas de língua diversas (ELSNER; CERVO, 2016, p. 225).

As autoras evidenciam que a língua fluida é, em suma, a contraparte da língua imaginária, ou seja, a língua não é estanque, está em contínua transformação, logo, não pode ser reprimida em um sistema normativo, como a imaginária, pois vai além das regras. Elsner e Cervo (2016) acrescentam que essa língua

[...] é a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição do sujeito, observando suas condições de produção e notando que não temos controle sobre a língua que falamos, pois ela não tem a unidade que imaginamos (ELSNER; CERVO, 2016, p. 228).

Destaca-se que o artigo de Elsner e Cervo (2016) corrobora com ~~nessa~~ pesquisa, tendo em vista a promoção de um ensino com foco na aprendizagem se embasando na constituição de comunidade quilombola, ou seja, trata-se de uma pesquisa muito semelhante a que realiza-se, levando em conta a formação da comunidade quilombola de Monte Alegre/ES.

Pode-se considerar que os três últimos trabalhos analisados dialogam entre si, pois trazem a relação intrínseca existente entre questões identitárias, políticas e aprendizagem em uma comunidade, mais especificamente, em comunidades quilombolas, revelando o quão expressivas se fazem as pesquisas que evidenciam esses aspectos, de maneira que se permita correlacioná-los.

2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESPÍRITO SANTO

Sob análise das tecnologias inseridas na EMEB Monte Alegre de forma a levar o conhecimento por meio virtual aos estudantes de uma comunidade quilombola, onde professores promoveram o conhecimento pelas plataformas e aplicativos celulares, elencamos cinco estudos realizados no estado do Espírito Santo, dentre eles, duas teses, duas dissertações e dois artigos. Esses trabalhos foram realizados entre 2009 e 2021 e abordam aspectos sócio históricos e culturais das comunidades quilombolas, os quais foram essenciais para a progressão de nossa pesquisa.

Silva (2012), em sua tese de doutorado intitulada *Do fundo daqui: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo*, destaca que o tema e o objeto de estudo da pesquisa foram construídos tendo em vista a produção simbólica das interações sociais das fronteiras étnicas, para descrever as diferenças sociais percebidas pelos seus agentes. Nessa perspectiva, a etnografia relaciona fontes primárias e secundárias para descrever e contextualizar as diversas faces da mobilização política dos quilombolas na produção de seus direitos identitários e territoriais.

O autor conclui que os resultados da etnografia descrevem as condições políticas e identitárias de produção da identidade quilombola no norte do estado do Espírito Santo, sob o ponto de vista de seus porta-vozes. Silva (2012) destaca acerca do mundo social das fronteiras étnicas que

[...] as identidades sociais dispostas neles são também muitas vezes contraditórias e não repousam sobre uma cultura comum, mas sob fluxos e conflitos de significados. Buscar nelas um centro de onde irradiam seu sentido, ou uma essência imutável que delimita as experiências sociais pode encaminhar o analista para a reificação dos esquemas de poder nele dispostos, ao tomar o real por sua representação (SILVA, 2012, p. 61).

O autor (2012, p. 301) ressalta que “as relações de poder, têm suas raízes associadas à produção de identificações em vista do estigma social e racial que a escravização negra produziu sobre a população quilombola no Sapê do Norte”. Silva (2012), identifica

[...] os agentes políticos como um grupo inovador na conjuntura assinalada por eles como desfavorável: as relações de trabalho e propriedade fundiária no pós-abolição, a perseguição sistemática às manifestações afroreligiosas e aos seus sacerdotes, a expansão da fronteira agrícola das monoculturas sobre o seu regime de propriedade durante a Ditadura Militar, a mobilização sindical contra o trabalho análogo ao da escravidão, o conjunto de mobilizações pelos direitos dos negros na nova Carta Constitucional de 1988 e a mobilização pela consolidação dos direitos dos quilombolas (SILVA, 2012, p. 301).

Nessa perspectiva, o autor supracitado acrescenta que

[...] a consciência, sob a ótica destes agentes, se aproxima da autodefinição onde a negritude encontrou lugar na definição da identidade étnica dos quilombolas. O peso relativo desta reorganização diacrítica pode ser verificado pela permanência dos porta-vozes na sua defesa nos diferentes espaços de interação, bem como das habilidades em lidar com a diversidade de linguagens sobre a inscrição da diferença (SILVA, 2012, p. 301).

A pesquisa realizada por Silva (2012) foi desenvolvida no norte do estado do Espírito Santo e teve como recurso analítico e conceitual os estudos sobre etnicidade e campo político para a descrição das categorias empregadas pelos quilombolas para produzir sua representação política. De forma um pouco diferente, ~~nessa~~ pesquisa buscará apresentar aspectos sobre a formação de uma comunidade quilombola do sul do mesmo estado, considerando o dialogismo e as interações sociais, pela via dos textos produzidos por estudantes dessa comunidade.

A pesquisa desenvolvida por Silva (2012) dialoga com o estudo desenvolvido por Garcia, intitulada *Em nome do negro, da terra e do Espírito Santo: aspectos históricos, jurídicos e políticos do reconhecimento das áreas remanescentes de quilombos no Sapê do Norte – ES*⁷, uma vez que ambos abordam aspectos políticos voltado às comunidades quilombolas do Espírito Santo. Apesar de diferir em alguns aspectos de nossa pesquisa, esses estudos contribuem para o alcance do objetivo ~~de nosso~~ do estudo de modo a propiciar a compreensão de questões que perpassam o campo político das comunidades quilombolas no Espírito Santo, bem como sua inscrição da negritude, que passou a ser transmitida, ensinada, aprendida e disputada.

A pesquisa de Garcia (2007) foi realizada em áreas remanescentes de quilombo do Sapê do Norte/ES, no Vale do Cricaré, no extremo Norte do Espírito Santo, mais especificamente, nas cidades de São Mateus e Conceição da Barra.

Assim como a tese de Silva (2012), a dissertação de Garcia (2007), evidencia questões políticas e históricas que perpassam o reconhecimento das terras que pertencem às comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Além disso, apresenta uma importante análise jurídica, trazendo como principal objeto de análise a relação entre Direito e Norma estabelecida com o advento do Decreto nº. 4.887/2003, que regulamenta no Art. 1º os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse Decreto assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito das terras ocupadas e o reconhecimento da propriedade definitiva dessas terras, e determina uma ordem ao Estado, a fim de assegurar esse direito tendo em vista a expedição dos títulos de

propriedade. Para Garcia (2007, p. 38),

[...] essa visão dos quilombos apenas como movimento de relação e negação ao sistema parece estar passando por uma fase de revalidação na história social do Brasil. Ao mesmo tempo em que são compreendidos como afirmação de luta, são também reconhecidos como projeto de uma nova ordenação social, uma vez que precisam desenvolver estratégias de inclusão na vida cotidiana.

Garcia (2007) evidencia que o processo histórico no Brasil não é ação externa aos agentes sociais e às lutas, mas intrínseco a eles, determinado por eles e pela consciência histórica e social deles. Nesse sentido, a autora conclui, por meio da pesquisa de campo, que os impactos políticos, sociais e jurídicos do Decreto nº. 4.887/2003 influenciaram na ressignificação dada ao conceito de comunidades remanescentes de quilombos. Logo, corrobora-se as contribuições desse estudo, considerando sua abordagem acerca dos negros no Espírito Santo, entrelaçando assim as ~~nessas~~ proposições acerca dos processos para o reconhecimento dos quilombos.

Prosseguindo, a tese de doutorado de Andrade (2013), intitulada *Olhares sobre jongos e caxambus: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras*, também foi importante para ~~nesso~~ estudo, por apresentar uma pesquisa realizada em territórios negros sob a inspiração do Jongo e do Caxambu, reconhecidos como acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para realização de sua pesquisa, Andrade (2013) teve como recurso analítico e conceitual estudos sobre etnicidade no campo da educação. Destaca que a proposta da pesquisa é ampliar e constituir-se como base para a implementação da Lei nº 10.639/2003, considerando a descrição das categorias religiosidade, territorialidade, memórias, cultura negra, cultura popular e tradição, com base nas narrativas dos sujeitos.

A autora ressalta que, em sua pesquisa, procurou investigar o processo de tradução cultural do Jongo e do Caxambu no contexto comunitário e escolar. Buscou, ainda, descrever o papel das lideranças para organizar esses grupos, a relação deles como agentes públicos, a produção de conhecimentos com vistas à contribuição dessas práticas educativas.

Ao encontro do objetivo proposto, Andrade (2013) buscou inspiração teórica dos estudos culturais referenciados em Stuart Hall (2008), Canclini (1997), Santos (2008; 2009), Certeau (2005) e na produção simbólica das interpretações sociais, das fronteiras étnicas para descrever as diferenças percebidas pelos sujeitos. A autora conclui, em sua pesquisa, que jongos e caxambus apresentam-se como práticas

ressignificadas em diferentes contextos. No entanto, o percurso realizado por Andrade (2013) permitiu, ainda, considerar que os processos afroreligiosos de construção da negritude tomaram outros caminhos, que impulsionaram movimentos de criação e renovação.

Schiffler (2017), em seu artigo intitulado “Sobre Bakhtin, quilombos e a cultura popular”, objetiva discutir a atualidade e a episteme dos estudos bakhtinianos acerca da cultura popular, tendo em vista as teorias da performance e dos estudos culturais. A autora apresenta como foco do estudo as produções culturais de comunidades quilombolas do estado do Espírito Santo. De acordo com a autora,

[...] a comunicação do físico com o ideológico se efetiva por meio dos gestos, que inscrevem no tecido social relações simbólicas, contestando ou propondo códigos sociais. O movimento, como objeto de juízo de valor, corresponde ao papel social que se espera de cada um, trazendo a público elementos ocultos da essência e dos humores (SCHIFFLER, 2007, p. 85).

Nesse sentido, Schiffler (2017) aponta que os estudos de Bakhtin sobre a cultura popular lançam um olhar para o potencial transformador e ambivalente de festas populares, cortejos e performances, enfatizando o conceito de carnavalização.

Dessa forma, esse estudo contribui para o nosso estudo, tendo em vista que apresenta os estudos bakhtinianos acerca da cultura popular, considerando que esta é fortemente evidenciada nas comunidades quilombolas. No entanto, não tem por objetivo esta pesquisa, o aprofundamento do conceito de carnavalização.

Importante ressaltar que, mesmo utilizando referenciais teóricos distintos, os estudos de Andrade (2013) e de Schiffler (2017) dialogam no sentido de evidenciarem aspectos da tradição das comunidades quilombolas que se fazem presentes na cultura e influenciam processos identitários, políticos e sociais, bem como apresentam-se nas trocas linguístico-discursivas dos membros das comunidades.

Os trabalhos dialogam entre si à medida em que trazem a valorização de aspectos culturais das comunidades quilombolas e fomentam a visibilidade de políticas voltadas ao tema abordado. Nessa perspectiva, dialogam com o ~~nosso~~ estudo, uma vez que contribuem para a compreensão e análise de questões sociais, históricas e culturais que permeia a comunidade quilombola de Monte Alegre.

Considera-se relevante também os estudos de Oliveira (2011) que resultaram no artigo intitulado *Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural*, tendo em vista as pesquisas etnográficas em desenvolvimento no estado do Espírito Santo desde 1997. O autor

destaca, no referido estudo, dados sobre as 40 comunidades que se definem como quilombolas no estado do Espírito Santo.

Oliveira (2011) aborda os processos sociais que acontecem na transmissão de saberes entre as comunidades, levando em consideração saberes acerca de sua própria existência e dos demais integrantes. O autor propõe, ainda, uma reflexão a respeito da consciência de quilombolas sobre sua constituição comunitária e a apropriação política desses saberes como patrimônio cultural para a demarcação/reconhecimento de seus territórios e identidades étnicas. Oliveira (2011) destaca que

[...] os quilombos são, desde o seu surgimento, formas de organização social política com modos de viver e fazer específicos, segundo o contexto e a situação social de cada região e localidade. Nesse processo de elaboração de consciências e memórias a respeito da existência de agrupamentos classificados e auto definidos como comunidades dos quilombos, estão envolvidos não apenas os integrantes das próprias comunidades, mas também os agentes que vêm produzindo uma explicação para a existência desses agrupamentos (OLIVEIRA, 2011, p. 164).

A partir dos estudos desse autor, entende-se ser necessária uma reflexão acerca dos conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural, evidenciando na pesquisa quais são os conflitos das comunidades quilombolas no Espírito Santo e ainda, os conflitos existentes no contexto escolar.

2.4 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE/ES

A comunidade quilombola Monte Alegre, localizada no interior do município de Cachoeiro de Itapemirim, surgiu na segunda metade do século XIX, com o agrupamento de negros supostamente provenientes de Angola, na África. Estes negros foram escravizados em fazendas da região, como Boa Esperança, Barra do Mutum, São João da Mata e Monte Alegre.

Ao alcançarem a liberdade por força da "Lei Áurea", em 13 de maio de 1888, remanescentes desses negros adquiriram pequenas glebas da Fazenda Monte Alegre e assim fundaram o local que anos mais tarde passaria a ser denominada Comunidade Quilombola de Monte Alegre. As primeiras famílias a adquirirem terras foram Veridiano, Ventura e Oliveira, através de seus patriarcas Leonardo Veridiano da Silva, Marcelino Ventura, José Ventura e Manoel Sabino de Oliveira.

Atualmente, a comunidade possui cerca de 700 quilombolas e os sobrenomes que prevalecem ainda são Veridiano, Ventura e Adão. A população local busca o seu

desenvolvimento através do ecoturismo, do turismo étnico e da participação em projetos de inclusão social e geração de renda, mas a principal renda da comunidade ainda é extraída de serviços prestados a produtores rurais ligados ao cultivo de café, da pecuária de gado leiteiro e de corte.

Monte Alegre é bastante conhecida pela cultura que carrega e pela promoção dos elementos que fazem parte dela desde os seus primórdios. Entre eles, o Caxambu, uma dança popular de origem afro-brasileira praticada em Monte Alegre desde a sua fundação. A dança é embalada pelo jongo (versos cantados) e acompanhada por fortes batidas dos tambores até a madrugada, como uma maneira de expressar sentimentos, mesmo após um longo dia de trabalho.

Para a perpetuação do caxambu na comunidade, existem dois grupos desta tradicional dança que se apresentam em datas comemorativas e para visitantes. Um deles é composto por adultos e liderado por Maria Laurinda Adão e o outro é formado por crianças e coordenado pelo Grupo de Ecoturismo e Meio Ambiente Bicho do Mato.

A Comunidade Quilombola de Monte Alegre também realiza, em todo 13 de maio, a tradicional festa “Raia da Liberdade”. O evento tem à frente a mestra de caxambu Maria Laurinda Adão – uma líder quilombola engajada com projetos sociais e militante em vários movimentos sociais. Aos 73 anos, Laurinda é considerada uma das mulheres vivas mais importantes para preservação das raízes e tradições do povo afrobrasileiro, percorrendo o Brasil e o mundo difundindo a cultura que aprendeu na comunidade de Monte Alegre.

Devido a pouca literatura disponível sobre as comunidades quilombolas brasileiras, a História Oral é um dos pontos fortes para a perpetuação da cultura de Monte Alegre, pois é através dela que novas gerações se conectam com seus ancestrais, tendo acesso a todo conhecimento desenvolvido ao longo de anos. O *Pau da Mentira*, como ficou conhecida uma comprida tora de madeira onde em que aconteciam as reuniões informais dos homens da região para a contação de *causos*, teve uma importante colaboração para que esses conhecimentos chegassem aos dias atuais. Nos dias de hoje, os líderes procuram resgatar, registrar e guardar todo o material disponível sobre a sua história antiga e atual, incluindo fotografias, jornais, revistas, artigos científicos e documentários.

O Ecoturismo também é uma das potencialidades de Monte Alegre. A Comunidade participa de um projeto do Governo Federal denominado “Projeto Ecológico do Corredor Central da Mata Atlântica”, desenvolvido em áreas públicas ou

privadas através do plantio de mudas de espécies arbóreas nativas, visando à recomposição da Mata Atlântica. O Corredor Ecológico também possibilita a visita de grupos para atividades de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica.

Situada em zona rural, a 37 quilômetros do centro do município de Cachoeiro de Itapemirim, Monte Alegre conta ainda com trilhas ecológicas e onde facilmente podem ser observadas diversas espécies de aves, borboletas, flores silvestres, plantas com propriedades medicinais, entre outros atrativos ecológicos.

A culinária local, também baseada na cultura afro-brasileira, tem como pratos principais o angu de banana verde e a feijoada – inicialmente criados de improviso devido às dificuldades econômicas e como alternativa de ter alimentos nutritivos à mesa.

Tendo em vista que foram apresentados os trabalhos sobre análise das tecnologias inseridas na EMEB Monte Alegre de forma a levar o conhecimento por meio virtual aos estudantes de uma comunidade quilombola e os estudos realizados sobre quais metodologias surtiram efeitos para que o aluno conseguisse ser protagonista de sua própria aprendizagem, considera-se relevante apresentar os trabalhos realizados especificamente na comunidade quilombola de Monte Alegre/ES. Destaca-se que, dentre os estudos da referida comunidade, consta uma tese de doutorado e duas dissertações.

Andrade (2007), em sua dissertação *A educação do negro na comunidade de Monte Alegre – ES em suas práticas de construção da cultura popular negra*, apresenta como objetivo principal compreender o currículo vivido nas práticas culturais realizadas na comunidade quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim/ES, e seus entrelaçamentos com a escola local. A autora apresenta como fundamentação teórica Santos (2004, 2005, 2006), Certeau (1994, 2005), Benjamin (1994), Silva (2002; 2004), Carvalho (2004; 2005; 2006), Canclini (2006), Bauman (2003), dentre outros. Segundo Andrade:

Se acrescentar a isso a convicção de que nossos processos de aprendizagem são processuais e jamais completos, teremos que entender que nossas formas de agir no cotidiano derivam desses processos de aprendizagem, portanto são sempre provisórias. Dessa forma, são dinâmicas, tecendo-se em redes de saberes e fazeres que não podem ser explicadas por meio de relações lineares de causalidade, então, são imprevisíveis as aprendizagens que servem de base aos conteúdos e às formas pelas quais nossas ações cotidianas são desenvolvidas (ANDRADE, 2007, p. 43)

Logo, a autora ressalta que

[...] valorizar os saberes cotidianos na comunidade quilombola significa, em

certos momentos, promover a horizontalização das relações, de forma rizomática, entre os diversos saberes, a partir do ponto em que reconhecemos em todos incompletudes e potencialidades (ANDRADE, 2007, p. 43).

Andrade (2007) conclui que há necessidade de aprofundamentos nas práticas cotidianas da escola e para além dela, uma vez que se entrelaçam as vivências e experiências da comunidade. A autora acrescenta que

[...] a necessidade anunciada de estudar o currículo vivido na comunidade quilombola, tanto na escola como para além dela, ganha visibilidade, à medida que exploramos as narrativas dos sujeitos, fazendo parte das relações dialógicas que se estabelecem nela, compreendendo como essas relações são produzidas e, a partir delas, como constroem conhecimento e estes, por sua vez, se inserem na luta pela emancipação (ANDRADE, 2007, p.192-193).

Nessa perspectiva, Andrade (2007) acrescenta que os movimentos realizados nos contextos escolares fomentavam outras reflexões tendo em vista o compromisso de alcançar um plano de objetivos ou até mesmo de um projeto político pedagógico. A autora acrescenta que:

“O caxambu, informalmente passado aos mais jovens nas festas da comunidade ou na escola para futuras apresentações, ocasiona movimentos instituintes no processo ensino-aprendizagem principalmente nos períodos que antecedem as festas (ANDRADE, 2007, p. 116-117)”.

A multiplicidade de construções humanas observadas na pesquisa desloca sentidos para se compreender a movimentação cultural no quilombo. De certa forma, a criação desses novos territórios nos permitem também criar novas fronteiras, uma delas refere-se à imersão nos hábitos da população rural: o olhar atento para as pessoas, a preocupação com o modo de vestir, a dificuldade que as pessoas tinham em falar de si mesmas. Nos entrelugares da comunidade de lavradores está a escola que afirma legitimação do conhecimento, adquirindo imensa importância para os que dela fazem parte. No caso dos professores da escola de Monte Alegre, foi possível identificar claramente os deslocamentos do corpo docente e, ao mesmo tempo, a responsabilidade da escola em relação ao novo contexto associado àquela comunidade como remanescente de quilombo. (ANDRADE, 2007, p. 141).

A autora conclui que a escola, na qualidade de instituição social, é co-responsável para que se desenvolvam as potencialidades dos indivíduos inseridos no contexto escolar e para além desse contexto, por isso, é um espaço importante para o fortalecimento da imagem positiva do negro na sociedade.

Cabe destacar que, sete anos depois, Carvalho (2014) realizou seus estudos na

Comunidade Quilombola Monte Alegre, que resultou na segunda dissertação que envolve a referida comunidade. Nesses estudos, ele recorre a pesquisa desenvolvida por Andrade em 2007.

Carvalho (2014), em sua dissertação cujo título é *Práticas corporais nas comunidades quilombolas: significados das manifestações culturais na escola de Monte Alegre*, problematiza as práticas corporais no contexto de uma comunidade quilombola, considerando a existência de uma relação entre essa comunidade e a disciplina de Educação Física na apropriação de cultura. Cabe ressaltar que, ainda que o estudo não seja voltado a disciplina de língua portuguesa, contribui para nossa compreensão acerca da linguagem corporal, a qual destaca-se como uma das formas de manifestação cultural que é utilizada pelos estudantes na escola da comunidade Monte Alegre e que, ao concluírem os anos iniciais, continuam suas apresentações culturais em momentos oportunos na escola externa à comunidade. Nesse sentido, Carvalho (2014), enfatiza a importância de

[...] estudar e interpretar as práticas corporais como cultura que os quilombolas tecem e a ela se prendem, à medida que estabelecem relações que influenciam diretamente nas suas ações coletivas. Isso denota a própria interação que os quilombolas mantêm com a cultura, tomada por meio da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais dos indivíduos (CARVALHO, 2014, p. 16).

A autora fez um levantamento no período de 2006 a 2012 sobre o estado da arte nas principais revistas de Educação Física e no banco de dados da Capes, e associou entrevistas da professora, de gestoras e alunos da Escola de Educação Básica de Monte Alegre em 2012 e 2013, com observações relacionadas às práticas corporais, bem como análise de documentos.

Carvalho (2014) conclui que, embora a Comunidade Quilombola Monte Alegre tenha sido divulgada por meio de documentários e trabalhos acadêmicos, ainda não havia sido pesquisada sob a perspectiva das práticas corporais nas aulas de Educação Física. Acredita-se que essa também se constitua como uma forma de fortalecimento da cultura quilombola, fomentando as questões culturais e possibilitando repensar o papel das escolas quilombolas enquanto *lócus* de continuidade e descontinuidade da cultura.

Athayde (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada *Políticas sociais e cultura afro-brasileira: turismo pedagógico na comunidade quilombola de Monte Alegre – ES*, teve como principal objetivo investigar dois tipos de atividades de turismo

pedagógico, desenvolvidas por membros da comunidade quilombola de Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro do Itapemirim-ES.

Ao alcance desse objetivo, a autora questiona até que ponto as atividades de turismo pedagógico estão em consonância com o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica. Nesse sentido, a pesquisa revelou que a comunidade quilombola está dividida, a partir das matrizes religiosas, em dois subgrupos distintos: um de caráter afro-brasileiro e outro de perfil cristão protestante.

Athayde (2014) acrescenta que essa divisão estabelece o processo de construção de símbolos que pautam as atividades de turismo pedagógico, conferindo-lhes distintas inflexões com relação aos conceitos de cultura afro-brasileira e às formas de rebeldia e resistência coerentes com o próprio conceito de quilombo. Para a autora, o preconceito em relação às religiões de matriz africana é um cenário que ainda está presente na sociedade. Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2013, p. 10) relata que:

[...] a superação do preconceito religioso também demanda o aprofundamento do estudo sobre a História e a Cultura Afro-brasileira de modo a promover a desmitificação e a propiciar uma reflexão coletiva sobre o papel do negro na sociedade brasileira e o papel da escola na construção de uma educação antirracista.

Athayde (2014) evidencia que a “[...] comunidade está envolvida com diferentes atividades que favorecem seu desenvolvimento econômico: o ‘Turismo Étnico, Cultural e Ambiental’” (ATHAYDE, 2014, p. 98).

Destaca-se que a pesquisa de Athayde (2014) contribuiu com nosso estudo, uma vez que foi desenvolvida na comunidade de Monte Alegre, propiciando maior compreensão sobre o desenvolvimento da socioeconômico da referida comunidade. Para a autora, pensar em comunidade quilombola implica em perceber a dinâmica de identidade vivida por seus moradores, que envolve marcas da “ancestralidade negra” no processo de autoidentificação como quilombola.

Tendo em vista, as questões abordadas por meio do estudo dos trabalhos trazidos na Revisão de Literatura, segue-se à apresentação e diálogo com nosso referencial teórico no sentido da interlocução e subsídio à análise de nosso *corpus* investigativo.

2.5 Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre ES

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Além da escola, considera-se também, como campo de pesquisa, a Comunidade Quilombola Monte Alegre, que situa-se à rodovia BR-482, no trecho que liga Cachoeiro a Alegre.

Julga-se fundamental caracterizar a escola em que a pesquisa foi realizada, pois a escola é o *lôcus* principal de nossa investigação e também o lugar onde se aprende e se exerce a cidadania. Alarcão (2003) advoga que

Nela se tem de viver a cidadania, na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na atenção e no interesse pelo outro, no respeito pela diversidade, na correta tomada de decisões, no comprometimento com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental (ALARCÃO, 2003, p. 22).

Mediante esse contexto, apresenta-se algumas características de uma Escola de Educação Básica de Cachoeiro de Itapemirim, na qual a pesquisa foi realizada parcialmente. A escola está situada no distrito do município Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, atende alunos da educação básica da localidade e que advêm das comunidades vizinhas.

Durante as visitas, adquirimos informações importantes para nosso estudo, dentre elas, a de a escola é mantida pela prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sendo uma das instituições que atende todos as etapas da educação básica.

A escola conta com uma equipe composta pela gestora, duas coordenadoras e duas pedagogas, que auxiliam no apoio pedagógico. Quanto ao quadro docente, é constituído por 8 profissionais, sendo estes alocados em salas de aulas multisseriadas atuantes em dois turnos.

A escola possui 326 estudantes matriculados, sendo que 58 residem na comunidade de Monte Alegre. Cabe ressaltar que há uma escola nessa comunidade visando atender apenas estudantes do ensino fundamental I e para dar continuidade aos estudos, os alunos utilizam o transporte da comunidade quilombola Monte Alegre para uma das escolas do município. Destaca-se que o transporte utilizado pelos estudantes é fornecido pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Quanto à estrutura física, a escola possui nove salas de aula, um laboratório de ciências/informática e uma biblioteca. Ao total, são assistidas 12 turmas, sendo sete no turno matutino e cinco do turno vespertino.

A seguir apresenta-se as medidas das salas de aula considerando o espaço de 1,20m² por aluno e 2,00 m² para o professor(a):

- 01 sala com 23,66 m², sendo 7,00 x 3,38
- 01 sala com 25,55 m², sendo 7,00 x 3,65
- 01 sala com 22,08 m², sendo 6,90 x 3,20
- 01 sala com 26,60 m², sendo 7,00 x 3,80
- 01 sala com 53, 51m², sendo 6,95 x 7,70
- 01 sala com 49,34 m², sendo 6,95 x 7,10
- 01 sala com 35,38 m², sendo 5,15 x 6,87
- 01 sala com 43,79 m², sendo 5,80 x 7,55
- 01 sala com 50, 75 m², sendo 5,80 x 8,75

Ressalta-se que a escola possui ambientes com tamanhos adequados para atender a todos os estudantes, destacamos ainda que, durante as visitas observamos que a escola está sempre limpa e que os funcionários ficam atentos ao portão de entrada da escola, visando manter os estudantes em um ambiente seguro. Após, ~~termos~~ apresenta-se, de forma breve, algumas informações sobre a estrutura física da escola,tem-se, na próxima seção, conhecer ao projeto político pedagógico de uma escola municipal de educação básica de Cachoeiro de Itapemirim.



Sala de aula multisseriada 3 e 4º ano da EMEB Monte Alegre
Acervo autora, 2022

2.6 PANORAMA DO PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada no município de Cachoeiro de Itapemirim estava em fase de atualização em 2022, e por esse motivo apresenta-se o panorama do PPP elaborado em 2017, que contém 64 páginas. Cabe ressaltar que o documento que nos foi enviado contém 59 páginas, considerando que inicia-se na página 06 a apresentação do referido documento.

De acordo com o PPP (2017), a escola atendia nesse período 347 alunos do Pré II ao 9º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 15 turmas, sendo 08 turmas no turno matutino, 07 no turno vespertino.

Destaca-se que, conforme o PPP (2017), aproximadamente 70% dos alunos residem em comunidades rurais das imediações da sede do distrito e são beneficiados pelo transporte escolar. A unidade escolar é mantida pela PMCI – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, através da SEME – Secretaria Municipal de Educação,

que fornece Atendimento Pedagógico, Financeiro através do PMDDE PMCI/SEME e também recurso financeiro do PDDE.

Segundo o PPP (2017), a escola foi criada pela Lei 2212 de 03/07/1981, Ato de Resolução 56/84 de 14/06/84, Ato de Aprovação CCE 02/99 de 09/02/99. Evidencia-se que a escola contava, em 2017, com 47 funcionários (servidores e professores), funcionando nos turnos: matutino – 07h às 11h30min, com recreio no horário de 09h30min às 9h50min (1º ao 9º ano), e de 09h às 09h20min (Pré I); e vespertino – 12h30min às 17h, com recreio no horário de 15h às 15h20min (1º ao 9º ano) e 14h30min às 15h (Pré II). Constata-se que, em 2019, esses horários foram mantidos. De acordo com o PPP (2017), os objetivos da oferta escolar consistem em:

- Administrar com qualidade o ensino fundamental, ampliado de acordo com o que estabelece a LDB 9394/96, ampliando para 09 (nove) anos, tendo como objetivo a formação do cidadão.
- Desenvolver a capacidade de aprender, priorizando a leitura, a escrita e o cálculo.
- Oferecer uma escola onde a sociedade se caracteriza pela compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, valorizando sua cultura, crença, etnia, fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca da vida social.
- Formar uma comunidade educativa onde o aluno busca e desenvolver seu processo de construção de conhecimento, fundamentado no diálogo, na formação de sujeitos emancipados, autônomos, críticos e criativos, capazes de saber pensar e aprender a aprender ao longo de suas vidas no seu aqui e agora.
- Preparar o educando para o pleno exercício da cidadania, sendo capaz de adaptar-se às novas condições e, conseqüentemente, conseguir um aprimoramento como ser humano.
- Incluir uma formação ética, desenvolver a autonomia intelectual e do pensamento crítico, tendo como compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos do processo educacional;
- Desenvolver hábitos de estudo, de socialização para integração dos educandos na sociedade;

- Assumir o compromisso de formar cidadãos capazes de conviver em sociedade, resgatando valores morais, cívicos e culturais (PPP, 2017, p. 08e 09).

Ao analisarmos o PPP (2017), constata-se que os objetivos do Ensino Fundamental são:

- Tornar a escola um lugar de esperança por ser um ambiente humano, criado e mantido por seres humanos em constante processo de transformação.
- O fortalecimento da família e escola.
- A valorização da cultura local, pois nossos alunos, na maioria, residem em comunidades rurais, de quilombo e da sede.
- Formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, intervindo e promovendo o desenvolvimento e a socialização de nossos alunos.
- Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meio básico o domínio da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos. (PPP, 2017, p. 09).

Os objetivos gerais, de acordo com os níveis de ensino do ensino fundamental em Língua Portuguesa, dispostos no PPP (2017), evidenciam que os alunos, ao final do 5º ano deverão:

- Ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;
- Identificar e utilizar os diversos gêneros e tipos textuais que circulam na sociedade para a resolução de problemas cotidianos que requerem o uso da língua;
- Produzir textos orais e escritos, com coerência, coesão e correção ortográfica e gramatical, utilizando os recursos sociolinguísticos adequados ao tema proposto, ao gênero, ao destinatário e ao contexto de produção;
- Analisar e reelaborar seu próprio texto segundo critérios adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação previsto; e
- Desenvolver atitudes e procedimentos de leitor e escritor para a construção autônoma de conhecimentos necessários a uma sociedade baseada em informação e em constante mudança (PPP, 2017, p. 12).

Ressalta-se que o PPP (2017) traz ainda, objetivos voltados a outras disciplinas, no entanto, apresento apenas aqueles que contemplam a disciplina de Língua Portuguesa. De acordo com o referido documento, o pressuposto do perfil do educando que a escola pretende formar, espera que os educandos sejam capazes de

- desencadear uma atuação consciente e transformadora através da educação diante de injustiças e da perda da dignidade humana.
- praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e o espírito de iniciativa diante da vida cotidiana.

- pensar de modo reflexivo garantindo a igualdade de oportunidade na ocupação de tempo e espaço no ato de escolher, bem como o respeito às diferenças culturais, raciais e estilos pessoais.
- ensinar crianças e jovens a pensar de modo a viver em comunidade mantendo sua própria identidade e autonomia e ao mesmo tempo ensiná-los a receber herança cultural que poderá ser por ele também modificada.
- demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente.
- sonhar, partilhar o sonho e as ações, ter atitude de humildade e autoconfiança (PPP, 2017, p. 14 e 15).

Assim, diante dos percursos voltados ao discente, procura-se desenvolver e oportunizar caminhos para que os alunos possam ser protagonistas em seu processo de construção de aprendizagem, sendo seres críticos, criativos e transformadores da sociedade em que vivem.

2.7 Diretrizes Educacionais do Projeto Político Pedagógico

De acordo com o PPP (2017), as diretrizes educacionais visam iniciar o diálogo com a comunidade educativa, educadores, funcionários, pais e alunos da nossa escola sobre a retomada de uma escola bonita, alegre, fraterna, democrática e popular. Segundo o documento, o diálogo tem como horizonte a construção de uma política educacional, numa escola capaz de promover o desenvolvimento do ser humano em suas inúmeras potencialidades incentivando-se, para isso, o prazer pela descoberta, a curiosidade, a capacidade de permanentemente aprender através de um processo de construção do conhecimento que instigue a criação e a reflexão crítica, que permita o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos, sempre como elementos basilares do exercício da liberdade, da cidadania e do trabalho de forma criativa e significativa.

O PPP (2017), evidencia que a perspectiva será sempre de uma escola que respeite a diversidade cultural e étnica, que se constitua em referência para a comunidade, que seja espaço de criação e difusão cultural, permitindo que a comunidade se aproprie do espaço público e dos conhecimentos que nela se produzam.



Comunidade Monte Alegre, ao fundo a Escola Monte Alegre

Acervo autora, 2022

2.8 A caracterização da demanda atendida pela escola e da comunidade onde está inserida

De acordo com o PPP (2017), a escola pesquisada está situada em um distrito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, atende uma clientela bastante diversificada, constituída por alunos, filhos de trabalhadores rurais, empresas de mármore e granito, construção civil, funcionários públicos, motoristas e diaristas.

Nesse sentido, como destacada no PPP (2017), a clientela atendida na referida escola, em sua maioria, é de classe baixa advinda de comunidade de zona rural, cercada por grandes fazendas, comunidade quilombola e do distrito em que a pesquisa foi realizada.

Segundo o PPP (2017), a escola atende alunos de 04 a 10 anos de idade, naturais da sede e comunidade adjacentes, sendo que a escolaridade da maioria dos pais, não atingiu o ensino fundamental. A escola possui espaço físico adequado, boa localização, uma vez que está inserida no distrito, com transporte para atender as comunidades vizinhas.

Conforme o referido documento (2017), o corpo da escola em que a pesquisa foi realizada é constituído por professores efetivos e em Designação Temporária. De acordo com o referido documento, todos possuem habilitação para o desempenho de suas funções, com Licenciatura Plena e Especialização em diversas áreas do ensino.

Destaca-se que os quadros que serão apresentados foram ajustados de maneira a não identificar os profissionais da escola escolhida na pesquisa. No Quadro 01, consta o Corpo Técnico Administrativo da escola em que esta foi realizada, com dados sobre as funções desempenhadas e a habilitação de cada profissional.

Quadro 01 - Corpo Técnico Administrativo.

Nº	Função	Habilitação
1	0 Vigia Noturno	Ensino Médio
2	0 AUXSPM/Servente	Farmácia
3	0 AUXSPM/Servente	Pedagogia
4	0 Ajudante Geral/Servente	Ensino Médio
5	0 Agente Biblioteca Escolar	História

6	0 Cuidadora	Ensino Superior incompleto
7	0 Cuidadora	Ensino Médio
8	0 Vigia Diurno	Ensino Médio
9	0 AUXSPM/Cozinheira	Ensino Fundamental Incompleto
0	1 Secretário Escolar	Letras
1	1 AUXSPM/Cozinheira	Ensino Médio
2	1 Ajudante Geral/Servente	Pedagogia
3	1 AUXSPM/Cozinheira	Ensino Fundamental Incompleto
4	1 Vigia Noturno	Ensino Médio
5	1 Agente de Serviços da Educação	Técnico em Informática

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017.

Nessa perspectiva, constata-se que no Quadro 01, ~~que~~ alguns profissionais possuem apenas o ensino médio e outros são habilitados em licenciatura, porém trabalham na escola em outros setores. Assim, o Quadro 02, traz informações sobre as funções desempenhadas pelo Corpo Técnico Pedagógico, bem como a habilitação de cada profissional que atua no contexto da escola em que realiza-se a pesquisa.

Quadro 02 - Corpo Técnico Pedagógico

Nº	Função	Habilitação
1	Coordenadora	Pedagogia
2	Coordenador	Técnico em Agropecuária
3	Pedagoga	Pedagogia Supervisão Escolar
4	Coordenadora	Pedagogia
5	Pedagoga	Pedagogia, Supervisão Escolar Magistério Planejamento em Educação
6	Coordenador	Educação Física
7	Gestora	Pedagogia

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017.

Diante dos quadros apresentados, pode-se constatar que os profissionais da escola pesquisada atuam desempenhando diversas funções, as quais visam a organização do contexto escolar e a oferta de uma educação de qualidade. O PPP (2017) traz um organograma da escola, conforme o PPP (2017), a escolar é constituída pelo conselho da escolar, gestão, setor administrativo, setor pedagógico, professores, alunos, pais e a comunidade.

Figura 01 - Organograma da escola



Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2017

2.9 Concepção Filosófica e Proposta Metodológica

Conforme o PPP (2017), a proposta de educação da escola escolhida para a pesquisa, possui ênfase em três aspectos importantes na questão de metodologia de ensino: prática – teoria – prática, participação coletiva e a formação do cidadão por meio da integração, valorização e respeito à diversidade com temas geradores.

Nesse sentido, o PPP (2017) afirma que a escola busca trabalhar com temas geradores, partindo da realidade concreta e tendo como meta superar o ensino desvinculado e desatualizado, tornando-o, assim, mais atraente e significativo para o educando. O referido documento esclarece que os temas geradores são extraídos do nosso cotidiano e são desenvolvidos juntamente com os conteúdos e práticas no conjunto da escola, ao mesmo tempo intervindo diretamente na realidade escolar.

Segundo o PPP (2017, p. 23):

Na relação prática – teoria – prática, o nosso propósito é garantir que os educandos sejam estimulados a perceber como se utilizam na prática social os conhecimentos que vão adquirindo na escola, criar espaço de discussão, de alternativas criativas e críticas sobre propostas de uma educação que proporcione aos educandos um pensar de qualidade. Para que tudo isso aconteça, o primeiro passo é trabalhar com nossos educadores para que tenham propostas que respondam aos anseios colocados.

De acordo com o PPP (2017, p. 24)

[...] cabe à escola proporcionar uma educação que promova um pensar de qualidade, que capacite nossos alunos a dizer não aos preconceitos do senso comum e encoraje-os na busca de respostas críticas para as questões que lhe são apresentadas dessa forma acreditou estar contribuindo para a melhoria da qualidade educacional de nosso município.

No que tange a Lei 10.639, o documento traz a seguinte afirmação:

A escola tem trabalhado de acordo com as orientações recebidas e procurado enfatizar e valorizar o enfoque desta lei, mesmo porque estamos situados em uma comunidade culturalmente diversificada e com forte presença de descendentes de negros remanescente de comunidade quilombola (PPP, 2017, p. 30).

O PPP (2017) traz esclarecimentos sobre as Sala de Recursos Multifuncionais, que tem como objetivo a oferta do Atendimento Educacional Especializado, conforme a Portaria nº 881/2010 de 13 de dezembro de 2010. De acordo com o referido documento, os pais ou responsáveis pelos estudantes, têm direito a informações sobre o desenvolvimento da escola, assim como o direito de apresentar sugestões e críticas ao processo educativo. O PPP (2017) aponta que o Regimento Comum das Unidades de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim, que os direitos dos estudantes são:

- I – estudos de recuperação, os quais devem garantir-lhe novas oportunidades desde aprendizagem;
- II – recorrer dos resultados das avaliações desde que solicitado no prazo

de 48 horas após a data de devolução das mesmas;

III – participar das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas destinadas à sua formação e promovidas pela Unidade de Ensino;

IV – ser considerado em sua individualidade sem comprovações nem preferências, pelo Gestor Escolar, professores, funcionários e colegas;

V – ser respeitado pela sua condição de ser humano, sendo vedada qualquer forma de discriminação em decorrência de diferenças físicas, étnicas, credo, sexo, ideologia, preferências político-partidárias ou quaisquer outras;

VI – utilizar-se da Biblioteca e demais instalações e dependências da Unidade de Ensino, obedecendo às normas e horários estabelecidos;

VII – ser avaliado considerando sua individualidade e tomar conhecimento dos resultados obtidos em todas as avaliações, após o término de cada unidade de conteúdo e de sua frequência, mensalmente;

VIII – na Educação Infantil, o respeito ao direito que a criança tem de ser criança, não sendo obrigada a apresentar desempenhos acima das possibilidades próprias de sua idade;

IX – na Educação Infantil, ter liberdade de ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se, evitando-se a visão de treinamento escolarizado para uma suposta e equivocada prontidão para a alfabetização e o cálculo;

X – apresentar sugestões ao Gestor Escolar;

XI – representar em termos, e por escrito, contra atos, atitudes, omissões de professores, Gestor Escolar, funcionários e serviços da Unidade de Ensino;

XII – defender-se quando acusado de qualquer falta, assistido por seu representante legal, se necessário;

XIII – ser orientado em suas dificuldades;

XIV – receber seus trabalhos, tarefas e provas, devidamente corrigidas e avaliadas, em tempo hábil;

XV – tomar conhecimento das notas obtidas e de sua frequência em todas as avaliações após o Conselho de turma;

XVI – votar e ser votado nas eleições escolares para representante de turma e para outras instituições discentes na Unidade de Ensino;

XVII – ter aulas inteiras e bem dadas, dispor de recreio, silêncio e ambiente de trabalho adequado dentro da sala de aula. (PPP, 2017, p. 31 e 32):

Para além dos direitos dos estudantes, o PPP (2017) traz também o deveres, conforme o Regimento Comum das Unidades de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim, os quais apresentamos abaixo.

I – estudar, fazer tarefas e demais trabalhos solicitados aplicando-se e buscando o melhor aproveitamento escolar;

- II – participar ativamente do processo ensino-aprendizagem, respondendo pelo próprio rendimento escolar;
- III – comparecer às solenidades, festas cívicas, sociais, recreativas e esportivas promovidas pela Unidade de Ensino;
- IV – cumprir com os exercícios domiciliares durante os períodos de afastamento previstos em lei;
- V – conhecer, fazer conhecer e cumprir todas as normas da Unidade de Ensino;
- VI – contribuir, em sua esfera de atuação, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- VII – comparecer pontualmente e assiduamente, às atividades que lhes forem afetas, empenhando-se no sucesso de sua execução;
- VIII – cooperar e zelar para a boa conservação das instalações, dos equipamentos e material escolar, concorrendo também para as boas condições de higiene das dependências da Unidade de Ensino;
- IX – tratar com urbanidade e respeito seus colegas, professores e demais funcionários da Unidade de Ensino;
- X – portar-se convenientemente em todas as dependências da Unidade de Ensino;
- XI – justificar suas ausências à Coordenação de Turno;
- XII – apresentar-se na Unidade de Ensino, bem como em atividades fora dela, decentemente trajado e com asseio;
- XIII – indenizar o prejuízo quando produzir danos materiais à Unidade de Ensino ou a objetos de propriedade dos colegas, professores ou funcionários;
- XIV – usar de lealdade na execução das provas, exercícios e outras atividades escolares;
- XV – participar de todas as atividades desenvolvidas pela Unidade de Ensino dentro ou fora dela, com interesse e dedicação;
- XVI – ter adequado comportamento social, concorrendo, sempre, onde quer que se encontre para a elevação de seu conceito e da Unidade de Ensino;
- XVII – acatar as determinações da Gestão Escolar, dos professores e dos funcionários, nas respectivas órbitas de competência e as normas contidas neste Regimento (PPP, 2017, p. 32 e 33).

Considera-se importante trazer também o que é vedado aos estudantes das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim, conforme o PPP (2017). Observa-se a seguir.

- I – fazer uso de tóxicos, álcool e/ou fumo nas dependências da escola;
- II – danificar móveis, instalações e materiais didáticos;
- III – retirar-se da sala durante as aulas, sem prévia autorização;
- IV – retirar-se da Unidade de Ensino, durante o seu horário de estudos, sem a prévia autorização da Gestão Escolar;
- V – utilizar-se ou portar material potencialmente perturbador da ordem e dos trabalhos escolares, bem como daqueles que possam representar perigo para a sua saúde, segurança e integridade ou da de outrem;
- VI – trazer para a escola objetos de valor, a instituição não se responsabiliza por danos ou extravio de material, objetos ou valores de qualquer natureza, de propriedade dos alunos, cabendo a eles a obrigação da vigilância;

- VII – permanecer em sala, de forma acintosa, sem participar das atividades desenvolvidas e/ou ocupar-se, durante as aulas, com trabalhos estranhos ao momento;
- VIII – usar o telefone celular durante as aulas;
- IX – ter atitudes imorais dentro das dependências da Unidade de Ensino e nas proximidades dela;
- X – promover sem autorização da Gestão Escolar, rifas, coletas e subvenções de qualquer espécie;
- XI – faltar coletivamente às aulas ou trabalhos, bem como incitar colegas para fazerem;
- XII – utilizar-se do nome da escola sem a prévia autorização da Gestão Escolar;
- XIII – participar, sob qualquer forma, de movimentos de desprestígio às autoridades constituídas, ao hino e aos símbolos nacionais;
- XIV – participar de atividades que tenham por objetivo a promoção de movimentos subversivos à ordem constitucional. (PPP, 2017, p. 33).

Conforme o PPP (2017), as ações educativas, pedagógicas e disciplinares aplicadas ao corpo discente deverão estar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90. No entanto, os estudantes que não cumprirem ou transgredirem de alguma maneira as disposições contidas no Regimento Escolar, ficarão sujeito às ações:

- I – orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e gestão;
- II – registro dos fatos ocorridos envolvendo o aluno, com assinatura;
- III – comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis;
- IV – encaminhamento a projeto de ações educativas;
- V – convocação dos pais ou responsáveis, com registro e assinatura, e/ou termo de compromisso;
- VI – esgotadas as possibilidades no âmbito da Unidade de Ensino, inclusive do Conselho Comunitário Escolar, será encaminhado ao Conselho Tutelar para a tomada de providências cabíveis (PPP, 2017, p. 34).

O PPP (2017) evidencia que as ações disciplinares previstas no Regimento Escolar deverão ser registradas em atas e, posteriormente, apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes. Conforme o referido documento, serão proibidas as ações no contexto escolar que atentem contra a dignidade pessoal, a saúde física e mental ou que, de alguma maneira, prejudiquem o processo formativo do estudante.

2.10 Quadro de Professores

Segundo o PPP (2017, p. 34), *A docência é entendida como mediadora do processo por meio do qual se realiza a aprendizagem dos saberes socialmente*

construídos e elaborados, visando o desenvolvimento intelectual e social do educando.

Nesse sentido, o PPP (2017) afirma que o Corpo Docente é constituído por todos os professores devidamente cadastrados e em exercício na Unidade de Ensino. O documento ressalta que o professor deve ser devidamente habilitado na forma da lei. Conforme o PPP (2017), são atribuições do professor:

- I - Participar do processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;
- II - Elaborar e cumprir o seu plano anual de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino, orientando, controlando, avaliando e registrando as atividades do processo ensino-aprendizagem;
- III - Proporcionar ao aluno, o acesso às diferentes linguagens e as práticas sociais historicamente produzidas;
- IV - Atender as dificuldades de aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com necessidades educativas especiais;
- V - Integrar-se na vida da comunidade Escolar, promovendo um ambiente desalo agradável e propício ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico;
- VI - Executar atividades docentes previstas na programação da Unidade de Ensino, responsabilizando-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos;
- VII - Planejar e executar estudos contínuos de revisão e recuperação, de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem aos alunos;
- VIII - Observar permanentemente seus alunos para identificar dificuldades que possam interferir na aprendizagem, procurando superá-las;
- IX - Promover e participar de eventos cívicos e recreativos, e outros que venham a contribuir para a formação do educando;
- X - Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- XI - Encerrar o Diário de Classe, até o último dia letivo de cada trimestre, com o registro da frequência dos alunos, total de aulas dadas e o conteúdo dos componentes curriculares desenvolvidos;
- XII - Entregar à Secretaria, após o Conselho de Turma, o Diário de Classe, com as notas correspondentes à avaliação dos trabalhos, testes, tarefas, etc., referentes ao período encerrado;
- XIII - Colaborar com o Gestor Escolar, no sentido de zelar pelo equipamento e material da Unidade de Ensino;
- XIV - Colaborar com as atividades de articulação da Unidade de Ensino com as famílias e com a comunidade;
- XV - Fazer uso dos diversos recursos didáticos e tecnológicos na prática pedagógica;
- XVI - Participar das reuniões de pais contribuindo para dinamizá-las em atuação eficaz;
- XVII - Participar das reuniões de avaliação e/ou Conselho de Turma, fornecendo dados sobre desenvolvimento dos alunos;
- XVIII - Atuar com ética e compromisso, focando a construção do bem estar social (PPP, 2017, p. 35 e 36).

Segundo o PPP (2017), as penalidades a que estão sujeitos aos professores e o pessoal administrativo são aplicadas nos seguintes casos:

- a) desrespeito aos superiores hierárquicos;
 - b) desempenho insatisfatório das funções, por faltas ou deficiências técnicas;
 - c) procedimento incompatível com as funções que exerce;
 - d) outras atividades que forem consideradas inconvenientes pela Gestão Escolar.
- (PPP, 2017, p. 36)

De acordo com o PPP (2017), mediante os casos de penalidade, está assegurado o direito de defesa, pessoalmente ou por meio de terceiros devidamente credenciados. A aplicação das penalidades aos professores e ao pessoal administrativo é de competência da SEME e do Gestor Escolar, dependendo da gravidade da falta. Conforme o documento, os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I – advertência oral e sigilosa por:
 - a) não apresentação, no prazo fixado, dos programas das matérias ou disciplinas a seu cargo;
 - b) falta de pontualidade às aulas;
 - c) não entrega dos resultados das avaliações dos alunos à Secretaria, dentro do prazo fixado;
 - d) não preenchimento de forma adequada do Diário de Classe;
 - e) não comparecimento a reuniões sem motivo justo.
 - II – repreensão por escrito por:
 - a) reincidência nas faltas do inciso anterior;
 - b) procedimento inadequado no ambiente escolar.
 - III – suspensão, com perda de salário por:
 - a) reincidência nas faltas do item II;
 - b) não cumprimento, sem justo motivo, do programa ou carga-horária do componente escolar, a seu cargo;
 - c) desrespeito às autoridades da instituição, no ambiente da Unidade de Ensino;
 - d) não comparecimento às aulas, sem justo motivo, por três vezes consecutivas ou seis vezes ao longo do período letivo.
 - IV – inquérito administrativo por:
 - a) reincidência nas faltas previstas nas alíneas inciso III, configurando-se a última, como abandono de emprego, na forma da lei;
 - b) defesa de princípios éticos contrários à filosofia da Escola.
- São competentes para a aplicação das penalidades:
- I – de Advertência e Repreensão – o Apoio Pedagógico;
 - II – de Suspensão – o Gestor Escolar da Unidade de Ensino;
 - III – de abertura de inquérito administrativo – a SEME (PPP, 2017, p. 36 e 37).

Além das penalidades apresentadas, conforme o PPP (2017), os casos não previstos são analisados e encaminhados à SEME.

No que tange, o processo de avaliação, o referido documento é a parte mais relevante de todo processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é um instrumento para definir o replanejamento de uma ação. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem da Escola Municipal de Educação Básica pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, segue orientação a Secretaria Municipal de Educação de acordo com a portaria nº 250/2008 que regulamenta os procedimentos sobre registro de avaliação.

De acordo com o PPP (2017) o docente disponibilizará de avaliações periódicas dentro do período dos trimestres de acordo com os conteúdos trabalhados e mediante o resultado das provas e/ou trabalho deverá ser levado ao conhecimento do discente no menor espaço de tempo possível, visando sanar dificuldades.

O PPP (2017), evidencia que a recuperação paralela está inserida no trabalho realizado no cotidiano da sala de aula e deve ocorrer de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem, considerando as dificuldades específicas assim que forem diagnosticadas. Nessa perspectiva, os alunos que apresentarem baixo rendimento escolar terão direito à recuperação paralela em todos os componentes curriculares, de acordo com o Artigo 12 da Portaria 250/2008. De acordo com o PPP (2017), a portaria nº 544/2006, traz a Classificação e Reclassificação, que evidencia

Prevalência dos aspectos qualitativos (desempenho) sobre os quantitativos (frequência) Artigo 23-24 LDB 9394/96; para alunos com insuficiência de frequência e aprovados por desempenho. O processo de Classificação e Reclassificação deverá obedecer ao estabelecido na Portaria nº 544/2006 (PPP, 2017, p. 40).

Conforme o PPP (2017), o avanço do estudante acontecerá no ano subsequente, considerando que será realizada apenas uma vez no ano letivo em curso, devendo ocorrer no máximo até o quinto dia útil do início do ano letivo. De acordo com o referido documento, o processo de avanço escolar deverá estar em conformidade com a Portaria nº 544/2006, Artigo 10.

O PPP (2017) destaca que a avaliação diagnóstica pedagógica deverá acontecer, especificamente, nas primeiras semanas do ano letivo, em que será observado o estágio de desenvolvimento do estudante para a série em que está apto para o ano corrente.

2.11 Planejamento Educacional

O PPP (2017) ressalta que o planejamento consiste em um processo de previsão de necessidades, de elaboração de estratégias que visam alcançar objetivos concretos, a partir do diagnóstico realizado. Nesse sentido, o documento aponta que

A Lei Orgânica 3.383/91 e o Estatuto do Magistério (Lei 3.995 – 24/11/94) regulamentam e normatizam os horários de planejamento de acordo com a carga horária do profissional. Gestores, pedagogos e professores devem elaborar cada um dentro da sua especialidade e em igual responsabilidade, seu planejamento, determinando ações a serem desenvolvidas para alcançarem as metas da instituição na qual estão inseridos (PPP, 2017, p. 41).

Ainda, conforme o PPP (2017), o planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político Pedagógico. O planejamento no âmbito da unidade escolar caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização, porém não existe na Escola de Monte Alegre uma sala para planejamento coletivo, os professores se

reunem com a equipe pedagógica no refeitório em horários em que os alunos não estão fazendo suas refeições.

2.12 Formação Continuada

No que diz respeito à formação continuada, o PPP (2017), afirma que tem por objetivo oferecer subsídio para o constante aprimoramento da prática pedagógica do professor, atualizar e desenvolver saberes e conhecimentos, oportunizando troca de experiências entre pares, minimizando as lacunas da formação inicial. Deve ainda, ser entendida como um processo de desenvolvimento profissional, pessoal, político e coletivo (PPP, 2017).

O PPP (2017) advoga que a formação continuada acontece em duas instâncias proporcionadas pelos sistemas e unidades de ensino, com a perspectiva de ampliar oferta de espaços e tempos para reflexão coletiva a partir de situações problemas, atrelando teoria à prática na busca pela melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

De acordo com o PPP (2017), a formação continuada acontece por meio de jornadas pedagógicas, cursos de extensão e capacitação profissional, encontros para estudo e atualização, também são oferecido programa de formação em parceria com os governos estadual (SEDU) e federal (Universidades Públicas, Instituto Federal de Ensino e MEC), etc.

Conforme o PPP (2017), nas reuniões os professores elaboram, modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho em sistema de colaboração. O documento evidencia que é um momento de planejar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem, bem como promover estudos e formação continuada, programar, desenvolver projetos e ações que melhorem o rendimento dos alunos.

De acordo com o PPP (2017), o planejamento de 1º ao 5º ano, geralmente é realizado, em horário de Educação Física e uma vez por semana com acompanhamento do pedagogo. De 6º ao 9º ano os encontros são feitos por área, com dia estipulado pela SEME. Cada área tem um professor responsável e um pedagogo e acontece semanalmente e durante 02 h/a sequenciais. O referido documento evidencia que será conduzida por um coordenador que atenda aos seguintes requisitos:

- ser docente efetivo da rede municipal, preferencialmente;
 - ter disponibilidade para participar de cursos e capacitações;
 - ter bom relacionamento;
 - ser dinâmico e criativo; e
 - ser organizado e responsável com o seu fazer (PPP, 2017, p. 44).

Na sequência, o PPP (2017) as reuniões de área são planejadas antecipadamente pelo professor-coordenador e pedagogo e são divididas em 03 (três) grandes áreas: Linguagem,

Humanas e Exatas, que integram as seguintes disciplinas da área de Humanas: História, Geografia e Ensino Religioso, na área de Exatas: Matemática e Ciências, e por fim, na área de Linguagem: Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Língua Inglesa.

Cabe destacar, que conforme descrito no PPP (2017), o acompanhamento pedagógico acontecerá de forma contínua, de modo a oferecer condições de realimentar o processo educativo, voltado fundamentalmente para o alcance dos objetivos propostos no decorrer do ano letivo, sendo ouvidos constantemente alunos, pais, professores, funcionários e comunidade, estando atentos às mudanças e transformações sociais e culturais, de forma a subsidiar as alterações e complementações que se fizerem necessárias visando à melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem desta instituição.

O PPP (2017) destaca que atender o estudante é uma das atribuições relacionadas ao trabalho do pedagogo na Unidade de Ensino. Portanto, tem como principal objetivo assistir o educando a fim de que possa obter pleno rendimento nas atividades escolares e dar-se-á através da escuta e aconselhamento, em sessões individuais ou coletivas (PPP, 2017). O documento evidencia que toda a escola é responsável, pelo atendimento ao aluno, mas cabe ao pedagogo fazer a orientação direta, mediando os conflitos pessoais, familiares e sociais, quando relacionados ao processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o PPP (2017), o atendimento aos pais/responsáveis realizado pela equipe pedagógica consiste em um momento de troca de informações, reflexão e orientação sobre as questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral do educando. Conforme o PPP (2017), para pais/responsáveis de alunos que demandam uma atenção específica, deve-se destacar a postura ética do pedagogo durante as sessões de escuta e aconselhamento, preservando a integridade dos envolvidos.

É importante destacar os momentos coletivos de atendimento aos pais/responsáveis através de reunião trimestral, plantão pedagógico, entre outros. O planejamento do pedagogo para essas situações deve ser adequadas às especificidades da atividade com objetivos claros e definidos, levando-se em conta o tempo necessário para seu desenvolvimento (PPP, 2017, p. 46).

O PPP (2017), em relação aos momentos coletivos de atendimento, convém destacar alguns procedimentos a serem considerados:

- Sensibilizar os pais/responsáveis sobre a importância do envolvimento e participação na vida escolar dos filhos;
- Apresentar a proposta pedagógica da escola, incluindo normas de funcionamento, sistema de avaliação, etc;
- Informar aos pais/responsáveis as ações trabalhadas na escola durante o trimestre, bem como os recursos utilizados e os rendimentos alcançados;
- Esclarecer possíveis dúvidas, a partir das necessidades apresentadas pelos pais/responsáveis;
- Enfocar temas relevantes diagnosticados durante o trimestre pela Unidade de Ensino (PPP, 2017, p. 46).

Quanto à Reunião de pais, o PPP (2017), destaca que a escola realiza reuniões de pais

por turma e por turno. De acordo com o documento, é um momento em que o pai fica junto do(a) filho(a) e os professores, assim, nessas reuniões os pais têm a oportunidade de conhecer e apreciar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos professores (PPP, 2017). Para além das reuniões, ocorre também o Plantão Pedagógico, após o final de cada trimestre.

O PPP (2017) destaca que a ideia da gestão democrática do ensino é considerada uma inovação da Constituição Brasileira de 1988. E porque a gestão democrática contém o princípio da participação da sociedade, a Constituição estendeu aos municípios o direito de se organizarem em seus sistemas de ensino, com autonomia e em regime de colaboração entre si, com os estados e com a União. Esses dispositivos constitucionais traduzem uma concepção de educação emancipadora com fundamento no exercício efetivo da cidadania.

Dessa forma, conforme o PPP (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, referenda tal princípio, explicitando que a gestão democrática é feita “na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Segundo o PPP (2017), a gestão democrática aparece na LDB ligada à participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico e “participação da comunidade escolar local em conselhos escolares”.

O PPP (2017) evidencia que o Plano Nacional de Educação, foi instituído pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, como resultado de intensa participação dos educadores em defesa e elaboração, que seguindo o princípio constitucional e a diretriz da LDB, define entre seus objetivos e prioridades: a democratização da gestão do ensino público. Conforme o PPP (2017), o objetivo é retomado nas metas tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, em ambos situando o conselho escolar como fórum de participação da comunidade na gestão da escola.

Segundo o PPP (2017) a gestão democrática é uma forma de gerir o ambiente educativo com participação e democracia com todos os sujeitos envolvidos. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a LDB de 1996 e o PNE de 2001, os princípios que norteiam a gestão democrática são:

- Descentralização: a administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma hierarquizada.
- Participação: todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar de gestão; professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola e toda comunidade ao redor da escola.
- Transparência: qualquer decisão e ação tomadas ou implantadas na escola têm que ser de conhecimento de todos (PPP, 2017, p. 48 e 49).

Conforme o PPP (2017) a gestão democrática é formada por alguns componentes básicos: constituição do Conselho Escolar; elaboração do Projeto Político de maneira coletiva e participativa; definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola (professores dirigentes, estudantes, equipe técnica); eleição para diretores.

Segundo o PPP (2017), o Conselho Comunitário Escolar tem vigência de 02 (dois) anos e qualquer alteração deverá ser realizada em Assembleia Geral com registro em ata e devidos procedimentos em cartório. Conforme o referido documento compete ao Conselho administrar junto ao gestor a Unidade de Ensino em todos os segmentos: administrativo, financeiro, pedagógico e na relação escola X comunidade, deverá se reunir mensalmente ou sempre que houver necessidade para decidir sobre as situações que estiver acontecendo na Unidade de Ensino. O PPP (2017), o Conselho Comunitário Escolar subdivide-se em conselho administrativo e conselho fiscal, o primeiro é composto pelo presidente, vice-presidente, secretário, suplente, tesoureiro e conselho fiscal, o segundo constitui-se pelo titular, suplente, titular, suplente, titular, suplente.

De acordo com o PPP (2017), o Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes que visa representar condignamente o corpo discente. Nessa perspectiva, as atividades do Grêmio reger-se-ão por Estatuto próprio aprovado em Assembleia geral convocada para este fim. Conforme o PPP (2017), o grêmio tem por objetivo:

- I – Representar condignamente o corpo discente;
- II – Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos da Unidade de Ensino;
- III – Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
- IV – Promover a cooperação entre toda a Comunidade Escolar;
- V – Lutar pela democracia permanente na Unidade de Ensino, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação (PPP, 2017, p. 50).

Conforme o PPP (2017), a Avaliação Institucional consiste em um processo interno, configurando com padrões próprios da instituição para analisar o funcionamento da mesma buscando sempre um melhor desenvolvimento e qualidade no serviço que presta. Na escola, por exemplo, é importante saber o que a comunidade escolar pensa de sua escola, seus professores, das instalações físicas, dos recursos materiais e didáticos, dos serviços de secretaria, cantina, as relações afetivas, a atuação do Gestor.

Ressalta-se que o PPP (2017) retrata o público atendido na escola Monte Alegre abarca alunos da Educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, porém a escola só atende aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, em que os alunos do Fundamental II, estão sendo encaminhados para a escola que se localiza em um Município vizinho por não possuir estruturas físicas para sanar as demandas educacionais.

2.13 Atividade Extra Curriculares

Conforme o PPP (2017), o Projeto “Valores Humanos... Eu pratico preocupado com a realidade vigente e o Ministério Público propõem um trabalho efetivo de Valores.

Humanos nas escolas, iniciando com a formação para funcionários da Secretaria de Educação em 2013, se ramificando para as escolas em 2014. De acordo com o documento, o

Instituto de Educação em Valores Humanos - RJ disponibilizou uma série de materiais bibliográficos que serviram de apoio para a elaboração do projeto que será trabalhado no período de acolhimento dos estudantes.

O projeto surgiu da necessidade de resgatar a autoestima e os valores humanos das turmas do 1º ao 9º ano, que estão apresentando um comportamento agressivo; sem limites, com dificuldade de relacionamento no ambiente coletivo em que o respeito e cooperação, amizade, honestidade e verdade precisam ser resgatados entre os mesmos (PPP, 2017, p. 51).

O PPP (2017), afirma que o projeto será trabalhado com as turmas do ensino fundamental, sendo no início do ano letivo com todas as áreas do conhecimento e, no decorrer do ano, mas efetivamente na disciplina de Ensino Religioso, tem como público alvo são estudantes do 1º ao 9º ano.

Conforme o PPP (2017), o objetivo desse projeto é ampliar a responsabilidade da educação para as habilidades sociais e psicológicas, priorizando a afetividade o equilíbrio e a convivência social. Nessa perspectiva, o projeto foi desenvolvido, a partir da escala de valores, sendo durante um período trabalhado em todas as turmas do ensino fundamental da escola (PPP, 2017). Para tal intento, de acordo com o documento serão apresentados: filmes, parábolas, fábulas, reportagens, valorização da vida, livros, textos e dinâmica.

Para o PPP (2017), o Projeto “Confraternização Escola/Família”, tem como público alvo os estudantes do 1º ao 9º ano, traz como justificativa a necessidade de uma integração maior da escola com as famílias dos nossos alunos, programamos “O Dia da Família na Escola”. Desse modo, conforme o PPP (2017), objetiva valorizar a importância da família na escola, bem como propiciar momentos de descontração entre alunos e familiares e integrar os turnos da escola para maior socialização.

Segundo o PPP (2017), a festa cultural da escola, apresenta como público-alvo os estudantes do 1º ao 9º ano, apresenta como justificativa a necessidade de proporcionar a integração entre escola e as comunidades; porque atende uma clientela muito diversificada, principalmente, estudantes quilombolas da comunidade de Monte Alegre. O PPP (2017) aponta que a festa cultural tem vários objetivos, dentre eles:

- Valorizar as diferentes culturas.
- Proporcionar momentos de integração entre alunos nos turnos e com os demais membros da comunidade escolar.
- Conhecer e valorizar os diversos tipos de culturas Regionais.
- Estimular respeito pelas culturas diversificadas em nossas regiões (PPP, 2017, p. 53).

Assim, conforme previsto no PPP (2017), a festa Regional foi pensada e organizada visando o conhecimento e a integração da comunidade escolar com várias atrações envolvendo as culturas regionais, considerando o tempo de duração foi de 05 horas, e as atividades desenvolvidas, tais como: barraca de delícias e comidas típicas da região. Além disso, a

apresentação de danças típicas regionais como: mamolengo, quadrilha, forró, dança do carimbó, dança da saia, samba (entre outros), mas ressalto que as culturas são trabalhadas seguindo uma cartilha criada por um líder comunitário.

O PPP (2017) destaca que a Festa “Dia das Crianças”, tem como público alvo os estudantes do 1º ao 9º ano, justifica com o intuito de proporcionar momentos de descontração, diversão, lazer e integração, traz como objetivos:

- Proporcionar momentos de descontração, diversão, lazer e integração;
- Integrar os turnos da escola para maior socialização;
- Valorizar o “ser” aluno/criança como peça fundamental da escola;
- Estimular o respeito mútuo (PPP, 2017, p. 54).

Ressalto que o PPP(2017) traz em seu documento o público atendido em 2017 que atendia até o 9º ano, porém no corrente ano de 2022, a escola Monte Alegre só atende o público até o 5º ano do ensino fundamental I, sendo assim a festa das crianças passa a ter o público voltado apenas para essa faixa etária .

O PPP (2017), destaca que durante este evento deverão ser realizadas atividades voltadas à valorização e à integração dos alunos. Conforme o referido documento as apresentações serão voltadas para os alunos e poderão conter:

- teatros, danças, brincadeiras;
- barracas variadas (pescaria, argola, bingo);
- sorteios;
- caracterização dos alunos como professores e mímica;
- pula-pula;
- comidas de criança: pipoca, cachorro-quente, picolé, algodão doce (PPP,2017, p. 54 e 55).

Conforme o PPP (2017), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹¹ é um instrumento de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas, que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais. O referido documento, traz como público alvo os estudantes do 1º ao 9º ano, que justifica-se evidenciando a necessidade desse instrumento para a equipe escolar, considerando que é capaz de identificar os principais problemas e definir ações para alcançar os seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e melhorar os seus resultados.

O PPP (2017), destaca que o Projeto “Trânsito”, tem como público alvo, os estudantes do 1º ao 9º ano, justifica-se visando uma ação educativa para o trânsito e é o espaço determinante de formação de cidadãos consciente e críticos destacando os direitos de motoristas e pedestres

fazendo com que os alunos trabalhem com situações reais, gerando uma mudança no comportamento.

O documento evidencia que o desenvolvimento do projeto ocorrerá por meio de conversa e aulas informativas sobre o cotidiano do trânsito, conhecer as formas, cores e os significados das placas mais utilizadas no trânsito do semáforo, faixa de pedestres e demais componentes das vias públicas, conhecer locais de risco para brincadeiras, confecções de cartazes e confecções de placas de sinais de trânsito.

No que diz respeito ao projeto “Agrinho”, o PPP (2017), evidencia que o público alvo são estudantes do 1º ao 9º ano, assim justifica-se tendo em vista que o projeto Conhecendo as Espécies possibilita o interesse natural dos alunos conhecerem os insetos, artrópodes, crustáceos, aracnídeos, diplópodes e quilópodes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

É importante saber quais as espécies que podemos encontrar em nossa região e seus benefícios, o tema Espécies tem uma importante presença no cotidiano dos alunos (desenhos animados, histórias, jogos e músicas) e possuem caráter de identificação de suas vivências pessoais e sociais contribuindo para aprendizagens significativas (PPP, 2017, p. 57).

O PPP (2017) destaca que o projeto tem os objetivos de reconhecer a importância dos animais para o meio ambiente, a interdependência a outras espécies, características, semelhanças, diferenças e hábitos, bem como explorar os sons, habitat e experiência com animais. Conforme o PPP (2017), o projeto “Consciência Negra” apresenta como público alvo estudantes do 1º ao 9º ano, traz como justificativa a necessidade de resgatar o significado e a importância do dia da Consciência Negra, preservando sua história desenvolvendo nos estudantes a compreensão do fenômeno da multiplicidade das raças humanas, suas diferenças para que a consciência de valorização ultrapasse as fronteiras da evidência e do preconceito no país. Segundo o PPP (2017), os objetivos do projeto consciência Negra consistem em valorizar a cultura negra e seus afrodescendentes e Afro Brasileiros na escola e na sociedade, redescobrir a cultura negra e conhecer contos e lendas africanas.

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e autogestão escolar. Disponível em: <http://www.fn-de.gov.br/programas/pdde>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

O PPP (2017), evidencia que a escola ao trabalhar a valorização da cultura afro brasileira, professores e alunos desenvolveram atividades variadas apresentando personalidades, cultura, religiosidade, história de um povo e seu modo de vida ontem e hoje através de exposição de comidas típicas, vestimentas, objetos utilizados, instrumentos musicais, seu artesanato e brinquedos como a bonequinha Abaomy que eram feitas pelas mães negras para distrair seus

filhos nas viagens rumo ao país de destino. Para se trabalhar a cultura, Candau (2014, p. 40) propõe uma mediação pedagógica capaz de “[...] promover processos sistemáticos de interação com os ‘outros’, sem caricaturas nem folclorização” das diferentes identidades étnicas, de pertencimento social, de gênero, entre outros, valorizando um debate engajado na luta ao direito à diferença.

2.9 Templos Escolares

O Projeto Político Pedagógico constitui o norte orientador das atividades curriculares e da organização da escola e se expressa nas práticas cotidianas, traduzindo os compromissos institucionais relativos aos direitos consagrados nas leis brasileiras e garantindo a todos sem distinção de qualquer natureza, de acesso à educação escolar pública (gratuita e de qualidade referenciada pelo social) (PPP 2017, p. 58). Conforme o PPP (2017), a qualidade do ensino está assegurada nos mecanismos e instrumentos inclusos na LDB, tais como: calendários escolares com carga horária de 800 horas anuais, o ano letivo 200 dias com 04 horas diárias de trabalho efetivo em sala de aula, cabe à escola definir a duração de cada módulo-aula, a frequência mínima exigida do estudante é de 75% do total.

Como consta no PPP (2017), o horário de funcionamento do turno Matutino, que atende os estudantes do 1º ao 5º ano é das 07h às 11h30min, considerando que o recreio – 09h30min às 09h50min. No turno vespertino que atende estudantes do 1º ao 9º ano – 12h30min às 17h e o horário do recreio é de 15h às 15h20min. O PPP (2017), destaca que o Calendário Escolar é estruturado de acordo com a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação. Conforme o PPP (2017), o Diário Escolar é entregue a cada professor de acordo com seu respectivo número de turmas e de sua responsabilidade e não pode ser retirado da escola - é dado acompanhamento ao diário pelo pedagogo. O PPP (2017), evidencia que a matrícula e rematrícula da escola são realizadas de acordo com as orientações recebidas da Secretaria Municipal de Educação, que são passadas por meio de Portarias. Conforme o PPP (2017), as transferências são expedidas sempre que solicitadas pelos pais ou responsáveis dos alunos.

O PPP (2017) aponta que de acordo com a Portaria 250/2008, art. 11, será considerado aprovado o aluno que, no final do ano letivo tiver obtido:

- I – O mínimo de 60% (sessenta por cento) em cada componente curricular nas avaliações normais e nas recuperações a que estiver sujeito;
- II – Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas do ano (PPP 2017, p. 59).

O PPP (2017) destaca que a oferta do ensino fundamental tem duração mínima de 09 (nove) anos, sendo 05 (cinco) anos destinados aos anos iniciais, e os demais, aos anos finais. Nessa perspectiva, o ingresso do 1º ano do ensino fundamental dar-se de acordo com a

legislação vigente.

Quadro 03: Organização Curricular e Modalidades de Ensino.

	Áreas de Conhecimento	Turmas								
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa						200	200	200	200
	Educação Física						80	80	80	80
	Artes						40	40	40	40
	Ciências						160	160	160	160
	Matemática						200	200	200	200
	História						120	120	120	120
	Geografia						120	120	120	120
	Subtotal						920	920	920	920
Parte Diversificada	Língua Inglesa						40	40	40	40
	Subtotal						960	960	960	960
	Educação Religiosa						40	40	40	40
	Total Geral	800	800	800	800	800	1.000	1.000	1.000	1.000

Fonte: Projeto Político Pedagógico de uma das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim, 2017.

Segundo o PPP (2017) no contexto atual a questão das parcerias amplia a possibilidade de alianças entre o setor educacional e outros setores da sociedade, envolvendo-as em várias ações ligadas ao desenvolvimento da escola como um todo, abrangendo os aspectos: social, político, pedagógico, financeiro, cultural e ambiental. Nesse sentido o referido documento destaca que haverá reuniões e encontros capazes de promover a articulação e integração da comunidade escolar.

Conforme o PPP (2017), a avaliação desse documento, acontecerá ao final de cada ano, na primeira quinzena do mês de novembro, considerando a realização das intervenções necessárias para o ano seguinte.

Entendemos o processo de avaliação como uma oportunidade de aprendizado e evolução, e ela só farão sentido se for trabalhada dentro destes princípios. Ele é, antes de tudo, uma ampla ação pedagógica, onde se avalia, reflete, reelabora, reexamina atitudes, avança em propostas e perspectivas, nas quais se englobam uma série de operações e ações que se interrelacionam, visando aperfeiçoar e melhorar o processo escolar, bem como divulgar seus resultados a todos os envolvidos. Um caminho difícil,

porém, possível, principalmente porque a comunidade escolar tem manifestado o interesse de colaborar, buscando rumos para uma escola atuante, criativa, democrática e de melhor qualidade (PPP, 2017, p.61).

O PPP (2017) evidencia que será avaliado por todos os segmentos que participaram de sua elaboração, tais como: gestor, pedagogos, representante de professores – 1º ao 5º ano, representante de professores – 6º ao 9º ano, coordenador de turno, representante de pais, representante de alunos, representante do conselho administrativo, representante do conselho fiscal e representante do corpo administrativo.

Conforme o PPP (2017) a parceria escola junto à comunidade é a melhor forma de obter resultados satisfatórios no âmbito pedagógico, uma vez que proporciona efetiva participação e formação dos estudantes. Nesse sentido, PPP torna-se essencial, haja vista que apresenta as ações que serão desenvolvidas no contexto escolar, tais como: projetos, reuniões, processo avaliativo, etc.

Mediante o documento analisado, compreendemos que o PPP torna-se fundamental para organização e planejamento no contexto escolar. Neste documento, constata-se ações e projetos voltados para as questões étnico raciais, que levam em consideração a diversidade no contexto escolar, bem como a valorização da cultura dos estudantes advindos da Comunidade Quilombola Monte Alegre. A partir dos objetivos propostos no PPP da escola em que realiza-se a pesquisa, busca-se conhecer a escola e verificar como ocorrem as ações e os projetos previstos no referido documento.



EMEB Monte Alegre

Acervo autora, 2022

Teremos, ainda como base teórica para nossa pesquisa a Política de Inovação Educação Conectada pela Lei Nº 9.165, de 2017; a Declaração Mundial sobre educação para todos; a Constituição da República Federativa do Brasil; a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394; a Lei nº 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências; e a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica Resolução CNE/CP 009/2001, Lei Federal nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que tem como objetivo garantir o estudo da “África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional , respeitando sua importância para a multi cultura brasileira”.

2.10 Epistemologia da Investigação

2.10.1 Epistemologia da criação do quilombo

Há a necessidade de que uma pesquisa estabeleça coerência epistemológica e teórica assim como em face do uso da metodologia e da técnica utilizadas na análise dos dados coletados. O expediente utilizado no caso da pesquisa que será dimensionada lançou-se mão da epistemologias da criação do quilombo , formulada por **Abdias Nascimento**, em razão disto ser de modo indubitável, parte integrante do conceito de verdade epistemológico afrocentrado, conforme à tessitura de Asante (1980), já dirimidas as devidas bases deste paradigma. Diante disso, faz-se necessário delimitar o campo de estudo que pretende nortear a teoria Quilombista.

A referência a quilombo, corresponde ao seu caráter em prol da liberdade dos povos africanos que em razão de assumirem uma postura combativa contra ações escravocratas, bem como, contra ações de cerceamento a identidades africanas, situadas etnicamente¹, mediante o fato de sua diversidade cultural e histórica, sociológica, econômica, filosófica, religiosa, artística, humana dentre outros aspectos que singularizam a existência de civilizações no continente africano. E, portanto, não poderem ser miniaturizados pela ideia do amordaçamento e o silenciamento disseminado por ações de segregação sofrida pela grande maioria dos povos africanos e seus descendentes, os afro descendentes, ou afro brasileiros. Já que: *Em nosso país, a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro, após a chamada abolição, pudesse assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais [...]* Nascimento (2009, p. 1997-198).

Para isto, as ações em prol do reestabelecimento da liberdade, e da construção de um modelo de Estado, fora forjado por inúmeras etnias de modo colaborativo e solidário, a **nação de Palmares**, também, denominada de o “**Quilombo do Palmares**”. Esta iniciativa passou a

¹ Banto denomina-se o povo ao qual pertenceram os primeiros africanos escravizados que vieram para o Brasil de países que hoje se chamam Angola, Congo, Zaire, Moçambique e outros. Foram os bantos os primeiros quilombolas a enfrentar em terras brasileiras o poder militar do branco escravizador. [...] Ewe ou gêge, povo africano de Gana, Tongo e Daomé (Benim); milhões de ewes foram escravizados no Brasil. Eles são parte do nosso povo e da nossa cultura afro-brasileira. (NASCIMENTO, 2009, p. 207).

interferir de tal forma que este Estado livre à revelia dos interesses de colonizadores portugueses, portugueses e demais colonizadores, passou a representar como um símbolo de **resistência e empoderamento de etnias africanas**. Fato que definiu a construção de outros também, designados quilombos com finalidade semelhante à de seu precursor: O Quilombo de Palmares.

Os quilombos resultam dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento, amplo e permanente. (NASCIMENTO², 2009, 202-203).

Nesse sentido, um negro, um africano antes de qualquer coisa, assume o lugar de líder de africanos escravizados que passaram de modo organizado a instituir ações em prol do reestabelecimento da liberdade de outros africanos, o que envolve estender isto a etnias trazidas para servir ao escravagismo na colônia de Portugal, no hoje, denominado, Estado brasileiro.

Com efeito das ações dsoa quilombos ao longo da história da colônia portuguesa, espanhola, holandesa, como também, se dera na capitânia de Pernambuco reuniam esforços paulatinos contra obnubilações e obliterações contra os povos africanos, afrodescendentes e a sua memória histórica e cultural pela via do aculturamento. Contudo, a manutenção da identidade negra, ou africana se mostrara por meio de inúmeras formas e resistência às ações a fim de tornar os africanos em passivos e submissos às ações exploratórias e às ações para destituir os mesmo da humanidade que lhes era comum, de sua cultura. Fato que estes elementos eram capazes de desconstruir as ações apassivantes, o que facilitaria os intentos eurocêntricos, etnocêntricos que alimentaram a ideologia hegemônica ocidental, base da subalternização pelo escravagismo.

Vale ressaltar então, os dados historiográficos sobre as ações dos quilombolas e, por conseguinte acerca do movimento quilombista: *“Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. **Cumpra os negros atuais** manterem e ampliarem **a cultura afro-brasileira de resistência** ao genocídio e de afirmação da sua verdade.”* (NASCIMENTO, 2009, 205, grifos nosso)

Em razão desta herança de resistência e empoderamento que carece de ser reiterado, reafirmado sobretudo, em face do que dispões às legislações nacionais do Estado brasileiro que o comprometeram com a assumida para elaborar ações, planos, projetos, políticas públicas e de governos em todos os âmbitos em contraposição à toda e qualquer forma de discriminação

² Cap. 9: QUILOMBISMO: UM CONCEITO EMERGENTE DO PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA, formulado por Abdias Nascimento em 1980, apresentado ao 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, Panamá, 1980. Este compreendeu uma versão do livro: AFROCENTRICIDADE uma abordagem epistemológica inovadora organizada por Elisa Larkin Nascimento, 2009, que compreende uma coleção com 4 volumes denominado SANKOFA: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, números 1, 2, 3 e 4, textos utilizados nesta etapa pertencem ao número 4, publicado pela Editora Selo Negro.

conforme à CF/88 artigo 3º, a LDB 9394 artigos 26º A e 36, assim como as Diretrizes Curriculares Étnico-raciais (2004; 2013).

Por isso cabe esclarecer que o quilombismo compreende também:

Método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que os africanos derramaram [...] Um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileira só poderá ocorrer pelo esforço energético de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como de suas inteligências e capacidades escolarizadas, para a enorme batalha no front da criação teórico-científica. (NASCIMENTO, 2009, p. 205).

Convém, então, também, esclarecer: o Quilombismo representa uma corrente teórica que visa o empoderamento das populações africanas ou afrodescendentes, de resgate irrefutável de sua legitimidade humana, cultural, histórica, que compreende seres as etnias africanas detentoras de civilizações que formaram a base de conhecimentos que só muitos séculos depois foram perspectivados por europeus. Diante disso, faz parte de sua memória e a história de suas civilizações a presença de contribuições no campo filosófico, no campo da metalurgia, da química, da física, da arquitetura, da literatura oral e escrita, da política e de todas as demais áreas relacionadas às já há muito consideradas civilizações. Dessa forma, busca o quilombismo referendar, reestruturar, visibilizar esses legados por meio de uma concepção situada a partir do olhar afrocentrado.

Nesse sentido e com isto em foco:

Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, a essa rede de associações. Irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem s quilombos revelados que conhecemos. Porém, tantos os permitidos quantos os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural [...]. A esse complexo de significações, **a essa praxis afro-brasileira, eu denomino quilombismo.** (NASCIMENTO, 2009, p. 203, grifos nosso).

É perceptível que a plataforma que embasa a base conceitual do quilombismo está relacionada estreitamente com as ações dos africanos trazidos aqui, à época da colônia quando passaram a se organizar contra qualquer forma de banimento intelectual. Para isto inúmeras foram as formas e maneiras para definir estratégias de resistências inicialmente, rechaçadas pelo “Estado” colonial, depois, sofregamente, toleradas durante o “Estado” Imperial, mas ainda sendo assinaladas severas perseguições e proibições inclusive legalmente, sendo algumas instituídas.

Contudo, no século XX, frente as ações de interdição que se tornavam mais complexas, as ações para garantir o empoderamento afrodescendente acabava recebendo como resposta o

ingresso das ações que se tornavam parte integrante da cultura que então passava a ser considerada também, brasileira. Mesmo levando em consideração que o racismo enquanto uma forma de categorização dos afro-brasileiros visava a sua inferioridade pela via da discriminação, do preconceito e por formas de violência física, a verdade é que as ações quilombistas ganharam força, legitimaram-se inclusive em espaços acadêmicos em eventos internacionais debruçados sobre as ações de africanos e brancos em face da diáspora africana, a tal ponto que depois de séculos de luta e esforços dentro e fora da academia eclodiu uma **epistemologia com teorias**³ para fazer frente ao desenvolvimento de estudos afrocentrados. E dentre estas, para atender às demandas de estudos africanos no Brasil que visibilizem a face da diáspora, e, sobretudo, da resistência em nome da liberdade negra, africana e afro-brasileira cunhou-se o: “QUILOMBISMO”.

O autor da teoria quilombista apresenta um estudo que apresenta um ABC do quilombismo composto por 25 etapas identificadas por ele com letras de “A” a “Z”, por isso as denominou dessa forma. ***Serão explicitadas aquelas que podem ser e estão relacionadas diretamente com os objetivos desta pesquisa de dissertação, e que por sua vez, norteou a eleição dos objetivos envolvidos nesta.***

Observe-se ao que ele se refere em algumas destas, para didatizar a leitura organizou-se um quadro onde estes podem ser fruto de leitura e reflexão. Este quadro é iniciado com a identificação atribuída por seu autor Abdias Nascimento. Então na sequência ver-se-á o primeiro elemento com a letra “d”, quarto elemento de outras vinte e cinco. A cada vez, que um novo elemento for posto em tela trará à frente uma letra conforme a construção de seu autor.

Quadro 22 – Quarto elemento

5º) d. *Devemos ampliar sempre nossa frente de luta, tendo em vista: 1) os objetivos mais distantes da transformação radical das estruturas socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira; 2) os interesses táticos imediatos. [...]*

(7º) g. *Garantir ao povo trabalhador negro seu lugar na hierarquia de poder e decisão, mantendo sua integridade etnocultural, é motivação básica do quilombismo.*

(13º) m. *Mancha branca é o que significa a imposição miscigenadora do branco, implícita na ideologia do branqueamento, na política imigratória, no mito da “democracia racial”. Tudo isso não passa de racionalização do supremacismo branco e do estupro histórico e atual que se pratica contra a mulher negra.*

(18º) r. *Raça: acreditamos que todos os seres humanos pertencem à uma*

³ [...] Este trabalho é fruto da dedicação e competência de alguns africanos, a um tempo estudiosos, pesquisadores, cientistas, filósofos e criadores de literatura e arte, pessoas do continente africano e da diáspora africana. Cheikh Anta Diop, do Senegal, Chancellor Williams, dos Estados Unidos, Ivan Van Sertima e George M. James, da Guiana, Yosef Bem-Jochannam, da Etiópia, Theophile Obenga, do Congo-Brazzaville e Wole Soyinka e Wande Abimbola, da Nigéria, figuram entre os muitos que estão ativos, produzindo obras fundamentais para a África contemporânea e futura. (NASCIMENTO, 2009, p. 198).

espécie. Para o quilombismo, raça significa um grupo humano que possui relativamente, idênticas características somáticas, resultantes de um complexo de de fatores históricos e ambientais. Tanto a aparência física como os traços psicológicos, de personalidade, de caráter e emotividade, sofrem a influência daquele complexo de fatores nos quais se somam e se complementam a genética, a sociedade, a cultura, o meio geográfico e a história.

25º) z. *Zumbi*: fundador do quilombismo.

Fonte: Elaborado com elementos que compreendem *ABC do quilombismo* (NASCIMENTO, 2009, p. 208 – 209).

Quando ganha evidência ações para desconstruir as bases de uma supremacia cultural de uma etnia sobre a outra, carece de esforços que visibilizem a legitimidade de cultural tidas como inferiores.

Do contrário, perpetua-se o tratamento desigual como face a ser reiterada como algo natural quando em verdade fora naturalizada por interesses econômicos que atendem a interesses hegemônicos sócias e econômicos a medida que se interdita uma cultua legítima por ações, discurso, pensamentos que aludem a explorações econômicas. E isto segrega grupos étnicos, assim como tem se dado no Brasil, ao longo de sua história antiga e recente.

Logo, para assumir uma postura combativa é necessário entender as raízes do racismo, as estratégias estereotípicas que violentam grupos considerados “minorias”. Quando em verdade não o são, posto que o número de empobrecidos no Brasil é ainda inquestionavelmente, os ligados às etnias afro-briasileiras.

Apesar de um empobrecimento que fora desenhado ao longo de séculos de oferta gratuita de trabalhos forçados sem qualquer forma de retribuição com base em políticas públicas, é mister e urgente que seja garantida a integridade das etnias negras a medida que se reconhece pelo Estado e por suas instituições o valor e legitimidade de seus legados enquanto elementos que estruturaram a sociedade brasileira de modo singular.

Por fim, é observável a necessidade de inviabilizar o conceito mítico que embasou e continua a embasa a “democracia racial”, enquanto construto que atenua e mitiga a compreensão do racismo e as consequências deste. Por outro lado, situar o lugar das relações situadas “inter-étnicas” já que diferentes etnias atuam simultaneamente sobre si mesmas conseguindo definir os contornos da humanidade, assim como sempre se dera ao longo da história da humanidade. O que acaba por evidenciar que apesar de haver discursos nacionalistas, xenofóbicos, ou que visaram e visam disseminar a necessidade ou existência de uma pureza racial ou étnica. Tal ponto de vista não encontra amparo frente à dinâmica cunhada pela humanidade em todos os continentes. Mesmo quando essa tônica é ou fora refutada.

Por fim, como historicamente, coube a Zumbi dos Palmares a alcunha de líder negro em prol da liberdade negra africana das mãos do escravagismo, seguramente, é possível entender

a relevância dessa expressão, desse símbolo de luta, desse nome que tanto se alia ao longo dos séculos à resistência que tanto empoderou as etnias africanas e afro-brasileiras.

Outra etapa desse estudo que visa delinear a concepção envolvida no quilombismo foi apresentado por Abdias Nascimento através de (16), dezesseis princípios para a sua teoria, numerados por meio de algarismos por seu formulador. Dada a sua extensão e idiossincrasias serão delineadas apenas as que estão relacionadas à análise dos dados e conseqüentemente, aos interesses desta pesquisa.

Os princípios que serão explicitados também, serão organizados em quadros seguindo a lógica didática já utilizada.

Quadro 23 – Quilombismo

2. O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa, igualitária e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, a todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis do poder e instituições públicas ou privadas.

7. **A educação e o ensino em todos os graus – elementar, médio e superior** – serão completamente gratuitos e abertos sem distinção a todos os membros da sociedade quilombista. **A história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas terá lugar eminente nos currículos escolares.** Criar uma Universidade Afro-Brasileira é uma necessidade dentro do programa quilombista.

11. A revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anti-capitalista, anti-latifundiária, anti-imperialista, e antineocolonialista.

16. O Brasil é signatário da “Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1965. O quilombismo contribuirá para a pesquisa e a elaboração de formas estratégicas para utilização dessa Convenção e de outros dispositivos do direito internacional para combater o racismo, colaborando em especial com o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas.

Fonte: Elaborado com elementos que compreendem *ABC do quilombismo* (NASCIMENTO, 2009, p. 212 – 213; 215, grifos nosso).

Os princípios assinalados responsabilizam com uma mudança necessária para a reconstrução e também, a construção de um Estado em que a diferença étnica ou o pertencimento étnico não tenha mais espaço enquanto estratégia para segregar, discriminar, preconceituar, violentar a dignidade humana de uma pessoa por relacionar esta postura no fenótipo dérmico. Muitas são as ações que cabe às instituições de um país assumir, implementar para erradicar formas de banimento, ou para obnubilar, causar sofrimentos, gerar empobrecimentos e interdições ao alcance de direitos em uma sociedade onde apesar de todos

estarem localizados geograficamente em algum lugar. Alguns lugares veem-se com facilidade a presença de ações de um Estado em respeito aqueles que o formam que contribuem para a existência dele através do trabalho, de suas heranças culturais e históricas mesmo quando estas não são utilizadas para o mesmo sinta-se plenamente reconhecido por esta herança. Pelo contrário, há heranças no Brasil que por estarem relacionadas aos negros ou africanos antes escravizados são desculpa para discriminações, inferiorizações e ainda despsicologizações que afirmam a não humanidade das etnias negras. Algo que fere o princípio da dignidade humana, desde o pós Segunda-Guerra Mundial.

Diante de um quadro tão entristecedor carece-se de medidas para redimensionar de modo sistemático, paulatino para não apenas desautorizar as práticas racistas. Mas sobretudo, suplantá-las pelo respeito à herança de cada etnia que formara o Brasil, e isto inclui as que mais contribuíram para a sua formação. Eis porque um Estado Quilombista tem sido posto como panorama. Outrossim, cabe à pesquisa acadêmica contribuir com esforços pela realização de estudos, de pesquisas para que seja possível a todos os setores da sociedade brasileira serem assistidas em suas necessidades esclarecedoras. E um desses setores, assume papel primordial, desta feita **o currículo, a escola, seus agentes**, carentes de processos de formação continuada que estejam também e, sobremaneira, em sintonia com a plataforma, com o paradigma de estudos afrocêntricos consoantes as teorias que lhe dão solidez.

Momento em que à realização de uma pesquisa como pretende ser a pesquisa documental, bem como o estudo de caso que comporão esta pesquisa de doutoramento estarão comprometidas com um discurso de respeito à diversidade pela via do conhecimento que decorre de saberes, **didaticamente**, situados pelo **currículo**. Isto em respeito a que dispõe a Lei 10.639/03 artigos 26 e 26-A que não apenas mudou, mas, ampliou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, permitindo a formulação das Diretrizes étnico-raciais promovendo novos procedimentos de estudos em todos os componentes propedêuticos do currículo nacional brasileiro em todas as etapas da Educação Básica desde 2004.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresentará o estudo realizado, bem como sua natureza, além da importância desse tipo de pesquisa para sala de aula. Também descreve-se o campo pesquisado e seus respectivos participantes, abordaremos o tipo de observação, os instrumentos usados na coleta de dados e os procedimentos utilizados na análise dos mesmos.

3.1 O tipo de pesquisa utilizada e sua importância no contexto escolar

Com a perspectiva de atingir os objetivos propostos na pesquisa, considerando todos os

argumentos, que embasam uma pesquisa de campo, a sua metodologia, inicialmente contempla os aspectos teóricos para possibilitar a sua construção pragmática. Buscam-se atributos que permitam contribuir com indicadores para promover sua qualidade e, ao mesmo tempo pensar na influência que ela vai proporcionar na qualidade do ensino fornecidos aos alunos quilombolas por meio das tecnologias.

A base da pesquisa etnográfica é sistêmica de base ontológica de acordo com a teoria de André (1995) e a base ontológica do paradigma é subjetivista, em que na utilização das técnicas da etnografia, o componente principal é a interação real entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Para a autora, o pesquisador, sendo principal elemento na produção de dados, teria capacidade para avaliar e se for a questão traçar novos rumos para a metodologia no período do trabalho, segundo o autor para uma pesquisa etnográfica, que permitiria trazer o contexto da prática docente em escolas dos territórios de quilombos do Espírito Santo. Para a realização do trabalho de campo, pensamos em utilizar a observação participante, como um olhar diferenciado sobre os fenômenos e realidade envolvendo nosso objeto de pesquisa. Na utilização das técnicas da etnografia Minayo, em ciclo da pesquisa qualitativa comenta que é um trabalho em espiral, a pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, mas se realiza fundamentalmente por um labor intelectual baseado em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, que se constrói com um ritmo próprio e particular. (Minayo, 2016, p. 25).

Para a pesquisa deste estudo, será realizada uma pesquisa em que se embasou em um modelo fenomenológico com método etnográfico baseado em Campoy (2019), com característica de: interrogar, descrever a experiência vivida, existenciais dos significados que o sujeito atribui, explicando os significados na vida cotidiana, com enfoque interpretativo. Logo, a investigação é descritiva, pois o pesquisador descreve. Para a elaboração deste estudo, foram utilizadas as fontes primárias e fontes secundárias. No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental e logo após uma pesquisa de campo.

Os estudiosos que se dedicam a esse tipo de pesquisa são chamados de interpretacionistas e afirmam que o homem é diferente dos objetos, por isso o seu estudo necessita de uma metodologia que considere essas diferenças. Nesse posicionamento teórico, a vida humana é vista como uma atividade interativa e interpretativa, realizada pelo contato das pessoas. (OLIVEIRA, 2009, p.8)

Logo, no presente tópico da investigação por meio da análise do discurso, seguindo a linha francesa, de acordo com Pêcheux (1988), objetivos da investigação foram interpretados por meio de uma análise discursiva, foram identificados os não ditos, já que na concepção francesa de discurso todos os atos discursivos estão atrelados a ideologias dominantes, que para identificar isso é preciso olhar para a história e contextualizar com a contemporaneidade, nesse universo que o sujeito investigado está inserido, as técnicas utilizadas evidenciam-se em seu caráter qualitativo, baseado em Bognan e Bikle (1994, p.16). Eles afirmam “a investigação qualitativa em

educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos”. Ainda segundo os mesmos autores, na investigação qualitativa em educação, o investigador comporta-se mais de acordo com o viajante que não planeia do que com aquele que o faz meticulosamente. Portanto, o que importa é os meios, a análise, o processo propriamente dito e não os resultados.

Quadro 1. Matriz Metodológica

Problema : Quais metodologias adotadas pela Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre ES supriram as demandas educacionais no período de pandemia ?			
Objetivo Geral: Analisar a modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola seus avanços e retrocessos no período da pandemia na escola EMEB Monte Alegre , Cachoeiro de Itapemirim, ES.			
Objetivos específicos	Questões Norteadoras	Participantes	Instrumentos
Explicar quais tecnologias obtiveram êxito na promoção da aprendizagem dos estudantes no período de pandemia;	Descrever as contribuições da Educação Quilombola como estratégia de ensino aprendizagem com o uso das Tecnologias da Informação	Professores, Gestores, Comunidade quilombola	Observação - Participante Análise Documental
Verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre	Identificar quais metodologias tecnológicas foram implementadas de forma a promover a Educação híbrida e remota em uma comunidade quilombola de Monte Alegre ES	Gestores	
Identificar como os	Detectar como s desenvolveu		

professores realizavam seus planejamentos pedagógicos no período de pandemia	seu planejamento pedagógico de forma a suprir as demandas curriculares em consonância com o Projeto Político Pedagógico.		
Descrever quais foram os avanços e retrocessos na educação dos estudantes no período pandêmico a luz do ensino remoto.	Identificar quais foram as defasagens pedagógicas por faixa etária no período em que as aulas estiveram no período remoto.		

Fonte: Os Autores, 2022

3.2 UNIVERSO E POPULAÇÃO

3.2.1 Amostra

Para a amostragem do *lôcus* da pesquisa, a Escola Municipal de Educação Básica, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação (SEME), foi escolhida por se localizar no município de Cachoeiro de Itapemirim ES, por ser uma escola que fica em um quilombo.

Todas com jornada integral ou dupla em sua filosofia. A amostra desta pesquisa foi intencional, não probabilística e com amostragem por cota, com critérios de inclusão e exclusão, representada pelos 8 professores da área de educação básica que atuam na docência.

3.3 TÉCNICAS PARA RECOLHA DE DADOS

3.3.1 Observação

Para realizar a pesquisa de campo, de forma aprofundada, foram escolhidas técnicas para a coleta de dados, assim a observação participante tem como base a participação integral, intrínseca e efetiva do pesquisador. Ela se entrelaça à comunidade escolar como objeto de observação. Através deste envolvimento, detectam-se fatores importantes na investigação, como

por exemplo, problemas internos e externos na comunidade escolar. No estudo, foi observado o âmbito escolar, professores, gestores e educadores de apoio, na unidade escolar que foi realizada a pesquisa.

La observación participante establece una comunicación intencionada entre el observador y el fenómeno observado de forma planificada. Está comunicación se da, normalmente, a nivel no verbal, en la que el investigador- observador está muy atento a las claves que va captando, por medio de las cuales interpreta lo que ocurre, obteniendo así un conocimiento más sistemático, profundo y completo de la realidad que observa.(ARANDA,2019,p. 336)⁴

Segundo o que retrata ANDRÉ (1995), para uma pesquisa etnográfica, que permitiria trazer o contexto da prática docente em escolas dos territórios de quilombos do Espírito Santo. Para a realização do trabalho de campo, utilizou-se a observação participante, como um olhar diferenciado sobre os fenômenos e realidade envolvendo nosso objeto de pesquisa, aliada a entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013). Na utilização de técnicas da etnografia (ANDRÉ,1995), o componente principal é a interação real entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Para a autora, o pesquisador, sendo principal elemento na produção de dados, teria capacidade para avaliar e se for a questão traçar novos rumos para a metodologia no período do trabalho.

Minayo (2007, p. 69) define a pesquisa participante como sendo “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. A referida autora salienta que o investigador fica em relação direta com os sujeitos participantes da pesquisa, à medida do possível, participando do cotidiano, do cenário cultural, com intuito de coletar dados e compreender o contexto da pesquisa. Desse modo, ainda segundo a autora, “o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, 2007, p. 69).

De acordo com Minayo (2007, p. 69), “a filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro”, ficando assim, mais livre de pré-julgamentos. Diante disso, a observação participante foi um instrumento utilizado na pesquisa para apreendermos o cotidiano, na comunidade Monte Alegre, dos professores sujeitos da

⁴ “A observação participante estabelece uma comunicação intencional entre o observador e o fenômeno observado de forma planejada. Está comunicação ocorre normalmente, a um nível não verbal, no qual o investigador - observador está muito atento às chaves que está a captar, através das quais interpreta o que se passa , obtendo assim um conhecimento mais sistemático, profundo e completo da realidade que se observa”. (ARANDA, 2019, p.336) (tradução livre)

pesquisa, da escola e também da sala de aula, o que ~~com certeza nos~~ ajudará a compreender o contexto do estudo.

Durante as observações, recorreu-se a alguns meios para registrar os eventos observados. Assim, durante a coleta de dados usou-se os seguintes instrumentos:

1. Gravações em vídeos: Devido à impossibilidade de fazer anotações escritas durante as aulas, já que era uma participante ativa em seus eventos, ~~fiz~~ foram realizados registros audiovisuais de algumas das aulas de língua estrangeira desse grupo estudado. Nem todas as gravações puderam ser aproveitadas, já que apresentavam alguns problemas que impossibilitavam a transcrição. Somente algumas delas puderam ser analisadas.
2. Gravações em áudio: As gravações em áudio ocorreram em três diferentes eventos (aulas), entretanto, somente uma delas pôde ser aproveitada.
3. Anotações de campo: Durante todo o período de coleta de dados, foi utilizado um caderno para anotar ~~minhas~~ impressões sobre a aula, descrever os comportamentos ou transcrever os comentários de alunos, tanto em sala quanto pelos corredores, além de registrar aquela instituição. As notas de campo, em sua maioria, aconteceram depois das aulas observadas, uma vez que, com a participação frequente em interações na sala de aula, tornou-se difícil tomar notas de campo durante as aulas.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise, pretendeu-se estabelecer articulações entre os referenciais teóricos e os dados coletados, respondendo às questões propostas nos objetivos da pesquisa. O caminho traçado procurou estabelecer relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o que orientam e substancial práticas curriculares permeadas pelo uso das tecnologias na modalidade do ensino remoto no período pandêmico em uma Escola Localizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, fundamentado em André (2013, p. 52).

Quanto à sua pertinência, estudo de caso etnográfico deve ser usado quando esta partir do interessado ~~n~~ de uma instância em particular, isto é, numa determinada instituição, numa pessoa ou num específico programa ou currículo; quando se deseja conhecer essa instância particular em sua complexidade e em sua totalidade; quando se estiver mais interessado naquilo que está ocorrendo e em como está ocorrendo do que em seus resultados; quando se busca descobrir novas hipóteses teóricas, novas relações, novos conceitos sobre determinado fenômeno e quando se quer tratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural.

Em um primeiro momento foi realizado um levantamento da escola pública a ser pesquisada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, sua fundação; número de alunos, professores e funcionários; sexo e faixa etária dos alunos e professores; nível de escolaridade,

formação adicional e grau de conhecimento sobre tecnologias que subsidiaram o ensino por parte dos professores; e quantos são os professores e alunos que residem na comunidade quilombola.

Após esse levantamento iniciou-se a primeira fase, propriamente dita, com a fundamentação teórica, pesquisas bibliográficas, busca de documentos, fotos depoimentos e diário de campo que possam corroborar com a pesquisa. A segunda fase se deu ao relacionar o material recolhido da bibliografia, documentos, jornais e outras fontes concernentes a pesquisa com as anotações da observação de campo para que pudesse aprofundar em possíveis respostas aos objetivos da pesquisa de forma etnográfica, que se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permite reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária. A terceira fase, é a de analisar o que foi recolhido nas etapas anteriores para organização final dos resultados sendo tratados de forma a dar a primeira fisionomia final todo trabalho.

Por fim, as análises críticas das informações obtidas dos resultados das leituras de livros, revistas, jornais e periódicos, observação das fotografias e documentos, dentre outros detalhes constituiram a base da dissertação pretendida. Esta fase é de significativa importância da pesquisa, momento em que se pode confrontar a realidade, com a hipótese, afirmando ou negando o problema que foi questionado desde a fase inicial etnográfica até processar a análise. Nessa perspectiva histórica, faz-se necessário, também, situar a contribuição de Dewey (2010, p. 18) ao afirmar que os temas curriculares, como todos os conhecimentos humanos, são produto do esforço do homem para resolver os problemas que sua experiência lhe coloca. Tratar currículo como experiência, implica em partir da trajetória histórica própria dos quilombolas, que está posta na história desde a África ao Brasil e que, no estudo de caso, ficou evidenciado que desenvolveram uma prática em que articularam a tradição oral e o conhecimento científico ocidental, ou seja, os referenciais teóricos metodológicos existentes na atualidade ocidental e na antiguidade africana, sem subordinar um ao outro, mas cuidando de destacar a temporalidade histórica dessa construção de conhecimento e das influências delas decorrentes.

Gomes (2016, p.74), relata que nessa experiência em pesquisa indica que não há fronteiras nítidas entre coletas das informações, início do processo de análise e a interpretação. Em seguida, ele comenta que o importante é fazer uma avaliação do material disponível antes que seja iniciada a etapa final da pesquisa. Aconselha, também, que se deve observar se o material disponível revela qualidade, principalmente quanto à impressão e a clareza dos registros, bem como se é suficiente para a análise.

Percebendo o que sucede e apreendendo o sentido do conjunto de hábitos da comunidade escolar. As observações foram anotadas em um caderno de campo, pois, segundo Minayo (2007), essas anotações são de grande importância no momento da realização da análise qualitativa.

3.5 Riscos e Benefícios da Pesquisa

O risco seria de que a secretaria de educação do município de Cahoeiro de Itapemirim – ES, pudesse colocar algum empecilho quando da observação, os professores não respondessem a entrevista. Outro fato é a possibilidade de resistência por parte de algum professor em não aceitar a observação.

O benefício que se considerou fundamental foi em apresentar à secretaria de educação do município de Cahoeiro de Itapemirim – ES um *feedback* das análises durante o período de observação, de como a escola ressignificou o ensino através da modalidade do ensino remoto e seus avanços e retrocessos na educação dos alunos daquela comunidade.

3.6 Marco analítico

Os dados foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas em artigos e teses que retratam o objeto de estudo, observação, diário de campo de modo a gerar evidências, uma vez que aprendem-se fatos através das experiências vividas e presenciadas para obter conclusões, seguindo a linha de LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.26 “[...] que salienta principal instrumento da investigação, o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. [...]”. A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo nas abordagens qualitativas.

À medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para “descobrir” aspectos novos de um problema. Isto se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida que oriente à coleta de dados. A análise de discurso segundo Titscher et al. (2002) é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador.

Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização.

Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise.

A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos francesa se constitui como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos, quais sejam: o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais, inclui-se então a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. (BRASIL, 2011, p. 171), neste sentido, a análise de discurso não se sustenta na superficialidade discursiva, mas busca de dentro da construção, o que está oculto, recorrendo a concepções históricas, semânticas e pragmáticas. Portanto, foi identificada a realidade, o cotidiano, observando de maneira minuciosa o sujeito que participou das entrevistas, a partir da contextualização e a posição que esse assume como sujeito na sociedade. Realizaram-se nas análises as relações entre linguagem, história e sociedade.

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, realizou-se o diálogo dos resultados coletados diante observação com os teóricos que nortearam o estudo, de acordo com uma análise de discurso francesa, para isso, a presente pesquisa optou-se por apresentar os elementos estruturais da análise de discurso aprofundando as suas interfaces com as representações sociais, uma vez que estes tendem a ser os mais distantes e estranhos para a maioria dos leitores do presente periódico. Inclusive, por ser uma análise do diálogo entre os dois campos, considera-se desnecessária a definição dos principais conceitos presentes na teoria de representações sociais ou da análise de discurso por se partir do pressuposto de que estes estão devidamente compreendidos. O dito para Pêcheux (1996, 2001) e Orlandi (2001a) é definido como tudo que foi explícito pelos sujeitos em seu processo de comunicação e de diálogo, quer seja verbalmente ou por outras vias de socializá-lo. O não-dizer, por sua vez, possui seu sentido na relação com o dizer (e vice-versa), mas não se mostra explicitamente. Para Pêcheux (2001), o não-dito só pode ser alcançado através do que ele chama de “exterior específico”, e que posteriormente denomina de Condições de Produção do Discurso. Para este autor, o não-dito é a definição de uma “ausência específica daquilo que está presente em outro lugar” (p. 149). Orlandi (2001a, 2002), ao mesmo tempo, aprofunda a especificidade de algumas modalidades do não-dizer, como aquele que deriva da própria instância da linguagem – o denominado pressuposto – e aquele que se dá em um

contexto (o subentendido).

Conclui, ainda, que várias noções da análise do discurso encampam o não dizer. Dentre elas, ressaltam-se o interdiscurso, a ideologia, a formação discursiva e as formas do silêncio. As condições de produção do discurso é um conceito fundamental à análise de discurso francesa e um importante ponto em que se pode observar a presença dos elementos sociais, grupais, contextuais, políticos e culturais que influenciam no dito e que, ao mesmo tempo, conformam o não-dito.

Segundo André (ANDRÉ,1995), o componente principal é a interação real entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Para a autora, o pesquisador, sendo principal elemento na produção de dados, teria capacidade para avaliar e se for a questão traçar novos rumos para a metodologia no período do trabalho, este conjunto de fenômenos, contextos, situações e especialmente, ideologias formam uma rede de representações que alimentam uma determinada forma de pensamento social em que o dito se constrói de uma determinada maneira e outras possibilidades do dito são impedidas por sua não coerência com o conjunto das representações construídas. Assim, para se trabalhar com a análise de discurso e a teoria de representações sociais, na delimitação do objeto de estudo, deve-se ter em mente os diferentes objetos representacionais que podem estar presentes em sua construção, o contexto imediato que se configurou como cenário da coleta de dados e os acontecimentos políticos e culturais que cercam este mesmo momento da coleta.

Para tal, seguem-se os objetivos específicos, os quais subsidiaram os tópicos que foram divididos neste capítulo. Diante disso, de início, trata-se de explicar quais tecnologias obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes da comunidade quilombola no período de pandemia. Seguindo o pressuposto buscou-se verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre, em seguida identificou-se por meio das observações de como os professores realizavam seus planejamentos pedagógicos no período de pandemia e por fim descrever quais foram os avanços e retrocessos na educação dos estudantes neste momento.

Para desenvolver a escrita da pesquisa, as observações dos sujeitos observados foram identificados por nomes fictícios, a fim de garantir a confidencialidade e estabelecer uma relação crítica entre as produções desenvolvidas e os referenciais teóricos do estudo, o trabalho está pautado pela observação participante.

Seguindo esse pressuposto Munanga nos remete ao que

devemos conhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural do brasileiro é essencial no combate a intolerância religiosa, na luta contra o racismo e qualquer manifestação de preconceito. Isto posto, destacamos as ideias de Munanga segundo o qual “para se construir uma sociedade com justiça social e equidade é necessário ter como ponto de

partida, uma identidade coletiva mobilizadora que possibilite romper com a ideologia dominante e, nesse sentido, com o olhar do outro sobre si mesmo”, (MUNANGA, 1999, p).

Dessa forma, o autor nos remete que devemos proporcionar caminhos que nos permita oportunizar caminhos para levar uma educação de qualidade, pautada na valorização da cultura e do pluralismo cultural, assim parte-se do pressuposto de início do trabalho tendo o primeiro contato com os professores que participaram da pesquisa de forma oculta, foi realizada uma conversa prévia sobre os objetivos da investigação e que poderiam desistir a qualquer momento. Todos aceitaram participar do estudo e permitiram ao pesquisador observar sua rotina de trabalho sem que pudesse interferir em seu processo pedagógico.

De acordo com Orlandi (2012, p.12), “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem”, logo para as análises são considerados os contextos sociais e políticos contemporâneos, assim como a formação dos sujeitos participantes, os quais cada um possui um tempo diferenciado em atuação no campo educacional. Este fator é relevante, pois se o docente não possui uma formação continuada e tem bastante tempo de licenciado, seus posicionamentos e colocações serão de acordo com suas formações do passado.

A observação na comunidade escolar quilombola ocorreu em um período de 30 dias a contar do dia 02 de setembro a 05 de outubro de 2022, no qual pôde-se observar a rotina do povo originário da comunidade quilombola, suas culturas, seus comércios, as práticas pedagógicas dos professores, a gestão escolar e a aprendizagem dos estudantes .

3.5.1 Inclusão das tecnologias como suporte de aprendizagem

As observações se pautaram em uma visita de 30 dias corridos por meio de observações da comunidade quilombola e suas práticas enquanto viventes de um povo originário e dos recursos que pautaram a educação em um período em que as aulas precisaram ficar sem a presença física do professor.

A comunidade quilombola fica em uma zona rural do município de Cachoeiro de Itapemirim – ES, sem asfalto para acesso à comunidade e 4 km de estrada dentro da reserva municipal de Pacotuba .

Em um primeiro momento procurou-se a gestão da escola, a fim de entender como a escola subsidiou o ensino dos alunos na pandemia e como os professores conseguiram proferir o ensino por meio das tecnologias como ferramenta de construção de aprendizagem e se a escola adquiriu plataformas educacionais.

A gestora que atua na Escola Municipal de Educação Básica, Monte Alegre, Pacotuba, Cachoeiro de Itapemirim, foi nomeada como Cargo de Confiança pela Secretaria de Educação, onde procurou-se conversar com ela de forma informal e por meio de observações em sua prática procurando responder ao primeiro objetivo específico que se direciona à gestão por se tratar de

quais tecnologias obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes no período de pandemia, ressaltando que quando se começou observação, o aparelho móvel de celular não possuía sinal da internet e muito mal o sinal do satélite para que pudesse fazer ligações, partindo desse princípio, foi conversado com a gestora nomeada como Maria para entender os caminhos percorridos de como foi a implementação dessas tecnologias.

A participante aqui nomeada de Maria, indicada como gestora escolar no ano de 2021, possui 10 anos experiência como professora regente em sala de aula de núcleo comum, com formação em pedagogia e pós-graduação em Gestão Educacional. Por meio informal, com diálogo e diário de campo, a participante relata de forma sucinta “em um primeiro momento a Secretaria de Educação de nosso município implementou como suporte o *Google* sala de aula, portal do aluno e aplicativos de telefone como *whatsapp*, mas com muita dificuldade pela equipe escolar e comunidade por não possuímos *internet* de qualidade, não surtindo efeito para que os alunos pudessem acessar para realizar as atividades”. (MARIA, 2022).

Fato curioso onde a realidade que vive-se, ainda depara-se com escolas, a precariedade em tecnologia de informação impossibilitando de certa forma um educação *on-line* por parte dos estudantes. Para G. Dohmem *apud* Nunes (1992), a Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo, em que o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível de ser feito a distância por meio da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias. Por sua vez, a Educação a Distância também pode ser definida como:

"uma relação professor-aluno ou ensino-aprendizagem mediada pedagogicamente e mediatizada por diversos materiais instrucionais e pela orientação tutorial, isto é válido tanto para ambientes pedagógicos tradicionais como para aqueles que usam as novas tecnologias". (RIANO, 1997, p. 20).

Seguindo esse paradigma conceitual, Perry e Rumble (1987, p.12) afirmam que:

Bordenave (1986) prefere conceituar a Educação a Distância como uma proposta constituída através de um processo ensino-aprendizagem, atuando com estudantes de diversas idades e antecedentes no desenvolvimento de estudos em grupo ou individualmente, em casa, locais de trabalho ou em qualquer outro ambiente geograficamente distante, usando materiais autoinstrutivos produzidos em um centro docente, distribuídos através de diversos meios de comunicação regular com os professores do centro docente.

Ainda dentro deste mesmo objetivo visando a falta de *internet* acessível aos professores

e estudantes para que o ensino pudesse ser pautado em um ensino que se efetivasse em sua totalidade, por meio da observação, percebe-se a falta desse recurso na escola diante diálogo com a gestora educacional, disse que o ensino no período remoto os alunos realizavam as atividades de forma impressa, em que eram realizados encontros semanais com os pais dos estudantes e feita entrega aos discentes para que pudessem realizar em casa suas atividades, e que as atividades eram selecionadas por meio da feitoria de coletâneas de atividades que a própria secretaria de educação disponibilizava as escolas que não possuía acesso a internet para os alunos (no começo realizado pela secretaria de educação de Cachoeiro de Itapemirim), e em seguida eram realizados pelos próprios professores .

Cabe ressaltar segundo Silva(2012) que as tecnologias são um importante auxílio para as comunidades quilombolas, sendo ela um instrumento para difusão de conhecimentos, saberes, tradições e costumes. De fato, a inserção das TICs na educação, poderá auxiliar os mecanismos de luta, de valorização da cultura e acolhimento das suas origens, por meio do ensino étnico-racial, sendo trabalhado diariamente como forma de desconstruir preconceitos e agregar valores para cada membro da população, como relata Silva (2012, p.)

A diferença reside em conseguir socializar os conhecimentos gerais já normatizados e convencionados nos sistemas de ensino e aqueles conhecimentos que a comunidade entende serem importantes, mas ainda não são vistos ou aprendidos por meio da escola. Educação Escolar Quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeitos de direitos, conforme mencionado. (SILVA, G. M., p.167).

Contudo, entende-se que essa educação mesmo reconhecida por políticas públicas, ainda é fragilizada e são necessários constantes embates como forma de inclusão tecnológica. Tais reivindicações são de suma importância para que os quilombolas consigam dispor de artefatos para construção e elevação de conhecimentos, não só para as crianças, mas para todas as gerações inseridas na população quilombola. Desse modo, contribuirá para o ensino e aprendizado, dentro da prática pedagógica da Educação Básica Quilombola.

No início do ano letivo (ano), a escola começou suas aulas sem o quadro completo de professores, pois estavam aguardando a convocação do processo seletivo para que novos ~~professores~~ chegassem para completar o quadro de funcionários, assim as atividades eram elaboradas para as turmas que não tinham professores. Percebe-se que a escola em pleno século XXI , não possui um aparato tecnológico básico como máquina de xerox , computadores para os professores e recursos para que pudessem suprir as demandas do sistema de ensino como relatado pela Maria, onde diante de observação percebeu-se que a escola realmente não possuía uma máquina de xerox de boa qualidade e que toda atividade eram fotocopiadas pela

secretaria de educação. As mesmas atividades eram disponibilizadas no *Google* sala de aula, porém sem acesso por parte dos estudantes, por sua maioria não terem acesso a *internet* e nem a computadores em suas residências. (MARIA, 2022)

Em continuidade ao mesmo objetivo, observou-se que as atividades eram impressas e a escola agendava com as famílias para realizar a retirada destas na escola, isso foi acontecendo gradativamente, mas não atingiu 100%. Muitos pais tinham o compromisso semanal, outros a escola tinha que fazer uma busca ativa para onde, na maioria das vezes, as atividades não eram realizadas ou não realizada pelos alunos.

Ao referir-se à sociedade do conhecimento, Valente (2002) aponta a necessidade de transformação das escolas atuais, pois a sociedade do conhecimento “requer indivíduos criativos e a capacidade para criticar construtivamente, pensar, aprender sobre aprender, trabalhar em grupo e conhecer seus próprios potenciais”, capazes de dominar conhecimentos específicos em profundidade, além das leituras dos problemas ecológicos e sociais que preocupam a sociedade. “Eles devem ser inseridos em ambientes de aprendizagem que facilitem a construção de conhecimento, a compreensão do que o aprendiz faz e o desenvolvimento das habilidades que são necessárias para atuar na sociedade do conhecimento” (VALENTE, 2002, p. 108).

MONTIGNEAUX relata que o papel do professor, além das funções que lhe são inerentes, é ser o mediador entre o conhecimento e o aluno. O que muito contribui para a função efetiva do aluno, que é se tornar ativo e responsável pela sua própria aprendizagem, e não um mero receptor e indiferente das informações que lhe são repassadas (2003, p. 15).

Dando continuidade ao mesmo objetivo, procurei observar como a escola supriu as demandas com a escassez de internet e não possuindo um computador para cada professor para realizar seus planejamentos, como a escola promoveu o planejamento dos professores no período de pandemia, constatou-se que a escola chegou a aderir a *Google Meet* para reuniões, mas devido a falta de aparato tecnológico a escola agendava de forma presencial seguindo os protocolos sanitários e assim os planejamentos eram realizados com uma pedagoga com as professoras na escola.

Fato que o PPP (2017) ressalta que o planejamento consiste em um processo de previsão de necessidades, de elaboração de estratégias que visam alcançar objetivos concretos, a partir do diagnóstico realizado. Nesse sentido, o documento aponta que a Lei Orgânica nº 3.383/91 e o Estatuto do Magistério (Lei 3.995 – 24/11/94) regulamentam e normatizam os horários de planejamento de acordo com a carga horária do profissional. Gestores, pedagogos e professores devem elaborar cada um dentro da sua especialidade e em igual responsabilidade, seu planejamento, determinando ações a serem desenvolvidas para alcançarem as metas da

instituição na qual estão inseridos (PPP, 2017, p. 41). Então diante deste fato, a escola teve que se readaptar para que o planejamento fosse cumprido pelos professores de modo a suprir as demandas de aprendizagem dos estudantes por faixa etária seguindo o currículo educacional.

Seguindo com o objetivo, procurou-se dialogar com a gestora quais melhorias a escola pretende alcançar para os três próximos anos, e ela relata que a primeira melhoria educacional mais desejada é não existir salas de aula com turmas multisseriadas nessa escola, segundo, um atendimento especial com aulas de reforço no contraturno para alunos com dificuldades de aprendizagem. Maior apoio as escolas rurais que não tem condições de realizar as atividades com os alunos por falta de acesso a *internet* e que a escola continue abordando os temas transversais, culturais e pluriéticos.

No período de observação, percebeu-se que a escola de Educação Básica de Monte Alegre reconhece a importância de preservação do seu Patrimônio Cultural, mas não possui uma formação de professores voltadas a uma educação quilombola, os professores chegam na escola por meio de processo seletivo, aqueles que não são efetivos, então chegam sem bagagem sobre uma educação quilombola e como se o preconceito suas culturas e tradições, mas a escola possui uma apostila construída com o objetivo de informar melhor às crianças e aos professores como se constituiu a comunidade de Monte Alegre.

Os professores da escola usam esse material para trabalhar melhor com as crianças a história e formação da comunidade, observando como chegaram a se reconhecer como quilombolas, incentivando a organização de um currículo específico para o contexto vivido. A primeira versão da apostila constituiu-se como um projeto envolvendo as disciplinas de núcleo comum abordadas na escola, dando ênfase aos conteúdos relacionados com a comunidade quilombola de Monte Alegre e a variação linguística dos povos antepassados, mas eles seguem também com uma educação mais tradicional, pautado no currículo escolar do município e muita dessas culturas são repassadas por um líder quilombola, que uma vez na semana vem a escola e reúne com os alunos de forma a levar as tradições e culturas de seus povos aos alunos da EMEB Monte e em novembro a escola realiza uma festa cultural dos afrodescendentes. Diante deste fato curioso, as observações causaram uma certa estranheza por ser uma escola inserida em uma comunidade quilombola, com descendentes dos quilombos e a escola não possui uma formação para que os professores pudessem inserir no currículo efetivo de forma a levar algo concreto das leis e incentivos necessárias sobre as culturas e tradições daquela comunidade.

Furtado *et al.* (2014)

conceituam cultura como processo que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente dessa forma, é definida como a totalidade de reações subjetivas e sociais que caracterizam a conduta dos indivíduos componentes de um grupo, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo consigo mesmo.

Conforme o Decreto nº 4.887/2003, os quilombos são entendidos como: “Os grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (art. 2º do Decreto nº 4.887/2003). (BRASIL, 2012).

Segundo Silva (2012) a “Educação Escolar Quilombola é a educação que qualifica os saberes, que parte da vida da própria comunidade, dos problemas por ela enfrentados”. Tal afirmação corrobora com a necessidade de promover meios capazes de garantir o compartilhamento de conhecimentos e saberes e de promover aproximação de tais conhecimentos com os currículos escolares. Deste modo, Oliveira e Scarbi (2008, *apud* REMÍGIO, 2013, p.) mencionam sobre a importância de “revalorizar os saberes cotidianos e outros modos de conhecer o mundo, reconhecendo em todos eles incompletudes e potencialidades, significa promover a horizontalização das relações entre diversos saberes

[...]”. Desse modo no caminho das epistemologias do sul, buscamos nos aproximar de uma prática que leve em consideração a ecologia de saberes compreendida na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade (SANTOS, 2004, p. 76).

Para que tais objetivos sejam alcançados, políticas públicas precisam ser criadas e/ou ampliadas. Vale salientar que tais políticas devem ser acompanhadas no processo de implantação e execução a fim de alcançar as metas estipuladas durante o processo de elaboração, até por que, a oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação capaz de lhe assegurar a formação básica comum, bem como o respeito aos seus valores culturais. (BRASIL, 2012).

Para Ki-Zerbo (2011), a história é a memória dos povos e a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. Nesta perspectiva, os quilombos enquanto expressão africana diaspórica foi resignificada e está sendo reescrita. O conhecimento africano existe há milhares de anos.

Dentre as políticas públicas para a comunidade quilombola pode-se destacar a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – o Estatuto da Igualdade Racial. Com a finalidade de

“garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”o estatuto da Igualdade Racial traz dispositivos legais que tutela o direito à Educação Escolar Quilombola”. (BRASIL, 2021).

Educação híbrida e remota em uma comunidade quilombola de monte alegre – Cachoeiro de Itapemirim – ES

Como propósito de investigar como o ensino remoto foi inserido na escola Monte Alegre de forma a suprir as demandas educacionais, este objetivo está voltado a observação dos professores mediante as práticas digitais inseridas no ambiente educacional de modo a como foi inserido e quais êxitos obtiveram.

Aqui utilizaram-se nomes fictícios aos professores que participaram da referida observação, dando continuidade, iniciou-se o segundo objetivo que pretendia verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre com as professoras regentes em salas de aulas multisseriadas que possuem formação. Partindo do pressuposto diante a observação, a escola não possui acesso a *internet* de qualidade de forma a efetivar uma educação pautada na tecnologia, deixando os alunos aquém de conhecimento construído por meios dos recursos digitais. As professoras que regem a educação da escola Monte Alegre em sua maioria possuem pedagogia em sua formação e atuam exclusivamente em sala de aula multisseriadas na referida escola e seguem os currículos adotados pela secretaria para promover um conhecimento pautado nas culturas e atualidades dos alunos quilombolas, tendo como norteador uma apostila que traz em seu conteúdo as tradições, costumes, vivências, etnias, linguísticas dos povos quilombolas tendo como principais cultura o caxambu, jambo, danças e comidas típicas dos quilombos. Essa apostila foi incluída no currículo do aluno quando a comunidade percebeu que suas culturas adivindas dos antepassados estavam se perdendo ao meio as novas gerações, o líder da comunidade teve a iniciativa de construir esse recurso como ferramenta para construção do conhecimento.

A *internet* que a escola usufrui, é por meio de satélite com 2 GB de potência sendo instável e de difícil acesso. Partindo desse questionamento, procurei identificar quais foram as contribuições das tecnologias para a Educação Quilombola como estratégia de ensino aprendizagem com o uso das Tecnologias da Informação e percebeu-se que foi muito difícil no período de pandemia de forma a atender as necessidades dos alunos e o contato com eles, já que dificilmente os alunos eram contactados via *on-line* como aconteceu em outras escolas, sendo difícil fornecer uma educação de qualidade, pautando apenas em uma educação mecanicista e tradicionalista, tendo a reprodução de conteúdos como único meio de promoção de conhecimento.

Para Behar (2020), acostumados à sala de aula presencial, os docentes tiveram que deixar seu universo familiar e se reinventar. Para a autora, a maioria não estava preparada e nem capacitada, para isso o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada para que as

atividades escolares não sejam interrompidas. A interrupção das atividades escolares criou a necessidade de mudança na rotina dos professores. As professoras nas escolas quilombolas precisaram encontrar, buscar alternativas para a rotina escolar por meio de algo que não estava em seu cotidiano. Esta situação proporciona novas reflexões e novos aprendizados para professoras, alunos e suas famílias. A segunda pergunta do roteiro de entrevista versou, portanto, sobre os impactos da pandemia na prática docente dos professores.

Sendo assim a ausência da tecnologia no acesso ao digital, junto à educação, há muito tem provocado grandes lacunas: entre a educação e as respectivas práticas pedagógicas; entre a escola e a comunidade familiar; entre professores e alunos; entre conhecimento e aprendizagem/teoria e prática; entre a função social da escola e a sua tarefa primeira: de contribuir para a vida social, na formação profissional e crítica do cidadão enquanto sujeito do seu processo (LBD, 1996).

Sem a presença e direito de acesso às condições tecnológicas, por parte dos alunos, de suas famílias e dos profissionais da educação, no acesso ao digital, não há como garantir uma educação promotora da real transformação social e crítica à vida humana. Assim pensando, entendemos que estamos distantes do pensamento de Ana Mae Barbosa (2008). “A tecnologia não apenas transformou as práticas cotidianas, mas também os modos de produção intelectual e diluiu os limites entre compreensão e certeza”. (BARBOSA, 2008, p. 111).

As práticas pedagógicas desenvolvidas tomam a adoção do ensino remoto, ainda que emergencial, que por sua vez é provocado por fatores externos ao controle dos sistemas de ensino e da comunidade escolar, que envolve uma série de elementos: como o uso das tecnologias. Como destaca Alves (2020).

É nesse contexto que vem emergindo uma configuração do processo de ensino-aprendizagem denominada Educação Remota, isto é, práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o Teams (Microsoft), Google Class, Google Meet, Zoom (GOMES, 2020), essas últimas entrando em uma competição acirrada para ver quem consegue pegar a maior fatia do mercado (ALVES, L. 2020, p. 352).

Para efeito de concretude dessas práticas na educação básica, em especial para uma educação quilombola, constatamos que essa educação em nível de município está organizada através de uma proposta de trabalho seguindo todas as normativas que configura a educação que por hora é ofertada de modo remoto em virtude do contexto de pandemia causada pelo SARS-CoV-2, porém eles utilizam de aparatos tradicionais sem o uso das tecnologias, tendo a educação pautada por meio de atividades fotocopiadas como transmissão de conteúdos.

Uma educação que visa o aprendizado integral do estudante no Século XXI, necessita

integrar em seu currículo as tecnologias como suporte de aprendizagem, de modo a oportunizar os professores subsídios pautáveis para promoção de conhecimento. Muito se espanta que ainda existe realidade em que os professores apenas são meros detentores do conhecimento e repassam conteúdos por meio de atividades fotocopiadas ou que não conseguem manusear os equipamentos tecnológicos sem domínio com o uso da *internet*, ocasionando assim uma educação conteudista e tecnicista nos aflagindo em saber-se que ainda existe esses entraves em escolas brasileiras mediante ao não manuseio de tecnologia por parte dos professores e alunos por motivo da falta da *internet* ou pela falta de habilidade em manusear as tecnologias.

Segundo Altoé (2005), Skinner (1972) considerava como sociedade ideal aquela em que se implanta um planejamento social e cultural. O autor ainda diz que a cultura passa a ser representada pelos usos e costumes dominantes, pelos comportamentos que se mantêm porque são reforçados na medida em que servem ao poder econômico e político. Nesse planejamento social, o indivíduo deve manter-se um ser passivo e respondente ao que dele é esperado, pois o conhecimento é o resultado direto da experiência. Skinner considera que, em uma situação de aprendizagem, a partir da resposta apresentada pelo sujeito e pelo reforço estabelecido para essa resposta é que se analisa a probabilidade daquela resposta ocorrer novamente e, assim, controlar o comportamento (OLIVEIRA, 1973).

Sendo assim, a aprendizagem ocorre devido ao reforço e pela presença das contingências de reforço. Segundo Oliveira (1973), Skinner enfatiza esse reforço positivo como a principal questão de sua proposta. A função do professor é, então, arranjar as contingências de reforço, de modo a possibilitar ou aumentar a probabilidade da ocorrência de uma resposta ser aprendida. Essas contingências seriam apresentar estímulos aos estudantes para que ele seja induzido a emitir as respostas desejadas. Nesse sentido, o papel da escola para pedagogia tecnicista é

[...] organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A atividade da “descoberta” é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a “aplicação” é competência do processo educacional comum. A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. (LUCKESI, 2012, p.7)

A escola pesquisada se pauta em uma educação tradicional, indo ao desencontro com as

funcionalidades e inclusão de tecnologia a favor da aprendizagem ao contrário do que muitas pessoas acreditam, a presença de aparato tecnológico na sala de aula não é fator determinante tampouco garantidor de mudanças no modo de ensinar e de aprender visto que, a tecnologia na área educacional deve promover meios que venha facilitar o aprendizado e aumentar o interesse dos alunos pelo que está sendo proposto pelo professor na sua disciplina, deste modo, “a tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores”. (Carmo, 2017, p.).

O ensino tradicional fundamentou-se na filosofia da essência, de Rousseau, passando à pedagogia da essência (Saviani, 1991). Tal pedagogia acredita na igualdade essencial entre os homens: a de serem livres, e essa igualdade vai servir de base para estruturar a pedagogia da essência respaldando o surgimento dos *sistemas nacionais de ensino*, que, por sua vez, foram fundamentais para proporcionar a escolarização para todos:

Esse ensino tradicional que ainda predomina nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática. (Saviani, 1991. p.54)

A abordagem tradicional do ensino parte do pressuposto de que a inteligência é uma faculdade que torna o homem capaz de armazenar informações, das mais simples às mais complexas. Nessa perspectiva é preciso decompor a realidade a ser estudada com o objetivo de simplificar o patrimônio de conhecimento a ser transmitido ao aluno que, por sua vez, deve armazenar tão somente os resultados do processo. Desse modo, na escola tradicional o conhecimento humano possui um caráter cumulativo, que deve ser adquirido pelo indivíduo pela transmissão dos conhecimentos a ser realizada na instituição escolar (Mizukami, 1986). O papel do indivíduo no processo de aprendizagem é basicamente de passividade, como se pode ver:

atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está "adquirindo" conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (Mizukami, 1986. p.11)

As novas tecnologias digitais na educação são ferramentas importantes para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Se aplicada de modo responsável e criativo, a tecnologia pode apresentar vários benefícios para os alunos e até mesmo para a escola. (Andrade, 2021). A funcionalidade das TDIC's, no cenário educacional, efetivamente contribui para grandes reflexões sobre o conhecimento, protagonismo e autonomia, potencializando o processo ensino – aprendizagem, no ensino médio, nas escolas públicas. (Vidal & Miguel, 2020)

Mesmo sem uma *internet* de qualidade a secretaria de educação disponibilizou a princípio o portal do aluno e depois implementou na rede a plataforma com o *Google* sala de aula. Porém a Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre, utilizou apenas as atividades impressas como ferramenta de aquisição de conhecimento para os estudantes e mesmo diante a aplicabilidade das atividades, percebeu-se a não devolutiva das atividades impressas e a não aquisição de conhecimento por parte dos alunos nas etapas da educação básica, fazendo com que atropelem seus conhecimentos pela falta de *internet* de qualidade para construção do saber.

Diante da observação em uma sala de aula do 4º ano do ensino fundamental da mesma escola, que uma das maiores dificuldades enfrentadas mediante repasse de conhecimento enquanto professora é não possuir o efetivo domínio para implementar atividades por meio das plataformas que a secretaria de educação disponibilizou para ~~nessa~~ escola, está-se aprendendo agora que a comunidade não possui acesso a internet de qualidade, e as poucas casas que possuem essa tecnologia é por meio de via satélite, que é muito lenta, e como no caso alunos também não possuem essa ferramenta, os professores acabam por apenas disponibilizá-los as atividades de forma impressa, causando uma devolutiva precária, onde a professora possui 31 alunos em sala de aula com devolutiva de apenas 06 a cada atividade, causando uma preocupação enquanto comprometimento dos estudantes e das famílias para construção de conhecimento.

Diante do observado Manuel Castells (1996 Apud Costa Jr, 2013) diz que a tecnologia não é somente a ciência e as máquinas: é também tecnologia social e organizativa. Para que a sociedade se beneficie dos avanços científicos citados neste texto, será necessário um esforço social, administrativo e tecnológico, é claro, em direção ao aperfeiçoamento que se busca há séculos na educação, ou seja, a BNCC define a importância da inserção das tecnologias no contexto educacional. As competências gerais do referido documento, especialmente a de número 5, traz mais detalhes sobre as suas contribuições no pensamento crítico do estudante em prol de solucionar problemas na sua vida social e coletiva, assim as tecnologias devem possibilitar que os estudantes possam:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (Brasil, 2018).

Segundo Dultra (2018), a proposta da BNCC objetiva contextualizar o uso da tecnologia ao currículo escolar para que haja uma intervenção social significativa. Ainda segundo a autora, o avanço tecnológico e a multiplicação de celulares, *smartphones* e computadores estão diretamente ligados ao hábito de consumo dos jovens”o que torna a inserção das tecnologias no currículo indispensável”.

Sendo assim, as tecnologias se tornaram indissociáveis aos sistemas educacionais, pois

sabe-se que sem esse recursos os alunos ficarão em déficit de aprendizagem, em que a mediação dos professores precisam estar em consonância com os novos paradigmas curriculares e precisam buscar formação na área de tecnologia para suprir as demandas do currículo educacional. Sem as tecnologias seria impossível fazer com que os alunos consigam autonomia para construção de sua aprendizagem. Esta visão corrobora o que Saviani (2012) aborda de que o docente precisa se atualizar sobre as demandas contemporâneas e enxergar a escola como um lugar político, assim como saliente Freire (2020).

Todas essas questões salientam a necessidade de formação continuada para os docentes, trazendo as realidades dos jovens contemporâneos para diálogo e discussões, a fim de tornar a escola um ambiente inclusivo e político, assim como salienta Freire (2020).

Para promover uma educação de qualidade na escola Monte Alegre, a gestão precisa implementar salas de planejamentos e recursos tecnológicos para planejar seus conteúdos durante o o período de pandemia, em que a maioria dos professores são residentes na comunidade quilombola e quando precisam utilizam a secretaria da escola onde é o único lugar que possui um computador com uma internet via satélite que quase não funciona, sendo instável e fraca, a secretaria de educação precisa impulsionar com formações de qualidade a respeito da inclusão das tecnologias a favor da aprendizagem, com uma *internet* que atenda as demandas educacionais e uma sala de informática com uma internet que funcione todos os dias e de boa qualidade, e principalmente um computador com internet para todas as crianças com um ambiente adequado de forma a inseri-los de forma rápida ao mundo tecnológico possibilitando um diálogo entre aluno x professor x tecnologia .

Sobre essa realidade reporta-se a Cordeiro (2020) quando afirma que:

A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico (CORDEIRO, 2020, p.06).

Portanto, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola quilombola de de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim reconhecem a necessidade e importância do uso das tecnologias como meios a mais para além das atividades impressas. Todavia, sabe-se das limitações apresentadas pela falta de acesso, e mais ainda por se tratar de uma escola na zona rural.

Todas as participantes observadas em suas práticas pedagógicas expressam as frustrações por não pssuir uma *internet* de qualidade, de forma a atender as demandas educacionais durante o período em que os alunos mais precisavam de diálogos entre seus professores de forma a construção de suas aprendizagens, para Gaia (2001) inserir a educação

mediática na educação não significa renunciar à comunicação, mas sim acrescentar, o professor trará a realidade do aluno para dentro da sala de aula, para discutir e transformar as mídias em informação. Gaia também enfatiza que o desenvolvimento da sociedade e a presença da mídia na vida dos estudantes, é preciso uma revisão no posicionamento da Instituição de Ensino em relação ao uso e análise do conteúdo midiático. Os alunos e professores sofrem ação da mídia com a recepção de informações no seu dia a dia (GAIA, 2001).

Em consonância com o pensamento de Gaia, Oliveira (1977) define a função da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem como uma forma de aplicação dos conhecimentos científicos em situações/problemas relacionados ao conteúdo a ser ministrado na disciplina. Embora os docentes utilizem as TIC no seu cotidiano, por exemplo, o computador, na realização de seus trabalhos e pesquisa, são poucos, segundo Godoy (2003), que as utilizam no processo de ensino e aprendizagem.

3.5.2 Planejamento Pedagógico em meio a pandemia

A educação quilombola no período de pandemia esteve em seu contexto com a atividades pautadas no mecanicismo e pela transmissão de conhecimentos por meio de atividades fotocopiadas pelos professores.

Segundo Patrícia Alejandra Behar (2020), o ensino remoto e a educação a distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto que se vive, clarificar esses conceitos. Para a autora, o termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus:

Foi preciso pensar em atividades pedagógicas mediadas pelo uso da *internet*, pontuais e aplicadas em função das restrições impostas pela Covid-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial, dessa forma para que as atividades pudessem ser elaboradas, a escola promoveu por meio de reuniões semanais e quinzenais, planejamento pedagógico com os professores de forma a buscarem mecanismos que pudessem suprir as demandas educacionais neste período de afastamento físico entre professores e alunos. Diante do observado, percebeu-se que os planejamentos seguem a Base Nacional Comum Curricular como eixo norteador do currículo do aluno e que as atividades são formuladas diante a realidade educacional de cada série pertencente a Escola Monte Alegre. Isso só se tornou possível depois de muitas reuniões com a secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirm, que em seu início forneciam as atividades fora do contexto em que a escola está inserida.

A realidade da escola pesquisada, se contradiz com uma educação efetiva repassada

pelas tecnologias, se pautando apenas na transmissão do conhecimento por meio do tradicionalismo, com atividades impressas entregues aos alunos uma vez por semana. Sabemos que as tecnologias estão voltadas para que o aluno seja protagonista em seu processo de ensino e aprendizagem como permitindo ser transformadores da sociedade ou dos sujeitos sociais de uma comunidade, poderá ocorrer a partir do momento que for desvelando a construção do conhecimento, conquistando a autonomia nos processos de aquisição, trabalhando a curiosidade e a capacidade de aventurar na consolidação suas referências enquanto sujeito social. E, nesse sentido, Valente (2010, p. 34) pontua que as TDIC têm um papel fundamental na socialização e disponibilização das informações, ou seja, “[...] a web e a TDIC oferecem novas possibilidades que são bastante interessantes e que favorecem a integração às atividades curriculares”. Ou seja, a TDIC como possibilidade de consolidação de ambientes construcionistas:

Primeiro, o aprendiz constrói alguma coisa, ou seja, é o aprendizado por meio do fazer, do colocar a mão na massa. Segundo, é fato de o aprendiz estar construindo algo de seu interesse e para o qual está bastante motivado. O envolvimento afetivo torna a aprendizagem mais significativa. (VALENTE, 2010, p.34).

Sendo assim a escola vai ao encontro do que é efetivo na educação, em que a falta da acessibilidade tecnológica observada por meio de diário de campo contribuiu para uma educação deficitária ocasionando aos estudantes uma perda de aprendizagem no decorrer do ano letivo.

Estudos apontaram que as tecnologias estão inseridas no contexto educacional de forma a aprimorar e promover mecanismos para que os estudantes possam ser protagonistas de sua construção de aprendizagem, tendo o professor como facilitador entre o elo do saber docente e discente, diante deste mesmo objetivo procurei entender como era o ensino antes da pandemia na comunidade, e mediante diálogos com as comunidades e com as professoras regentes das salas multisseriadas respondem de forma clara e rápida o ensino era pautado entre professor e aluno por meio de atividades em sala de aula de forma tradicional, sem os aparatos tecnológicos, se esbarrando mais uma vez em uma educação tecnicista e mecanicista, tendo o professor como o único transmissor de conhecimento.

As tecnologias são um importante auxílio para as comunidades quilombolas, sendo ela um instrumento para difusão de conhecimentos, saberes, tradições e costumes. De fato, a inserção das TICs na educação, poderá auxiliar os mecanismos de luta, de valorização da cultura e acolhimento das suas origens, por meio do ensino étnico-racial, sendo trabalhado diariamente como forma de desconstruir preconceitos e agregar valores para cada membro da população, como relata Silva (2012).

A diferença reside em conseguir socializar os conhecimentos gerais já normatizados e

convencionados nos sistemas de ensino e aqueles conhecimentos que a comunidade entende serem importantes, mas ainda não são vistos ou aprendidos por meio da escola. Educação Escolar Quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeitos de direitos, conforme mencionado. (SILVA, G. M., p.167).

Diante de tudo a exposição acima, salienta-se a importância das TICs para o ensino na escola das comunidades quilombola em meio as aulas remotas, sendo elas um mecanismo de repasse de conhecimento e valorização de cultura, saberes e tradições. Como também, um instrumento de desconstrução de preconceitos em torno dessa população. Essas ferramentas condicionam a visão pertinente do Ensino, como forma de proporcionar a uma aprendizagem efetiva.

De acordo com Mizukami (1986), a abordagem tradicional do processo de ensino–aprendizagem não se fundamenta em teorias empiricamente validadas, mas sim numa prática educativa e na sua transmissão através dos anos. Dessa forma, os pressupostos teóricos da escola tradicional partiram de concepções e práticas educacionais que prosseguiram no tempo sob as mais diferentes formas. As críticas à escola tradicional marcaram o início do surgimento das novas abordagens de ensino que tiveram de partir da própria abordagem tradicional como referencial teórico e prático de ensino.

Saviani (1991) mostra, porém, o caráter científico do ensino tradicional em suas origens e que

[...] se estruturou através de um método pedagógico, que é o método expositivo, que todos conhecem, todos passaram por ele, e muitos estão passando ainda, cuja matriz teórica pode ser identificada nos cinco passos formais de Herbart. Esses passos, que são o passo da preparação, o da apresentação, da comparação e assimilação, da generalização e da aplicação, correspondem ao método científico indutivo, tal como fora formulado por Bacon, método que podemos esquematizar em três momentos fundamentais: a observação, a generalização e a confirmação. Trata-se, portanto, daquele mesmo método formulado no interior do movimento filosófico do empirismo, que foi a base do desenvolvimento da ciência moderna. (Saviani, 1991. p.55)

O ensino tradicional pretende transmitir os conhecimentos, isto é, os conteúdos a serem ensinados por esse paradigma seriam previamente compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Dessa forma, é o professor que domina os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos aos alunos. A ênfase do ensino tradicional, portanto, está na transmissão dos conhecimentos (Saviani, 1991).

Assim, conforme previsto no PPP (2017), os professores trabalham em consonância com o currículo educacional, os costumes e tradições dos povos quilombolas por meio de uma apostila criada pela comunidade de forma a não deixar que as tradições venham ser esquecidas pelas novas gerações e gerações futuras, de forma a promover apresentações culturais nas festas da comunidade.

[...] a necessidade anunciada de estudar o currículo vivido na comunidade quilombola, tanto na escola como para além dela, ganha visibilidade, à medida que exploramos as narrativas dos sujeitos, fazendo parte das relações dialógicas que se estabelecem nela, compreendendo como essas relações são produzidas e, a partir delas, como constroem conhecimento e estes, por sua vez, se inserem na luta pela emancipação (ANDRADE, 2007,p.192-193).

Nessa perspectiva, Andrade (2007) acrescenta que os movimentos realizados nos contextos escolares fomentavam outras reflexões tendo em vista o compromisso de alcançar um plano de objetivos ou até mesmo de um projeto político pedagógico. A autora acrescenta que:

O caxambu, informalmente passado aos mais jovens nas festas da comunidade ou na escola para futuras apresentações, ocasiona movimentos instituintes no processo ensino-aprendizagem principalmente nos períodos que antecedem as festas (ANDRADE, 2007, p. 116-117).



Apresentação da dança caxambu por alunos da comunidade quilombola

Acervo da autora, 2022

Dando continuidade ao mesmo objetivo, passou-se a dialogar e observar quais os elementos pedagógicos que puderam contribuir para a Educação Quilombola durante o período pandêmico, sendo que a escola não utiliza os recursos tecnológicos como promoção de conhecimento, e constatee a partei desta observação que os professores tiveram que se reinventar para conseguir levar o conhecimento para os alunos, mas infelizmente o retorno de conhecimento pedagógico não atingiu sua totalidade conforme esperado.

Diante desse pressuposto ainda existe realidade educacional mecânica no processo de ensino e aprendizagem, esta que não promove mecanismos que subsidiam um diálogo com outras formas de aprendizagem ,conforme escreve o pesquisador George Ricardo Stein no livro “De Wuhan a Perdizes: Trajetos Educativos”, adicionalmente, a realidade da pandemia e

seus potenciais impactos relevantes no equilíbrio psicológico e na saúde emocional de alunos, professores e gestores são aspectos a serem cuidados de maneira prioritária, considerando que, sem condições minimamente adequadas de segurança e estabilidade emocional, a aprendizagem será prejudicada, ou seja, qualquer esforço de aprendizagem, que não integre a experiência e os desafios que estamos vivendo fora da escola por conta da pandemia às expectativas de aprendizagem específicas, tem potencial de não ser significativo e efetivo.

De acordo com o pensamento de George Ricardo Stein a educação remota ou de ensino híbrido, se interrelacionam em espaço presencial e virtual, diferentes metodologias e contextos educacionais, em especial, quando se trabalha com metodologias ativas (VALENTE; ALMEIDA; GERALDINI, 2017). O potencial das tecnologias digitais para realização das atividades remotas permite a construção de conhecimentos, colaboração, compartilhamento permitindo o aluno a aprender com o outro situado em distintos territórios, concepções que alicerçam a visão espaço e tempo se tornando protagonista de sua própria aprendizagem. A escola busca promover caminhos para que essa nova metodologia possa fluir sem causar o fracasso escolar, buscando alinhar professor e aluno ao processo de ensino e aprendizagem, colocando o aluno como eixo central no processo de aprendizagem.

Assim, análises em diário de campo a respeito da inclusão das tecnologias a favor da aprendizagem, pude perceber que se trata de uma educação pautada no tradicionalismo como meio de construção do saber docente, se tornando a única forma para que esse diálogo possa ocorrer. As Políticas Públicas precisam rever os conceitos de uma educação pautada em teorias e buscar práticas para cada realidade das escolas pertencentes a zona rural, como na escola acima pesquisada, os professores ficaram apreensivos com o retorno das aulas presenciais por possuir alunos que não realizaram sequer uma atividade, e por terem avançado em série durante o período em que as aulas permaneceram totalmente remotas, tendo em vista que os alunos que ainda não tiveram a oportunidade de estarem frequentando uma sala de aula como no caso dos alunos que teriam que ter iniciado o 1º ano, automaticamente retornaram para a escola cursando o 3º ano do ensino fundamental sem nenhum embasamento teórico das séries que estudaram de forma não presencial, e também em especial aqueles alunos que estavam no 4º ano e automaticamente foram promovidos para o 6º ano sem aquisição de conhecimentos para o Ensino Fundamental II.

3.5.3 Avanços e retrocessos na aprendizagem no período pandêmico

Em se falar de educação remota, alunos tiveram que se adequar a estudos não presenciais de forma a suprir as demandas educacionais em busca da consolidação de sua aprendizagem, diante do exposto trago o quarto e último objetivo, com intuito de investigar como

a comunidade escolar conviveu com essa premissa tão pouco vivenciada por todos os brasileiros.

Para Behar (2020), no ano de 2020 aconteceu de forma abrupta em um, dois ou três meses, o que se esperava acontecer talvez na educação algumas décadas a frente. Os professores estão aprendendo mais do que nunca a criar aulas *on-line/remotas*, testando, errando, ajustando e se desafiando a cada dia. Podemos, portanto, dizer que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos, e que foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro, para que as atividades escolares não sejam interrompidas. Os impactos da pandemia para os professores quilombolas da pesquisa, de acordo com suas narrativas, estão concentrados nos desafios de vivenciar a prática docente em ambiente adverso como a sala virtual, a entrega das atividades para as famílias, o não retorno das atividades realizadas. Estas são questões recorrentes em suas respostas.

Muitas vezes, por existir uma distância física entre professor e aluno, pode-se observar uma sensação de isolamento por parte do estudante. Por essa razão, é necessário que os professores e tutores acompanhem sua trajetória cognitiva e emocional, interagindo e dando *feedback* de forma constante, evitando a evasão. (BEHAR, 2020, p. 2)

Iniciou-se com a observação de campo pela comunidade, onde procurou-se conversar com os nativos da comunidade de forma a procurar mecanismos que subsidiam os avanços e retrocessos nas aprendizagens dos estudantes, por saber que a comunidade não possuía uma *internet* que atenda as demandas dos estudantes no período de pandemia. Assim diante de conversas a primeira com Líder quilombola da Comunidade de Monte Alegre, aqui identificado pelo seu nome verdadeiro Leonardo Ventura ele nos relata que na comunidade há uma precariedade de *internet* e tecnologias a favor da educação, e que moram em uma comunidade rural e por este motivo, ainda não possuem uma internet cabeada para dar suporte as demandas da comunidade, questiona ainda que precisam que as políticas públicas olhem para a comunidade com carinho e respeito as culturas, e que precisam que a secretaria de educação monte um currículo pautado na realidade na qual eles vivem, no caso quilombolas, que os professores possam possuir uma formação continuada voltada a educação quilombola de forma a levar para sala de aula conhecimentos do estudo dos antepassados. Cabe ressaltar que a escola possui salas ainda multisseriadas e que seria de suma importância a separação por turmas, para que o aprendizado fosse mais abrangente aqueles inseridos no processo de ensino e aprendizagem .

De acordo com o pensamento de Oliveira (2011) ele relata que os processos sociais que acontecem na transmissão de saberes entre as comunidades, levando em consideração saberes acerca de sua própria existência e dos demais integrantes. O autor propõe, ainda, uma reflexão acerca da consciência de quilombolas sobre sua constituição comunitária e a apropriação política desses saberes como patrimônio cultural para a demarcação/ reconhecimento de seus territórios

e identidades étnicas. Oliveira (2011) destaca que

[...] os quilombos são, desde o seu surgimento, formas de organização social e política com modos de viver e fazer específicos, segundo o contexto e a situação social de cada região e localidade. Nesse processo de elaboração de consciências e memórias a respeito da existência de agrupamentos classificados e auto definidos como comunidades dos quilombos, estão envolvidos não apenas os integrantes das próprias comunidades, mas também os agentes que vêm produzindo uma explicação para a existência desses agrupamentos (OLIVEIRA, 2011, p. 164). (ANDRADE, 2007, p. 43)

Logo, a autora ressalta que

[...] valorizar os saberes cotidianos na comunidade quilombola significa, em certos momentos, promover a horizontalização das relações, de forma rizomática, entre os diversos saberes, a partir do ponto em que reconhecemos em todos incompletudes e potencialidades (ANDRADE, 2007, p. 43).

Andrade (2007) conclui que há necessidade de aprofundamentos nas práticas cotidianas da escola e para além dela, uma vez que se entrelaçam as vivências e experiências da comunidade. A autora acrescenta que

[...] a necessidade anunciada de estudar o currículo vivido na comunidade quilombola, tanto na escola como para além dela, ganha visibilidade, à medida que exploramos as narrativas dos sujeitos, fazendo parte das relações dialógicas que se estabelecem nela, compreendendo como essas relações são produzidas e, a partir delas, como constroem conhecimento e estes, por sua vez, se inserem na luta pela emancipação (ANDRADE, 2007, p. 192-193).

Diante das pesquisas a respeito da educação quilombola, os órgãos governamentais precisam repensar em uma educação libertadora, proporcionando equidade a todos os discentes em processo de ensino e aprendizagem. Percebeu-se que em meio ao período remoto, os alunos quilombolas tiveram uma educação precária pela falta de acessibilidade aos meios tecnológicos que se tornaram meios essenciais para construção de aprendizagem por aulas não presenciais.

Dando continuidade ao mesmo objetivo, já que estava conversando o líder da comunidade procurei entender como é organizado o passeio turístico pela comunidade e se é repassado sua cultura às escolas visitantes, e percebi que o turismo tem sido uma fonte de renda complementar a algumas famílias quilombolas, mas ele não é a principal fonte de renda da comunidade. Como em qualquer outro local, o turismo gera renda direta ou indireta para aquelas famílias que participam desta atividade. A falta de apoio público e de estruturação impedem que o potencial turístico da comunidade avance. A visita é feita somente através de agendamento prévio. O visitante é conduzido por um Guia local aos atrativos específicos como

a Chácara Lírio dos Vales onde é contada a história (oral) da Comunidade, a área de lazer da Comunidade onde ocorre a apresentação cultural de Caxambú, a trilha ecológica na Floresta Nacional de Pacotuba e ao restaurante Cozinha de Senzala onde tomam café ou almoçam.



Restaurante pertencente a comunidade quilombola onde os turistas fazem suas refeições.

Acervo da autora, 2022

O caxambu, informalmente passado aos mais jovens nas festas da comunidade ou na escola para futuras apresentações, ocasiona movimentos instituintes no processo ensino-aprendizagem principalmente nos períodos que antecedem as festas (ANDRADE, 2007, p. 116-117).

Andrade (2007) evidencia em sua pesquisa que a multiplicidade de construções humanas observadas na pesquisa desloca sentidos para se compreender a movimentação cultural no quilombo. De certa forma, a criação desses novos territórios nos permitem também criar novas fronteiras, uma delas refere-se à imersão nos hábitos da população rural: o olhar atento para as pessoas, a preocupação com o modo de vestir, a dificuldade que as pessoas tinham em falar de si mesmas.

Nos entrelugares da comunidade de lavradores está a escola que afirma legitimação do conhecimento, adquirindo imensa importância para os que dela fazem parte. No caso dos professores da escola de Monte Alegre, podíamos identificar claramente os deslocamentos do corpo docente e, ao mesmo tempo, a responsabilidade da escola em relação ao novo contexto associado àquela comunidade como remanescente de quilombo (ANDRADE, 2007, p. 141).

Partindo desse pressuposto, de forma a entender por meio de análise de discurso quantas famílias residem em Monte Alegre e se todas participam das atividades culturais desenvolvidas na comunidade, para ter como entendimento da quantidade de pessoas que não possuem

internet em suas residências, assim identifiquei que aproximadamente 150 famílias residem na Comunidade, mas apenas por questão de opção, nem todas elas participam das atividades culturais e todas não possuem *internet* com cabo em suas moradias.

O Conselho Nacional de Educação destaca a importância do diálogo e incorporação dos conhecimentos da realidade local dos quilombolas deste modo cita a necessidade de considerar como eixo principal: o trabalho, a cultura, a oralidade, a memória, as lutas pela terra e pelo território e pelo desenvolvimento sustentável dessas comunidades no currículo. Alerta sobre a necessidade da transdisciplinarmente entre as disciplinas considerando a vivência sócio-histórica dos conhecimentos e aprendizagens construídos no “fazer quilombola”. (BRASIL, 2011).

Diante dos relatos por uma conversa informal com o pesquisado, ele teme pelas novas gerações não darem continuidade ao repasse das culturas dos povos quilombolas, deixando ficar apenas em memórias póstumas por aqueles lutaram para conseguir seus direitos de reconhecimentos enquanto cidadãos pertencentes a sociedade. Furtado *et al.* (2014) conceituam cultura como processo que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente dessa forma, é definida como a totalidade de reações subjetivas e sociais que caracterizam a conduta dos indivíduos componentes de um grupo, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo consigo mesmo”.

Conforme o Decreto nº 4.887/2003, os quilombos são entendidos como: “Os grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (art. 2º do Decreto nº 4.887/2003). (Brasil, 2012).

Dessa forma, seguindo o pensamento de Brasil, muito se indaga o questionamento para que os negros ainda precisam lutar pelos seus direitos para reconhecimento enquanto povos pertencentes a sociedade, pois muito se remetem que existem pessoas que não conseguem enxergar que as pessoas descendentes de quilombos são seres importantíssimos para nossa construção histórica e que são seres humanos participantes e importantes da sociedade.

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social os quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação por isso necessitam manter forte ligação com sua história e trajetória, através da preservação de costumes e cultura trazidos por seus antepassados. (Brasil, 2015). Sendo assim, as culturas dos povos quilombolas, são repassadas de geração para geração por meio do Projeto Político Pedagógico e inseridos no currículo educacional como mecanismos de construção de aprendizagem a fim de garantir as novas gerações os conhecimentos dos antepassados, suas

culturas, costumes e reconhecimento enquanto seres de lutas pelos seus direitos e reconhecimento por sua trajetória de conquistas oriundas da sua construção histórica.

Atualmente, os líderes das comunidades procuram resgatar, registrar e guardar todo o material disponível sobre a sua história antiga e atual, incluindo fotografias, jornais, revistas, artigos científicos e documentários”, deste modo, é de fundamental importância que a cultura quilombola seja preservada e disseminada. (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022). O fato dos quilombolas possuírem uma identidade própria, que forma a base das suas organizações sociais e culturais construídas historicamente é considerado uma característica marcante, por isso, essas comunidades se diferenciam do restante da sociedade. (Rê *et al.*, 2021).

As identidades quilombolas estão se perdendo diante a chuva de informações disponíveis pelos meios de comunicações disponíveis e de fácil acesso, contribuindo para um descaso aos diálogos e contos nos quais os mais antigos buscam repassar para a geração mais nova da forma que eles aprenderam com seus antepassados em roda de conversas e apresentações culturais da forma como eram no tempo da libertação. Sr. Leonardo Ventura teme em não conseguir deixar este legado as crianças da comunidade do qual é líder, pois as mesmas não possuem um grande interesse em aprender como isso tudo se consolidou.

E finalizo a análise de discurso com o Líder da Comunidade quilombola de Monte Alegre com sobre a conservação da cultura da história oral da comunidade Monte Alegre de modo que o mesmo foi o responsável em confeccionar a apostila como fonte de referências das culturas quilombolas para os professores da EMEB Monte Alegre, e diante do diário de campo, ele nos relata que durante sua minha juventude ouvia muito a história oral da Comunidade, mas ao longo dos anos percebeu que esta prática estava "morrendo". Então, resolveu escrever um livro onde registrou "tudo" aquilo que havia ouvido dos seus pais e avós entre outros idosos, onde em suas escritas literárias ele traz com mais riqueza de detalhes da história dos povos quilombolas, principalmente da história mais antiga, ou seja, o registro de algo que eles não mais possuíam acesso, pois todas as pessoas que dominavam parte desta história, hoje já estão falecidas e os cartórios não permitem mais que tenham acessos a documentos aos quais ele obtve quando mais jovem. Mas diante minha observação dentro do ambiente educacional, ficou claro e evidente que o Senhor Leonardo Ventura ele não tenta disseminar esta história somente através de livros, mas procura fazer isto no dia a dia junto a crianças e jovens, principalmente aos seus filhos.

Neste sentido,

para que os conhecimentos, saberes e fazeres da comunidade quilombola possam dialogar com a escola, é preciso que a escola se reconheça quilombola e entenda que a comunidade aprende e ensina o sentido de ser quilombola no território e fora dele, constroem conhecimento em torno da resistência das práticas cotidianas afrobrasileiras numa luta social e política [...] redescobrimo a cada dia, a importância de sua história e o significado de ser quilombola no passado e na atualidade (LARCHERT, 2013, p. 14).

Vale ressaltar que a a escola precisa promover meios para que a comunidade quilombola participe efetivamente da construção do saber dos alunos matriculados em uma escola pertencente ao público pesquisado, de forma a promover aos estudantes a oportunidade de crescimento pessoal, preparando os alunos no reconhecimento enquanto seres descendentes de quilombos.

Essa afirmativa remete a Santos (2010) quando o autor, ao abordar sobre as epistemologias do sul, indica que essas epistemologias procuram incluir o máximo das experiências de conhecimentos do mundo. Para este autor, as epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão, por parte do conhecimento hegemônico, da pluralidade epistemológica existente no mundo. Essa perspectiva reconhece que há epistemologias constituídas a partir da experiência, em que esta não é algo que se opõe à natureza. Experiência é uma fase da natureza, é uma forma de intervenção pela qual os dois elementos que nela entram – situação e agente – são modificados (DEWEY, 2010, p. 34).

Precisamos a partir desse pensamento, alinhar a aprendizagem pautada no ser central , tendo o aluno como figura principal no processo de ensino e aprendizagem, respeitando suas vivências como metodologia para construção abacando a implementação dessas vivências no currículo educacional.

O Sr. Leonardo Ventura , ja possui livro publicado sobre a comunidade “Simplesmente Monte Alegre”. A obra editada pela Editora Cachoeiro Cult é constituída por pesquisas, textos e depoimentos que retratam a história e a cultura da comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, formada por volta de 1888 e atualmente formada por 700 (setecentas) pessoas, dessas, pelo menos 500 (quinhentas) são descendentes diretas de escravos, se esbarrando nos fundamentos que intermeiam nosso objeto de estudo tendo a etnografia pautada nos fundamentos coerentes que orientam a Educação devendo ser compreendida como o aprimoramento de estratégias da investigação social numa perspectiva crítica. Desse modo cabe a nós pesquisadores etnográficos o papel de análise da cultura de um determinado grupo social, para exercer este papel, o pesquisador/assistente social é desafiado a iniciar seu trabalho no "trampolim do estranhamento" ponto estratégico para o "mergulho" indispensável para "diferenciar o aparente e o cotidiano banal do tradicional e arraigado na interpretação cultural" (ACHUTTI, 1997, p.64).

Seguindo esse objetivo , através da obra publicada pelo autor a ideia para a produção da obra surgiu em 2002 em conversa com familiares e moradores da comunidade. Nos relata que estava percebendo que a história, tradicionalmente transmitida de forma oral, estava sendo perdida. Assim surgiu a intenção de registrá-la”, conta Leonardo. Seguindo observação de modo a entender os avanços e retrocessos durante a pandemia, continuou o percurso pela comunidade

em visitas a algumas famílias que possuem filhos matriculados na escola, e assim, os pais nos retrataram que seus filhos estão muito atrasados, que não conseguiram assimilar os conhecimentos pela falta da presença física dos professores em salas de aula de ensino regular e que desse modo os alunos estão perdendo o interesse em continuar seus estudos pela falta de entendimento do que é repassado em sala de aula pelos professores.

Muitos nos disseram que o Sr Leonardo Ventura procurou assistir a esses alunos no período remoto, os ajudando com orientações, repasses de culturas e até mesmo como estimulante na falta da aquisição de conhecimento.

Vale ressaltar que ensino remoto se dá através de mediações e interações entre o estudante e seus pares, docentes, equipe gestora e comunidade quilombola escolar. Mostra-se de forma clara as mediações, as interações e prática docente utilizada para provar a viabilidade da solução do problema e que as dificuldades vivenciadas pela falta de acessibilidade aos recursos tecnológicos disponíveis pelos professores pelas plataformas digitais acabam por acarretar a defasagem pedagógica por parte dos estudantes em um ensino remoto pautado apenas em atividades fotocopiadas.

Segundo Bacici (2015, p.)

A aprendizagem se constrói em um processo equilibrado entre a elaboração coletiva – por meio de múltiplas formas de colaboração em diversos grupos – e a personalizada – em que cada um percorre roteiros diferenciadores. A aprendizagem acontece no movimento fluido, constante e intenso entre a comunicação grupal e a pessoal, entre a colaboração com pessoas motivadas e o diálogo de cada um consigo mesmo, com todas as instâncias que o compõem e definem, em uma reelaboração permanente. Em um mundo tão dinâmico, de múltiplas linguagens, telas, grupos e culturas, cada um de nós precisa – junto com todas as interações sociais – encontrar tempo para aprofundar, refletir, reelaborar, produzir e fazer novas sínteses.

Em consonância com o que diz Bacici, passei a observação aos professores da escola de forma a compreender como foi a aprendizagem dos estudantes no retorno às aulas presenciais, e diante do exposto, ficou perceptível que os alunos do 1º ano não tinham noção de letras e números por ter saído do maternal e indo direto para o 1º ano do Ensino fundamental, os alunos queriam produzir histórias, recontar por meio da escrita porém não possuíam nenhum domínio se quer de desenho de letras e números, ocasionando as professoras que atuam com esses alunos uma preocupação no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Seguindo a observação, ressaltando que as salas são multisseriadas possuindo alunos de 1º e 2º ano na mesma sala, e observando os alunos do 2º ano, esbarra-se no mesmo princípio, em que os mesmos se quer sabem a escrita do próprio nome e não reconhecem letras por não terem feito um 1º ano com consolidação de aprendizagem mediante aulas presenciais, tendo seu ensino pautado em ensino híbrido e remoto com atividades impressas e tendo os pais como mediadores na produção de conhecimento, e em sua maioria não possuíam o conhecimento básico para que

pudessem ajudar seus filhos no momento das atividades, ocasionando assim o não cumprimento das devolutivas nas datas previstas pela escola.

Buscando manter a aprendizagem durante a suspensão das aulas presenciais por conta do isolamento social, muitas escolas optam pela utilização de aplicativos e plataformas on-line a fim de permitir a continuidade das atividades educacionais dos estudantes. Embora a ideia tenha sido plausível, muitos estudantes apresentaram dificuldades para acompanhar as aulas remotas devido aos problemas existentes na sociedade e intensificados durante a pandemia. A dificuldade ou falta de acesso aos recursos tecnológicos são exemplos que merecem ser mencionados. (Portabilis, 2022). Todas estas estratégias apresentadas tinham como objetivo evitar o aumento da defasagem escolar no cenário educacional brasileiro. Bauer (2018) faz um alerta sobre a situação preocupante da defasagem escolar na educação básica, em especial em comunidades indígenas e quilombolas. De acordo com o autor, mais de 7 milhões de estudantes da educação básica estão em situação de distorção idade-série, sendo que a maior parte destes estudantes estão concentrados em “áreas específicas no País: assentamentos, terras indígenas, comunidades quilombolas e áreas de preservação”. (UNICEF, 2018). A defasagem escolar ou pedagógica é a distância existente entre o que um estudante sabe e o que ele deveria saber em seu atual ano letivo no que diz Gonçalves (2021)

Esta defasagem tornou-se uma das queixas dos professores justamente pelo fato deste problema limitar o processo formativo do indivíduo ao conhecimento. Este problema foi intensificado durante o atual período pandêmico mesmo com a escola disponibilizando materiais pedagógicos a fim de possibilitar a aprendizagem mesmo sem a presença do professor. (Gonçalves, 2021, p.21).

Conforme o pensamento da autora Gonçalves, durante o período em que as aulas estiveram no período remoto, os alunos pularam séries, acarretando uma perda significativa na assimilação de conteúdo pela falta da presença física dos professores, acarretando assim alunos matriculados em séries subsequentes sem conseguirem apropriar dos conhecimentos na atual conjuntura do estudo.

Além do mais, o problema da defasagem já havia sido detectado na educação brasileira, provenientes de questões sociais, econômicas e pedagógicas. A evasão escolar, a reprovação e o fracasso escolar, associados à falta de motivação, às desigualdades sociais e à vulnerabilidade interferem significativamente no processo de aprendizagem. (Bomeny, 2003)

Segundo Silva (2014)

esta distorção merece a atenção necessária, principalmente em séries do Ensino Fundamental brasileiro. Para a autora: “Muitos especialistas consideram que a distorção idade/série pode causar alto custo psicológico sobre a vida escolar, social e profissional dos alunos defasados.” (Silva, 2014).

No que diz respeito à prática docente, a defasagem resulta na necessidade de adaptações e se transformam em um desafio para os profissionais visto que há aumento na heterogeneidade de perfil dos estudantes em sala de aula provenientes da diferença de idade, dificultando o processo de ensino e aprendizagem. (Brasil, 2020).

Para Behar (2020), acostumados à sala de aula presencial, os docentes tiveram que deixar seu universo familiar e se reinventar. Para a autora, a grande maioria não estava preparada e nem capacitada, para isso o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada para que as atividades escolares não sejam interrompidas. A interrupção das atividades escolares criou a necessidade de mudança na rotina dos professores. As professoras nas escolas quilombolas precisaram encontrar, buscar alternativas para a rotina escolar por meio de algo que não estava em seu cotidiano

Sob a esfera econômico-social um elevado grau de distorção idade-série pode afetar a acumulação de capital humano por parte da população retardando a queda na desigualdade social. A distorção idade-série não somente reduz a velocidade com que se acumula capital humano, como também afeta o nível máximo que este pode alcançar. (Portella, et. al, 2017). O CEE da Bahia, ratifica que a Educação Infantil é um direito das crianças dos povos quilombolas e deve ser garantida e efetivada respeitando-se as formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais, devendo as escolas quilombolas “elaborar e receber-se necessário, por meio da articulação dos diversos campos dessa disciplina, visando garantir que ao iniciarem o ensino fundamental sejam capazes de relacionarem observações empíricas do mundo real a representações (tabelas, figuras e esquemas) e de associarem essas representações a uma atividade matemática (conceitos e propriedades), fazendo induções e conjecturas (BNCC, 2017), deste modo, a importância da Matemática no processo formativo dos estudantes torna-se essencial, principalmente por estarem inseridos numa sociedade permeada pela ciência e pela tecnologia que estão em constante expansão.

Além disso, Nunes et. al. (2005) citam a importância da matemática para a formação do estudante, pois, para que o estudante consiga solucionar problemas do cotidiano é necessário o desenvolvimento de habilidades matemáticas na organização do pensamento, na tomada consciente de decisões, na compreensão de gráficos, na capacidade de fazer estimativas. No que diz respeito à Língua Portuguesa esta permite o desenvolvimento do raciocínio, da imaginação, do relacionamento entre ideias, da capacidade de pensar e a extração de significados e a da verbalização possibilitando que o estudante possa desenvolver a sensibilidade e a criatividade, fatores de grande importância para a formação do homem (Lima, 2019).

A pesquisa demonstrou que as salas das casas de alunos e professores se tornaram salas de aula para cumprir as determinações desses órgãos. As famílias se tornaram os regentes dos conteúdos, sem que tivessem quaisquer afinidades com eles e com os equipamentos eletrônicos. Nesse mesmo sentido, os professores, alguns sem habilidades com os equipamentos eletrônicos, demonstraram dificuldade em dominá-los, às vezes contando com um único celular ou computador em casa, sendo este dividido com mais pessoas na família.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusão

Partindo desse pressuposto inicial, buscando a subjetividade das respostas relativas ao contexto, o trabalho aqui apresentado se propõe ser uma extensão à discussão em torno das temáticas que abordam questões relacionadas à educação dos alunos quilombolas por meio das tecnologias no período pandêmico, onde a Escola Municipal de Educação Básica de Monte Alegre ES precisou adotar um conjunto de medidas e adequações do espaço físico que precisaram estar alinhados para que a educação por meio das tecnologias de modo a oportunizar aos discentes autonomia na construção do saber, para isso precisa-se de uma internet de qualidade para que os alunos possam ter acesso a mídias digitais como meio facilitador da sua construção e aprendizagem e os professores com metodologias de ensino mais eficientes.

Para responder esses questionamentos, delineamos como objetivo geral desta dissertação, analisar a modalidade do ensino remoto em uma comunidade quilombola seus avanços e retrocessos no período da pandemia na escola EMEB Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, ES, oportunizando aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a compreensão da educação como aquela que traz para o centro a margem em suas propostas, dialogando e construindo conhecimentos, a partir dos próprios indivíduos que fazem parte do processo de aprendizagem por meios de recursos tecnológicos.

Nesta vertente, considera-se que a dissertação apresenta alguns aportes ao debate do ensino em espaços do quilombo. De modo a direcionar o estudo foram estabelecidas questões norteadoras a partir dos objetivos específicos para que se pudesse coletar informações que indicaram os seguintes achados dentre eles.

Ao explicar quais tecnologias obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes no período de pandemia podemos observar que a escola adotou o *Google Forms* e *Google* sala de aula como subsídio para promoção de aprendizagem dos estudantes no período remoto, mas diante observação o trabalho de campo denuncia a emergência da implementação de uma internet que vise subsidiar recursos para que os professores possam possibilitar aos estudantes novas oportunidades de aprendizagens, por meios da interatividade, pesquisas e até mesmo de forma a torná-los cidadãos mais independentes na construção de sua aprendizagem. Há

também a necessidade, a demanda de políticas públicas em Educação as formas de se trabalhar nesses espaços, observando a formação e condições dos educadores e sua relação com o grupo, por se tratar de uma escola localizada dentro de uma comunidade quilombola e os professores precisam se apropriar das vivências e experiências para se trabalhar com o público que frequentam a unidade escolar.

Diante destes alinhamentos, foi respondido ao primeiro objetivo específico da investigação, tendo como pauta analisar quais tecnologias obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes no período de pandemia.

No presente contexto pude perceber que os saberes dos grupos quilombolas possuem um valor sentimental muito grande e que esses valores são repassados aos mais novos por intermédio do currículo e por uma apostila formulada pelo líder da comunidade onde os alunos prestam atenção e aprendem os conteúdos por meio dos conteúdos formais dos livros, apostilas e os costumes apresentados na apresentação da mostra cultural promovida pela escola no período de novembro com apresentações populares e comidas típicas.

Diante análise de discurso, partiu-se no pressuposto em respondermos ao segundo objetivo específico de nossa dissertação que busca verificar como o ensino remoto foi implementado na Escola Municipal de Educação Básica Monte Alegre, assim foi preciso pensar em atividades pedagógicas mediadas pelo uso da internet, pontuais e aplicadas em função das restrições impostas pela Covid-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial, neste quesito, foram discutidos as questões de quais tecnologias foram adotadas pela secretaria de Educação no qual a escola Municipal de Monte Alegre no qual a escola é pertencente, e quais obtiveram êxito na aprendizagem dos estudantes onde as aulas ficaram suspensas temporariamente de forma presencial, partindo dessa premissa ,como já respondido no primeiro objetivo, a Escola adotou as plataformas digitais implementadas pela secretaria de educação do Município de Cachoeiro de Itapemirim, cadastrou todos os alunos com matrículas efetivas no *Google* sala de aula e *Google Forms* onde o sistema era alimentado diariamente pelos professores com conteúdos e atividades advindas do currículo de cada etapa dos estudantes , por meio de vídeos, aulas explicativas e atividades online de forma e a proporcionar aos estudantes a aprendizagem necessária no período pandêmico , porém devido a falta de acesso por parte dos estudantes, a instituição educacional buscou outros meios para conseguir proferir o ensino a seus estudantes.

Em um primeiro momento, seguindo os protocolos sanitários promoveu uma reunião os gerentes da Secretaria de Educação do Município de Cachoeiro de Itapemirim e com as famílias do público atendido pela escola de forma a ouvir a comunidade qual caminho seria mais plausível para que os alunos tivessem acesso aos conteúdos curriculares de forma a promover uma educação de qualidade, e a forma que a comunidade pensou juntamente à equipe pedagógica

foi em adotar atividades fotocopiadas entregues semanalmente por meio de agendamento por área de conhecimento e série para não acarretar uma aglomeração de pais no resgate das atividades, respondendo assim o nosso **segundo objetivo específico**.

Em relação **ao terceiro objetivo específico**, verificou-se identificar as dificuldades enfrentadas pela equipe escolar na aplicabilidade das tecnologias a favor da aprendizagem, em que mediante investigação a comunidade escolar não possui acesso em sua efetividade para acesso a *internet*, por se tratar de uma comunidade com uma certa precariedade para o uso das tecnologias, respondendo assim o quarto objetivo que visa pesquisar como a comunidade escolar conviveu com a nova realidade educacional.

Diante disso, a presente investigação, trouxe um objeto de pesquisa a inclusão das tecnologias como ferramenta de aquisição de conhecimentos a partir dos estudantes, sendo ferramenta primordial para a construção do saber discente.

Pode-se afirmar que a implementação dos recursos tecnológicos, pela Secretaria Municipal de Educação, no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES, com o objetivo de suprir as demandas do ensino híbrido e remoto na Escola Monte Alegre, por meio de aplicativos e plataformas digitais, não pode contemplar todos os estudantes e proporcionar uma aprendizagem significativa durante a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia no ano de 2021. Dentre os fatores podemos citar o acesso limitado dos alunos quilombolas às ferramentas disponibilizadas, seja pela falta de acesso a *internet*, seja pela falta de instrumentos necessários para acessarem tais tecnologias. Vale ressaltar, que a realização das aulas remotamente resultou na diminuição do ritmo do aprendizado dos estudantes, seja pelos problemas citados, seja pela dificuldade de acesso e familiaridade destas ferramentas. Mesmo com a equipe pedagógica promovendo meios para disponibilizar aos estudantes atividades e conteúdos impressos, a falta do contato com o professor e com os demais colegas foi comprometido não possuindo um avanço na aprendizagem e sim acarretando um retrocesso na aprendizagem de forma a proporcionar aos discentes uma defasagem pedagógica pela falta de acesso aos recursos tecnológicos como ferramentas para construção do saber do público atendido pela Escola Monte Alegre, respondendo assim nosso quarto objetivo específico.

Portanto, o estudo, com suas observações e discussões, trouxe um auxílio para a ciência em sua concretude que a educação pautada no tradicionalismo sem o uso de aparatos tecnológicos a educação acarretou aos alunos uma perda significativa na aprendizagem na modalidade do ensino remoto, fazendo com que acarretasse uma defasagem pedagógica pautada pela falta de aquisição de conhecimento advindos das tecnologias.

4.2 **Recomendações**

Diante dos resultados apontados sugere-se:

4.2.1 A escola

A escola organize suas ações pedagógicas pautadas em discussões coletivas para construção ou reconstrução de um Projeto Político Pedagógico (PPP) inclusivo e recheado de ações que proporcione meios atrativos e significantes no processo reintegração social, visto que, as visões balizadas no documento não correspondem às perspectivas na área e é interessante definir claramente os aspectos de funcionamento do atendimento educacional aos discentes do quilombo pesquisado atribuições de docentes e formação continuada específica partilhada com equipe administrativa e pedagógica em âmbito escolar com as devidas descrições nas necessidades.

4.2.2 Aos professores

Como resultado, os professores da escola de Monte Alegre, detectaram aumento na defasagem escolar dos estudantes, com isso, houve necessidade de realizar revisões de conteúdos aplicados em anos anteriores a fim de minimizar os efeitos desta defasagem na trajetória estudantil. Vale mencionar a importância das tecnologias como ferramenta pedagógica é importante para que haja políticas públicas educacionais e sociais que visem a garantia de acesso destas ferramentas a todos os estudantes brasileiros, em especial aqueles pertencentes às comunidades indígenas e quilombolas. Tal necessidade deve-se ao fato destes estudantes terem sido e estarem sendo os mais prejudicados durante a realização das aulas remotas no país durante a pandemia. Além do mais, o fracasso escolar é um problema que não se limita à esfera educacional, ultrapassa os muros da escola e interfere na sociedade, deste modo, para que haja uma sociedade estruturada economicamente e culturalmente, é indispensável a abordagem do problema por diversos setores da sociedade, por isso a importância em identificar os fatores que contribuem para a defasagem e propor ações capazes de solucioná-lo. É de fundamental importância que existam políticas públicas educacionais capazes de promover mudanças significativas na educação brasileira. Através da criação e aplicabilidade de tais políticas será possível promover o desenvolvimento dos estudantes, em especial e comunidades quilombolas, através de uma formação holística. Tal necessidade deve-se ao fato destes estudantes terem sido e estarem sendo os mais prejudicados durante a realização das aulas remotas no país durante a pandemia de COVID-19.

4.2.3 A comunidade

Por fim, há que se observar, pensar, construir e praticar novas formas de currículos interativos midiáticos a fim de promover uma educação pautada na tecnologia como promoção de aprendizagem.

Deste modo, é fundamental que a comunidade de Monte Alegre tenha oportunidade de uma educação ativa, mas plausível para realidade, de forma que possam ser evidenciados conhecimentos em direitos humanos. Logo, o saber formal durante a pandemia na

comunidade não pode ser apenas a base de conhecimento , e nem as metodologias expositivas a única maneira de ensinar, pois, dificulta o entendimento da vida, mas que sejam implementadas no currículo escolar políticas públicas educacionais inovadoras que oportunizem nas práticas docentes um saber não formal, um saber para a vida. E que foi com o uso das tecnologias embora com várias dificuldades mas se implementadas oportunamente terá sucesso em todo contexto educacional.

5 REFERÊNCIAS

_____. A educação do negro na comunidade de Monte Alegre – ES em suas práticas de construção da cultura popular negra. 209 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. BEHAR, P. A. (org.). Recomendação pedagógica em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2019.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola**. 1ª ed. Curitiba, Appris, 2018.

ANDRÉ, Marli Eliza Damásio Afonso de. Etnografia da prática escolar. Campinas, São Paulo: Papirus. 1995. 14. ed. (Série Prática Pedagógica).

ALVES, L. Educação Remota: Entre a Ilusão e a Realidade. Educação. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Educação, 8(3), 348–365.

_____. As tecnologias digitais e os diferentes letramentos. Porto Alegre: Pátio, 2007.

ATHAYDE, Simone Machado de. **Políticas sociais e cultura afro-brasileira: turismo pedagógico na comunidade Simone Machado de quilombola de Monte Alegre – ES**. 117f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais) - Programa de Pós-graduação Em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2014.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. D. M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. D. M. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação, 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2015. Cap. 2, p. 47-65.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** no.11. Brasília May/Aug. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BEHAR, P. A. (org.). Recomendação pedagógica em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2019.

_____. (2017). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAUER, F. **Cada criança e cada adolescente tem direito a uma trajetória escolar de sucesso**. (2018). Retrieved Jan 28, 2022, from https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.

BEHRENS, M. A. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Ed.). **Novas**

Tecnologias e mediações pedagógicas. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007. p. 67-134.

B. F. Skinner (1904-1990): a science of human behavior toward a world and humanity's future

BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. (2003). Retrieved Jan 31, 2022, from http://cpdoc.fgv.br/producao_in_telectual/arq/1354.pdf.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo: Ática, 2006. DONDIS, D. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991 DUARTE, Newton. Vygotsky e o "aprender a aprender": crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vygotskiana. Campinas SP: Autores Associados, 2001. FREITAS, Luiz Carlos. Uma Pós-Modernidade de Libertação.

BRASIL. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental de Português**. Brasília: MEC.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso de 25 de maio de 2022.

CANDAU, Vera Maria, Ferrão. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humano**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>.

CANDAU, Vera Maria (org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016

CANDAU, Vera Maria, Ferrão. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humano**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2022.

CARVALHO, Heloisa Ivone da Silva de. **Práticas corporais nas comunidades quilombolas: significados das manifestações culturais na escola de Monte Alegre**. 110f. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____. **Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469/986>. Acesso em 15 de abril de 2022.

CARVALHO, Heloisa Ivone da Silva de. **Práticas corporais nas comunidades quilombolas: significados das manifestações culturais na escola de Monte Alegre**. 110f. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos (org.). **Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola. Retrieved Jan 28, 2022 from <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Diretrizes-Curriculares-Estaduais-para-a-Educacao-Escolar-Quilombola.pdf>.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro mundo – O programa de investigación de modernidade/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, n.4, p. 50-161, 2013.

ELSNER, A. P. e CERVO, L. M. **Reflexão sobre política(s) de língua: um estudo a partir das comunidades quilombolas de Restinga Sêca**. Disponível em: <http://www.sociodialetto.com.br/edicoes/26/01102016055742.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2022.

_____. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GARCIA, Flávio Barroca e. **Em nome do negro, da terra e do Espírito Santo: aspectos históricos, jurídicos e políticos do reconhecimento das áreas remanescentes de quilombos no Sapê do Norte- ES**.180f. (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

GARCIA, Antônio Marcos Roly; SILVA, Jane Mary Roza da; BRANDÃO, Maria Christina Alves e BORELLI e Maria das Graças Gonçalves. **Referencial curricular de Língua Portuguesa**. Cachoeiro de Itapemirim- ES, 2008.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2022.

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. 2002. 453 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GONÇALO, CVS. *Defasagem pedagógica pós pandemia*. Disponível em file:///C:/Users/loram/Downloads/26929-Artigo_Arquivo-315645-1-10-20220308%20(1).pdf, acesso 12 de agos de 2022.

LANDER, Edgardo (org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000. KAUFMANN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

_____, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em 20 de maio de 2022.

_____, **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 15 de abril de 2022.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOODLE. **Philosophy**. Disponível em: docs.moodle.org/en/Philosophy. Acesso em: 12 abr.. 2022.

MENDONÇA, Lívia de Carvalho. **Escrevivendo**: escrita de remanescentes quilombolas no domínio escolar e na vida cotidiana: uma abordagem dialógica. 250f. (Tese) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras em convênio com a Universidade Estadual Da Bahia, Porto Alegre, 2014.

MIGNOLO, Walter. Pensamento decolonial, desprendimiento y apertura. In.: MIGNOLO, Walter (org.), **Habitar la frontera**: sentir y pensar la descolonialidad. Barcelona: CIDOB, 2015. Em: [http://www.cidob.org/content/download/64794/1995059/version/1/file/219-](http://www.cidob.org/content/download/64794/1995059/version/1/file/219-324%20HABITAR%20LA%20FRONTERA%203%20(3G) 8.pdf)

[324%20HABITAR%20LA%20FRONTERA%203%20\(3G\) 8.pdf](http://www.cidob.org/content/download/64794/1995059/version/1/file/219-324%20HABITAR%20LA%20FRONTERA%203%20(3G) 8.pdf). Acesso em 14 de maio de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa e m saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.

MIZUKAMI, M. G. N. *Ensino*: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia**: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Olhares sobre jongos e caxambus**: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 410f. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal, Florianópolis – SC, 2005.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2022.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SCHIFFLER, Michele Freire. **Sobre Bakhtin, quilombos e a cultura popular**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v12n3/2176-4573-bak-12-03-0076.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2022.

SILVA, Sandro José da. Do fundo daqui: **Luta política e identidade quilombola no Espírito Santo**. 357f. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SOUSA, C. e CULTRIM, I. G. **O lugar do sujeito na produção de identidades quilombolas**. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/2319/400>. Acesso em 06 de junho de 2022.

SUASSUNA, Lívia. **Ensino da Língua Portuguesa**: Uma abordagem pragmática. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. (2020). **Taxa de distorção idade-série na Educação Básica**. Retrieved Jan 29, 2022 from <http://plataformadeformacao.lantec.ufsc.br/nota-tecnica/1>.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. (2013).

_____. (2011). **Texto - referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Retrieved Jan 28, 2022 from http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8527-texto-referencia-diretrizes-curriculares-educacao-quilombola-cne2011-pdf&Itemid=30192.

VALENTE, JoséArmando. A Espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. In: Joly, M. C. (org.). Tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2002. p. 15-37.

VENTURA, L. **Simplesmente Monte Alegre**. Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro Cult, 2016.

WATTS, DuncanJ. Seis graus de separação: a evolução da ciência de redes em uma era conectada. São Paulo: Leopardo, 2009.

_____. Web Currículo: passagem do currículo da era do lápis-papel para o currículo da era digital. In: II Seminário Web Currículo: integração de tecnologia na prática pedagógica e no currículo. PUC/SP, 2010. Anais. Palestra proferida. São Paulo.

10. APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

„_____de setembro de 2022.

À Sr^a. Diretora Prezada Senhora,

Venho através deste apresentar a acadêmica Camilla Viana de Souza Gonçalo, do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Columbia do Paraguai, situado no cidade de Assunção PY, que está desenvolvendo sua pesquisa de Mestrado intitulada “**RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA : AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA PANDEMIA**”, orientada pela Professora Dr^a Ana Estela Brandão Duarte, estando apta arealizar o trabalho de campo e demais etapas de sua pesquisa de Mestrado.

Assim, gostaria de verificar a possibilidade da referida acadêmica entrar em contato com os professores regentes de classe, que venham a atuar nesta escola.

Deste modo, ficamos no aguardo da sua resposta e agradecemos a atenção nos colocando à disposição para qualquer dúvida.

CARTA DE ANUÊNCIA**A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim ES**

Na condição de representante da **UNIVERSIDAD COLUMBIA** no Brasil, apresentamos a mestrand **CAMILLA VIANA DE SOUZA GONÇALO**, portadora da cédula de identidade nº **1772078**, matriculada no **PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO** na referida universidade, na cidade de Assunção – República do Paraguai, com interveniência deste Instituto.

A citada mestrand encontra-se em fase de elaboração de sua Dissertação, intitulada **“RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA : AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA PANDEMIA,”**, orientada pelo Professor Pedro Carlos Pereira, estando apta arealizar o trabalho de campo e demais etapas de sua pesquisa de Mestrado.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2021

Prof. Ricardo De Sousa, PhD, MBA, DDS
Diretor Executivo
INSTITUTO IDEIA



Sede Brasil:
Nova América Offices, Torre 1000, sala 520
Av. Pastor Martir Luther King Jr, 126, Rio de Janeiro

Sede Paraguay:
Calle 25 de Mayo, 542 - 1º piso,
Assunção



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA : AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA PANDEMIA

2. Número de Participantes da Pesquisa: 8

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
Camilla Viana de Souza Gonçalo

6. CPF:
097.530.827-03

7. Endereço (Rua, n.º):
DOS BABACUS ITAUNA casa SAQUAREMA RIO DE JANEIRO 28990832

8. Nacionalidade:
BRASILEIRO

9. Telefone:
28999230641

10. Outro Telefone:

11. Email:
loramestrado@hotmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 08 / 08 / 2022

Camilla Viana de S. Gonçalo
Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:
INSTITUTO IDEIA DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

13. CNPJ:
32.377.640/0001-01

14. Unidade/Órgão:

15. Telefone:
(21) 2018-5927

16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto autorizo sua execução.

Responsável: Cassia Lopes CPF: 124.521.778-06

Cargo/Função: Coordenação

Data: 11 / 08 / 2022



Cassia Lopes
Assinatura

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

Profª Msc. Cassia Lopes
Coord. Acadêmica
INST. IDEIA INTERNACIONAL

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA : AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO
DA PANDEMIA

Pesquisador: Camilla Viana de Souza Gonçalves

Versão: 1

CAAE: 62416722.4.0000.8160

Instituição Proponente: INSTITUTO IDEIA DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 094235/2022

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto RESSIGNIFICANDO A MODALIDADE DO ENSINO REMOTO EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA : AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DA PANDEMIA que tem
como pesquisador responsável Camilla Viana de Souza Gonçalves, foi recebido para análise ética no CEP
UFF - Universidade Federal Fluminense - Humanas em 25/08/2022 às 20:04.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

1- Qualquer projeto ou ação de Empresas ou instituições externas a esta, devem ser submetidas a apreciação, através de ofício na Unidade Central, devendo a escola aguardar a liberação oficial para tal atendimento;

2 – Reiteramos que tais projetos e ações não devem envolver taxas de adesão, mensalidades, pagamentos em espécie, etc;

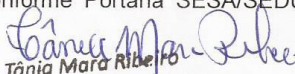
3- As Unidades de Ensino devem garantir o cumprimento do Calendário Escolar na íntegra, bem como a carga horária destinada ao tempo de cada aula. Para isso, não será permitida a entrada de vendedores e responsáveis por projetos em sala de aula para divulgação de qualquer ação ou panfletagem.

Projeto/Ação: PROJETO DE PESQUISA- Mestrado – O Ensino Remoto a Alunos de uma Comunidade Quilombola de Monte Alegre- Cachoeiro de Itapemirim-ES - Práticas, Acessibilidade e Consolidação de Aprendizagem por Meio das Tecnologias

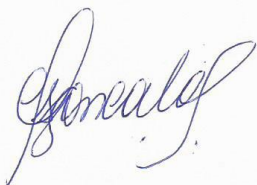
Responsável: Camilla Viana de Souza Gonçalo

Parecer da Secretaria: A Secretaria Municipal de Educação, autoriza a mestranda Camilla Viana de Souza **Gonçalo** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Colúmbia Del Paraguay, adentrar na unidade de ensino, EMEB "MONTE ALEGRE", para realizar o Projeto de Pesquisa Escolar - .PROJETO DE PESQUISA- Mestrado – O Ensino Remoto a Alunos de uma Comunidade Quilombola de Monte Alegre- Cachoeiro de Itapemirim-ES - Práticas, Acessibilidade e Consolidação de Aprendizagem por Meio das Tecnologias. Portanto, será necessário contactar com o gestor da unidade de ensino e agendar melhor horário para que não haja prejuízo pedagógico.

Fica sob a responsabilidade dos Gestores das Unidades de Ensino cumprir os procedimentos preventivos à disseminação do COVID- 19 conforme Portaria SESA/SEDU e das orientações supracitadas acima.


Tânia Mara Ribeiro
Gerente de
Gestão Escolar
SEME-Decreto nº 20.166/2021

18 de outubro de 2021, Cachoeiro de Itapemirim-ES



ANEXOS



Escola Monte Alegre- Comunidade Quilombola
Acervo da autora



Caixa d'agua Comunidade Monte Alegre colorida pelos moradores da comunidade

Acervo da autora



Restaurante da comunidade quilombola de Monte Alegre

Acervo da autora



Apresentação cultural de caxambu
Acervo da autora



sala de aula multisseriada
acervo da autora



Aula de Educação Física
Acervo da autora

Autorizo cópia total ou parcial desta obra apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Camilla Viana de Souza Gonçalo

Asunción – Paraguay, janeiro de 2023.